

PONTO DE REUNIÃO

REVISTA DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS DO EXÉRCITO

2021

**OS 40 ANOS
DA REATIVAÇÃO
DO CIOE**

Págs. 3 a 18



OPERAÇÕES ESPECIAIS



ÍNDICE

1 Os 40 anos da reativação do CIOE

Editorial.....	1
O CIOE: Criação, Extinção e Reativação há 40 anos.....	3
Eram Rangers!.....	9
40 anos da Reativação do CIOE.....	11
CTOE uma das "Marcas" de Lamego.....	15
Um turno de vida.....	16

2 Reviver o ano 20/21 - Principais atividades do CTOE

Pequenos artigos.....	20
A missão de Assistência Militar. A experiência das SOAT.....	30
Elementos Nacionais Destacados de Operações Especiais na European Union Training Mission na República do Mali.....	34

3 Capacidade de Operações Especiais e o seu desenvolvimento

A Visão e os Valores institucionais enquanto fator agregador do CTOE.....	37
O Sargento e as Forças de Operações Especiais.....	40
Disciplina - Um valor intrínseco das Forças Armadas.....	45
Militar de Operações Especiais, O caminho de um Operacional, Que modelo.....	49
Referenciais de Curso no CTOE.....	54
Comunicações na Força de Operações Especiais.....	57
Letalidade, o armamento ligeiro das FOE.....	60
Caraterísticas e emprego das VTLB URO SOF.....	66
O Especialista de Combat Medic e a Mudança de Paradigma.....	70
A importância do treino de Operações Anfíbias.....	73
Programa Médico de Assistência Civil, Medical Civilian Assistance Program (MEDCAP).....	76
A Formação no BForm/CTOE em Penude.....	79

4 Para além das capacidades...

O Centro de Tropas de Operações Especiais em missões de Apoio Militar de Emergência.....	81
A unidade Falintil.....	83
A relação entre a Igreja e as Forças Armadas.....	86
A influência de uma alimentação saudável na Saúde Mental.....	87
Novo espaço museológico, Importância da Igreja de Stª Cruz para a Unidade.....	90

5 In Memoriam

1SAR Gonçalves.....	92
2SAR Coelho.....	94

Ficha Técnica

Título: Ponto de Reunião | Propriedade: Centro de Tropas de Operações Especiais - CTOE | Direcção: Cor Inf António Oliveira | Coordenação Geral: CTOE | Fotos: CTOE, BrayanFerreira, NanyCabral, HML | Colaboradores: Militares do CTOE | Design Gráfico e Produção: HMLprint | Tiragem: 500 Ex.

EDITORIAL

PRn 2021

O COMANDANTE

Antônio José Oliveira

Cor Inf

O Centro de Tropas de Operações Especiais comemora, em 2021, os 61 anos da sua criação. Recordando o momento fundador, do então Centro de Instrução de Operações Especiais, homenageamos todos aqueles que, de forma discreta, mas determinada, lançaram as sementes desta Unidade, colocando-a desde logo num patamar de referência, cuja matriz de excelência, apoiada na **vontade e valor** dos seus militares, haveria de perdurar como a sua imagem de marca.

Este ano celebramos os 40 anos de reativação do CIOE, após a sua extinção em 1975. Nem sempre valorizado, este momento surgiu como o elemento regenerador que permitiu reorganizar e modernizar a Unidade, adaptando-a aos novos conceitos doutrinários em desenvolvimento nos países que se constituíam referência para as Operações Especiais. Nunca é demais lembrar aqueles que, muitas vezes incompreendidos, de forma resiliente e devotada foram dando o melhor de si em prol do desenvolvimento e credibilização da Especialidade.

40 anos volvidos e após termos suportado as normais dores do crescimento, somos uma Unidade que atingiu a sua maturidade operacional. Temos a área da formação consolidada e há mais de 20 anos que participamos, de forma ininterrupta, em operações no âmbito das operações de paz, da cooperação técnico militar e das operações de estabilização. Esta experiência, aliada ao conjunto de exercício conjuntos e combinados nos quais vamos participando, dá-nos um capital operacional único no Exército.

Somos uma Unidade **moderna, atrativa, credível, eficiente e inclusiva**. **Moderna** porque dispomos de uma mentalidade operacional e dos meios adequados para cumprir os desafios do amanhã; **atrativa** porque sentimos a utilidade permanente da nossa missão; **credível** porque apoiamos a nossa ação no valor, na vontade, no saber e na excelência dos resultados alcançados; **eficiente**, porque continuamos a fazer mais e melhor com os meios humanos e materiais de que dispomos; e **inclusiva**, porque nos apoiamos numa cultura organizacional que respeita e valoriza o passado, que vive intensamente o presente e prepara o futuro. Em que todos contam e adicionam algo!



A revista “Ponto de Reunião”, assume-se como um elemento marcante desta visão. Fazendo jus à sua denominação, materializa uma coletânea de testemunhos, pensamentos e momentos onde se compila a essência da Unidade e da Especialidade. A presente edição é o resultado da sinergia estabelecida entre o passado e o presente da Especialidade, que se estende desde textos alusivos à história e evolução da Unidade, até às mais recentes atividades desenvolvidas no âmbito da formação, treino e aprontamento da Força de Operações Especiais.

Esta publicação não teria sido conseguida sem a essencial e incomparável disponibilidade de um conjunto de militares do CTOE e entidades e individualidades externas ao mesmo, que de forma pronta e abnegada, com profissionalismo, empenhamento e dedicação se debruçaram sobre temas de reconhecido interesse e atualidade. Também por esta razão, uma comunidade de Operações Especiais ativa, forte e coesa faz a diferença.

Todos em conjunto, inseridos numa região que nos acarinha e apoia, continuaremos a ser uma Unidade de referência nas Forças Armadas pela excelência da formação e do treino, pela prontidão, ousadia, flexibilidade, discrição e competência dos seus militares no seu desempenho operacional e pela humanidade demonstrada no apoio à proteção e bem-estar da população.

Com serenidade e confiança, saibamos estar à altura do nosso passado e dos muitos desafios que diariamente enfrentamos. “Que os muitos por ser poucos nam temamos”!

E se plantássemos café onde nunca foi plantado?

Na Delta andamos há 60 anos a fazer o que nunca foi feito. Por isso, decidimos apoiar ativamente os cafeicultores em todo o arquipélago dos Açores. Juntos vamos criar o primeiro café cultivado em território europeu.

Saiba mais sobre o café dos Açores e outros projetos pioneiros da Delta em delta60anos.com



DESPERTOS PARA O FUTURO



O CIOE: CRIAÇÃO, EXTINÇÃO E REACTIVAÇÃO HÁ 40 ANOS (1960-1981)



Abílio Dias Afonso
MGen (Ref.)

ENQUADRAMENTO

Em 16 de Abril de 1960 foi criado o Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), em Lamego. Conforme o diploma que determina a sua criação, ela deveu-se à “necessidade imperiosa de intensificar e, até certo ponto, centralizar, a instrução dos quadros e forças do Exército nas várias modalidades de “operações especiais”. E, entre outras, dá-lhe uma tarefa incomum e de superior responsabilidade, para uma unidade militar: “Levar a efeito estudos que, de qualquer modo, possam contribuir para melhorar a eficiência das Forças Armadas, no que diz respeito à sua actuação em ‘operações especiais’, designadamente nas de maior interesse para a defesa do território nacional”.

Em 31 de Julho de 1975 foi extinto o CIOE, sendo criada, em 01 de Agosto de 1975 e nas mesmas instalações, a Escola de Formação de Sargentos (EFS).

Em 01 de Fevereiro de 1981 a EFS foi transformada em CIOE. Deve evidenciar-se que o despacho, que cria de novo o CIOE, determina “... que o encargo operacional do CIOE passa a ser de 1 Companhia de Operações Especiais”.

Assim, encontramos-nos no ano em que se completam quarenta anos da reactivação do CIOE, que tinha deixado de o ser por um período de cinco anos e meio. Proporciona-se uma boa oportunidade para evidenciar o que foi o esforço, a vários níveis, para retomar um percurso que, embora muito curto no que é a habitual temporalidade das Unidades militares, havia sido notável até à decisão de transformar o CIOE em EFS.

Deve alertar-se que não se desenvolve aqui a evolução dos Cursos de Formação de Sargentos (CFS), não por se desvalorizar o que foi uma prestação extraordinária para o Exército, apesar de notórias limitações, mas porque não é essa a finalidade do artigo.

A DÍVIDA PARA COM OS COMANDANTES DA EFS

É indispensável uma respeitosa homenagem aos comandantes da EFS, incluindo, naturalmente, os que anteriormente tiveram algum envolvimento na sua implementação: Tenente-Coronel Alcides José Sacramento Marques (Abr74 a Fev75); Coronel Mário Hernâni Vasques de Mendonça (Fev75 a Abr75); Coronel Carlos Alberto Gomes Saraiva (Abr75 a Abr77); Coronel João de Almeida Bruno (Abr77 a Ago78); Coronel Mário Lemos Pires (Ago78 a Jan80); e Coronel José dos Santos Carreto Curto (Abr80 a Jun81). Mencionando-os, acrescenta-se que é da mais elementar justiça não deixar esquecer que muito a Unidade de Lamego e o Exército lhes devem, pois nunca abdicaram de defender a existência do CIOE, especialmente após a extinção, com a convicção de estarem do lado certo do interesse nacional. Todos seguiram uma só visão e, para isso, todos entenderam não abdicar de manter viva a especialidade de Operações Especiais (OE), propondo os sucessivos Cursos ao Quadro de Complemento (QC), de Oficiais Milicianos (COM) e de Sargentos Milicianos (CSM). Estes cursos eram a solução quase exclusiva de continuidade, pela falta de efectivos jovens do Quadro Permanente (QP) no Exército, que se reflectia na insuficiência de voluntários para a frequência do Curso OE. Em múltiplas situações os comandantes resistiram a orientações superiores, em consciência e nos limites da disciplina, pela margem de manobra que a época conturbada do país e da instituição lhes facultava. Mas, por outro lado, é também justo salientar, que eles e todo o efectivo envolvido na valência da Unidade destinada à formação de sargentos, assumiram, com a maior dignidade e elevado sentido de missão, esta responsabilidade.

O CIOE DO TEMPO DA GUERRA DE ÁFRICA

Não foi de ânimo leve que se escolheu o local para implantar o que viria a ser o CIOE. As características pretendidas para a única unidade de OE do Exército Português, pensada na década de 1950, exigiram estudos exaustivos, na procura de respostas a inúmeros pressupostos de carácter doutrinário que necessitavam de condições adequadas e muito próprias. Depois de comparadas as melhores modalidades, foi escolhida a região de Lamego e as instalações onde se encontrava o então Regimento de Infantaria n.º 9.

O CIOE iniciou a sua actividade com a colocação de um conjunto de quadros especialmente seleccionados. Alguns tinham estagiado em França e na Argélia, para apreenderem a doutrina do conflito que opunha os revoltosos daquele território às forças francesas de administração. Havia indicadores de que essa situação se replicaria nos que eram territórios nossos em África e urgia tomar medidas.

Coube, então, ao CIOE ser motor da mudança radical, na preparação de um Exército que se encontrava instruído para a guerra clássica, tornando-o apto a combater numa guerra em contra-subversão e contra-guerrilha, tudo em muito pouco tempo. A nova Unidade começou com a instrução e formação das primeiras Companhias de Caçadores Especiais. Ministrou, intensivamente, cursos e estágios para comandantes de vários escalões integrantes das forças mobilizadas. Enviou oficiais ao estrangeiro, para frequentarem cursos que acrescentassem conhecimento, tendo este sido o caso do curso “Ranger”, dos Estados Unidos, que, adaptado, possibilitou a implantação da sua instrução-tipo aos Cursos de OE, tendo-se realizado o primeiro em 1963 e que, exceptuando um breve interregno, se mantiveram até aos dias de hoje. Por esta razão inicial, ser OE continua a identificar-se com o ser “Ranger”. Adicional e temporariamente, a partir de 1966, o CIOE foi a Unidade escolhida para, na metrópole, acolher a instrução e formação de Companhias de Comandos, destinadas à Guiné e a Moçambique.

Os formandos dos cursos de OE foram oficiais e sargentos do QP e do QC, alguns dos quais foram ficando colocados na Unidade, como instrutores. A maioria destinava-se às unidades mobilizadas para África, recebendo cada Companhia um subalerno e um sargento OE do QC. A missão desses graduados era contribuir para a melhoria da instrução da Companhia e proporcionar, aos seus comandantes, a possibilidade de formarem, para o combate, grupos de intervenção para operações mais exigentes na Zona de Acção atribuída. A verdadeira dimensão do seu desempenho, em campanha, nunca foi aprofundada. Quase todos os subalternos eram adjuntos do respectivo comandante de Companhia e diversos, por competência reconhecida, foram graduados em capitão e comandaram Companhias, do mesmo modo que sargentos OE foram graduados em alferes e comandaram Pelotões. Grande percentagem foi louvada e condecorada por feitos em combate. Em missões de elevado risco para que foram designados, muitos constituíram-se em baixas, também em combate.

Deste modo, falar de CIOE é falar, predominantemente, da especialidade de OE, entidades que são indissociáveis. A qualidade da sua instrução, com ritmo altamente exigente e em permanente ambiência de campanha, a competência evidenciada e reconhecida nas Unidades de colocação e o elevado sentido de missão demonstrado pelos militares assim formados, passaram a caracterizar a Unidade.

O evoluir foi continuado e consistente, porque toda a novidade doutrinária, vinda do estrangeiro ou, principalmente, resultante da experiência do que se passava na guerra, era analisada, testada em exercícios e consolidada, contribuindo para a actualização da doutrina em vigor, conforme a missão estabelecia.

A condição de ser a única Unidade do Exército com a missão da área não convencional, os aspectos anteriormente referidos, as características privilegiadas de locais de instrução envolventes e as suas infra-estruturas austeras, mas ajustadas para o ambiente

pretendido, geraram uma mística muito própria, de um modo geral reconhecida nas Forças Armadas. Por todo este percurso, independentemente de alterações posteriores na organização do Exército, sempre se entendeu evidente a sua indispensabilidade, atendendo ainda à similitude com congéneres de exércitos aliados, em franco desenvolvimento.

A REESTRUTURAÇÃO DO EXÉRCITO E NO CIOE, APÓS O 25 DE ABRIL DE 1974

Terminada a guerra de África, iniciou-se a natural retracção do dispositivo do Exército, ao mesmo tempo que se adaptava a natural mudança de paradigma quanto à missão, doutrina, organização e instrução, agora radicalmente diferentes. Voltava-se a eleger a doutrina da guerra clássica, de acordo com a orientação que vigorava na NATO, aliança a que não tínhamos deixado de pertencer, apenas havíamos tido outra prioridade interna, bem diferente no cenário de actuação. Consequentemente, no escalão superior do Exército, começaram os estudos para toda a mudança, trabalho que foi demorando anos, muito dependente da agitação que então se viveu no país – Forças Armadas incluídas – e do atraso nas decisões políticas, no tocante à Defesa Nacional. Houve que tomar muitas decisões conjunturais, em detrimento da orientação estrutural, que foi tardando. Naturalmente que, neste contexto, nem sempre as opções nos centros de decisão militares eram convergentes.

Da hierarquia do Exército, tiveram participação continuada nas alterações da Unidade, com as responsabilidades diferenciadoras aplicáveis, as seguintes: na cúpula, a 3.ª Repartição do Estado-Maior do Exército (3.ª Rep/EME), responsável pelas operações; a 6.ª Repartição do Estado-Maior do Exército (6.ª Rep/EME), responsável pela instrução geral; em patamar mais técnico, a Direcção da Arma de Infantaria (DAI), de que a Unidade dependia para efeitos de instrução; em patamar intermédio, a Região Militar do Norte (RMN), ou do Porto, da qual a Unidade dependia hierarquicamente, de forma directa.

Passando ao processo interno, é de notar que, logo em Agosto de 1974, entendeu o comandante propor, superiormente, o ajustamento preparado na Unidade para a sua remodelação. Este contemplava a actualização da doutrina que vinha adaptando e ministrando aos cursos, aproveitando toda a experiência da guerra, expurgado o específico relacionado com África, e acrescentando o conhecimento que se ia apreendendo de unidades afins, de exércitos aliados. Propunha, também, o alargamento da especialidade a praças devidamente seleccionadas. Em Novembro desse ano, o General Vice-Chefe determinou, ao CIOE, “a apresentação concreta sobre a sua estruturação, tendo em vista a preparação de quadros destinados à acção cívica e à contra-guerrilha e guerrilha”, tarefa de estudo que foi, mais uma vez, levada a efeito.

Em finais de 1974, pela instabilidade crescente no país, de que o Porto não era excepção, o Comandante da RMN, Brigadeiro Eurico de Deus Corvacho, carecendo com urgência de uma força disciplinada para controlar focos de violência social, já que as forças de segurança estavam desautorizadas, determinou a constituição da que viria a ser

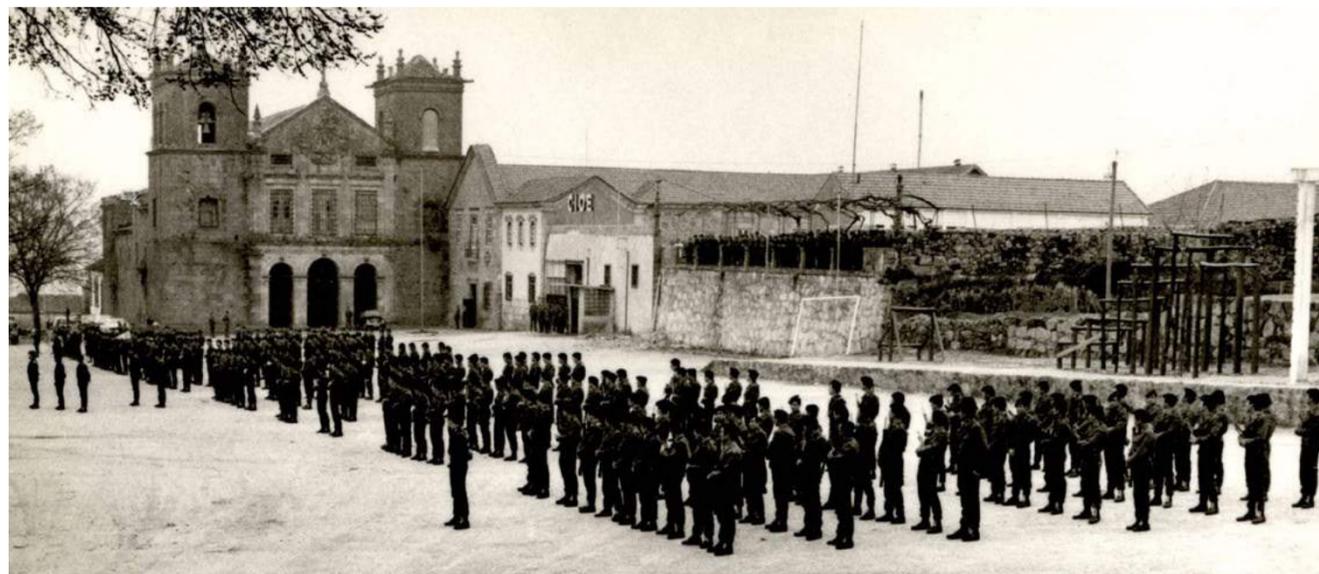
conhecida como “Companhia de Leixões”, nomeando o Comandante e o 2.º Comandante. Os subalternos e furriéis foram, em grande parte, escolhidos no CIOE, pelo reconhecimento da sua competência e sentido de disciplina, o que veio reforçar a importância da Unidade para contextos problemáticos. A instrução do tipo OE a praças provou ser eficaz, dado o excepcional comportamento desta Companhia nas múltiplas acções em que teve que intervir. Foi mais um exemplo concreto de quanto era importante para o Exército a ambição que já vinha de trás, de extensão da especialidade a praças, propondo-se fazê-lo aos militares destinados ao encargo operacional do CIOE.

Em todo este período, as perturbações que o país vivia alimentavam os mais diversos rumores, também frequentes no Exército. Pontualmente era referido informalmente, em meios próximos dos centros de decisão militares, que uma Unidade como esta, acabada a guerra, já não se justificava.

Surpreendentemente, no início de 1975, é dado conhecimento formal de que o CIOE seria extinto. A estupezacção foi grande e o comandante decidiu pedir audiência ao comandante da Região, para clarificar a situação, ao que constou em reunião não conclusiva. Estranho o paradoxo, por demais evidente: em circunstâncias difíceis recorria-se ao CIOE, como era o caso recente do contributo para a “Companhia de Leixões”; estando a viver-se uma conjuntura crescente de violência, por que razão se determinava, abruptamente, a extinção de uma Unidade, no geral disciplinada e disciplinadora? Mais do que uma perda para todos os que viviam a sua mística, sobreveio o sentimento de uma perda séria para o Exército. Foi generalizada a percepção de decisão perversa, condicionada por interesses sectários, como à época ocorria em muitos domínios da vida nacional.

DO CIOE PARA EFS

Em Fevereiro de 1975, surgiu mais uma confirmação da ruptura à orientação que vinha sendo dada do antecedente: um Despacho do General Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) decidia a reorganização da carreira de sargentos, indicava reuniões a fazer de imediato para o efeito e convocava, para essas reuniões, o comandante e o director de instrução do CIOE. O memorando anexo ao Despacho mencionava dois Estabelecimentos de Ensino Militar para sargentos: Centro de Instrução de Sargentos (CIS) e Instituto Militar de Águeda (IMA). Como o segundo já existia, percebeu-se que Lamego estava destinado a ser o primeiro. Nas reuniões que tiveram lugar quase de imediato, confirmou-se tal desiderato. Na primeira, a 24 de Fevereiro, o comandante manifestou a sua surpresa e a discordância veemente pela decisão inesperada da extinção, com argumentação convincente. Acrescentou a falta de condições da Unidade para funcionar como Estabelecimento de Ensino. A sua exposição não foi rebatida pelo Director Adjunto da Instrução, que presidiu, e nada se alterou.





A partir desta reunião, a posição dos sucessivos comandantes foi cumprir com rigor o superiormente definido, mas tentar sempre manter a Unidade com a componente de OE. Apontava-se o mês de Outubro de 1975 para o CIS iniciar o seu primeiro curso, de promoção de 1.º sargento a sargento-ajudante. Após as sucessivas reuniões, evoluiu-se para uma modalidade diferente da intenção inicial: prioritária, na carreira de sargentos, era a sua formação e não a promoção de 1.º sargento a sargento-ajudante. E essa seria a responsabilidade da Unidade de Lamego que, em vez de CIS, passaria a designar-se por EFS.

O ESFORÇO PARA RECUPERAR O RUMO DO CIOE

Depois da decisão de extinção do CIOE, o seu comandante foi solicitando informação complementar sobre a componente OE, já que as directivas difundidas eram nulas a referi-la e necessitava de proceder ao seu planeamento, não deixando de reiterar a importância de continuar a manter a especialidade. Os boatos da época eram elemento de perturbação e privilegiavam-se contactos informais com os centros de decisão para aclarar situações. Num desses contactos foi dada a informação que se iria parar a instrução OE, o que não significava acabar a especialidade. “Apenas” ficaria em suspenso até nova decisão, face à reestruturação do Exército, em curso. Esse sinal foi suficiente para se perceber que suspender representava “a morte”, por falta de continuidade de instrução e conseqüente não renovação de instrutores. Seria a perda de um riquíssimo acervo quanto a doutrina e de características insubstituíveis para a formação militar não convencional.

Nos escalões superiores, com o Exército em reorganização e enquanto as decisões só eram conjunturais, foram-se manifestando, na documentação difundida, três posições diferentes: um apoio incondicional e reforçado, às propostas do CIOE, por parte do comando da RMN; posições contrárias, por ainda não ter decisões

do EME e que, além do mais, algumas actividades implicavam atribuição de verbas, por parte da DAJ; posições desfavoráveis, da 3.ª Rep/EME e posições progressivamente mais favoráveis, da 6.ª Rep/EME. Esta última Repartição foi sendo sensível à necessidade de não se perder a continuidade da instrução OE, pelo reconhecimento de a especialidade ter todas as potencialidades específicas para contribuir para o futuro do Exército. E, num período dos mais críticos, decidiu a realização de vários COM/CSM para OE, ou para Atiradores (com tirocínio de “operadores especiais”), quando já estava vedada a formação de OE. Neste caso, terá colhido o argumento da falta de instalações suficientes nos respectivos centros de instrução, recebendo Lamego os excedentes de Atiradores.

Entretanto, neste vaivém de esforços de clarificação e de soluções provisórias, o comando da RMN, em finais de 1975 e em 1976, sentiu a necessidade de ter mais subunidades disciplinadas, para contrariar a indisciplina que grassava em muitas Unidades, além de ter de assumir o controlo de muitas situações de forte conflitualidade na área do Porto. Recorreu de novo a quadros, na maioria OE, que instruíram e integraram Companhias, sediadas no Porto (teve um Batalhão OE) e uma em Lamego, que era o respectivo encargo operacional. O comportamento extraordinário destas forças, foi bem evidenciado pelo então comandante da RMN, Brigadeiro Pires Veloso, no seu livro “Vice-Rei do Norte – Memórias e Revelações”.

Durante o ano de 1976 foi intensa a insistência do comando da EFS de continuar com os cursos de OE, apesar de, logo no mês de Janeiro, a decisão apresentada pela 3.ª Rep/EME ser contrária, informando que na reorganização global do Exército, havendo “uma Unidade de Forças Especiais (Regimento de Comandos), que se pretende manter como base de formação de forças especiais, não se considera viável a satisfação do proposto...”. Posteriormente, nova resposta, de que no Quadro Orgânico da EFS, não consta nenhum pessoal com a especialidade de “operações especiais”.

Em consequência, o desânimo crescia na Unidade, na perspectiva do desaparecimento da especialidade, o que levou alguns dos seus oficiais a admitir pedirem transferência para outras Unidades. Alertado de novo o comando da RMN, este expôs superiormente, de forma vigorosa, a defesa da indispensabilidade da valência OE na EFS.

Em 13 de Maio de 1976, em reunião alargada no QG/RMN, foram harmonizados os necessários procedimentos para a continuidade das subunidades OE da Região e, na parte conclusiva da reunião, foi explicitado que EFS em Lamego não era solução. A lógica era encontrar um só estabelecimento, com capacidade (que a EFS não tinha) para os diversos cursos de sargentos.

Em 14 de Setembro de 1976, o Vice-CEME, General Melo Egídio, fez uma visita de trabalho à EFS, onde reuniu com oficiais vindos do EME, oficiais do QG/RMN e comandante e oficiais da EFS. O debate foi muito diversificado e acabou consensual, em que se deveria manter, em complemento dos CFS, a missão de formar COM/CSM OE para todas as necessidades. Foi admitido que, mais tarde, a Unidade deixaria de se chamar EFS. Era mais um momento decisivo para a sobrevivência da especialidade.

No início de 1977 houve uma referência expressiva a favor da instrução OE, em nota do QG/RMN para a 6.ª Rep/EME, indicando que “em reunião no EME em 9 de Fevereiro, à qual presidiu Sua Ex.ª o General Vice-CEME e estando presente o Exm.º Brigadeiro Adjunto Operacional, foi entendido que a instrução das ‘Operações Especiais’ constitui uma necessidade incontroversa” e a instrução de praças da EFS “está a ser ministrada segundo as normas habituais da instrução de ‘Operações Especiais’.

Aos poucos, “os ventos” foram ficando mais favoráveis já que, em Julho, em visita do CEME, General Rocha Vieira, foi por ele assumido o lugar da Unidade na reestruturação do Exército e no seu carácter de unidade especial. O comandante, de seguida, solicitou a abertura do curso OE a subalternos do QP e pediu reforço de efectivo para o COM/CSM, já que também a Brigada Mista Independente, em Santa Margarida, pretendia para enquadramento do Batalhão de Infantaria Mecanizado, em formação, subalternos de formação OE.

O resto de 1977 e o ano de 1978 foram de continuidade, na consolidação da componente OE e de se considerar necessário encontrar outro local, mais central no país, para a EFS.

Acontecimento significativo na ambiência das OE, foi o primeiro convívio de pessoal militar e ex-militar da especialidade, em Outubro de 1978. O seu êxito conduziu à repetição anual do convívio e à criação da Associação de Operações Especiais, que se constituiu como factor de reforço da mística “Ranger”.

Perto do final de 1978 começou a operar-se uma mudança na qualidade e na dinâmica da instrução OE, em conformidade com a intenção do comandante de então, com passos consistentes de progressiva modernização.

Em 9 de Maio de 1979 o CEME, General Pedro Cardoso, visitou a Unidade e efectuou uma reunião de

trabalho alargada. Concluiu e transmitiu decisões: a EFS evoluiria para Centro de Instrução Especial, cujo núcleo significativo e polarizador seria a instrução de OE, contemplando também uma Companhia Operacional com preparação em OE (como “plastron”, para exercitação dos cursos). Sinal de que as decisões tomadas começavam a fazer efeito, foi o aparecimento, no Boletim Informativo do EME de 16 de Julho de 1979, de uma caixa, referindo que, na EFS, se retomariam os Cursos OE para oficiais e sargentos QP, tendo o primeiro início em Setembro, com convite já formalizado.

A tendência favorável tornava-se irreversível. Com o aproximar do fim do ano, já o comandante propunha a colocação nominal de subalternos QP de outras Unidades, com o curso OE ou o Curso “Ranger”, para reforçarem o corpo de instrutores, assim como a intenção de obtenção de subalternos voluntários, que começariam por frequentar cursos afins no estrangeiro. Entendeu propor, também, que em Julho de 1981 a Unidade realizasse, no âmbito da RMN, um exercício de tipo não convencional, que viria a ser o primeiro exercício da série “Viriato”.

Em 1980, na 6.ª Rep/EME, estudava-se a escolha de uma Unidade com condições e capacidade para os cursos de sargentos, que conduziu à actual Escola de Sargentos do Exército, nas Caldas da Rainha. Quando decidido, planeou-se a transferência das tarefas desse âmbito, que vinham pertencendo à EFS, procurando agilizar o processo de reacção do CIOE.

Em 26 de Agosto, o Director do Departamento de Instrução do EME, General Salazar Braga, após ter visitado a EFS, enviou ao comandante uma nota em que reconhecia “...o esforço muito intenso que está a ser feito com vista a restituir definitivamente à Unidade de Lamego todas as suas responsabilidades de Centro de Operações Especiais...”.

Em 5 de Dezembro, o Director da Arma de Infantaria, General Mário Firmino Miguel, enviou um documento ao comandante da EFS, manifestando “... muito agrado e todo o apoio aos pontos de vista que, na visita de trabalho me foram apresentados, advogando a rápida reimplantação do C.I.O.E.” Acabava de forma sentida: “...Esperando poder voltar a beneficiar mais frequentemente desse extraordinário ambiente de dedicação e de trabalho, exprimo a Vossa Excelência o meu mais emocionado, diria mesmo, comovido, agradecimento, apresentando os meus votos de maiores venturas para o futuro Centro dos ‘Rangers’”.

Estava a aproximar-se o fim do que se entendia ter sido um procedimento de grande iniquidade, que representou cinco anos e meio de retrocesso na caminhada do CIOE, mas, pela convicção de indiscutível legitimidade, tudo se fez para resistir, reparar e fazer pelo retomar do lugar que lhe cabe no Exército. A boa notícia chegou com o Despacho 101/REO de 22 de Janeiro de 1981 do CEME, General Pedro Cardoso, ao determinar a “transformação da EFS em Centro de Instrução de Operações Especiais” em 01 de Fevereiro de 1981.

O RECONHECIMENTO AOS OFICIAIS E SARGENTOS MILICIANOS OE

No início deste artigo, presta-se homenagem aos comandantes que tudo fizeram para que o CIOE não fosse extinto, primeiro, e para que voltasse a ser CIOE, depois. É o momento de prestar outra homenagem, também indispensável. Felizmente, quando a especialidade esteve extinta, ainda houve quadros milicianos contratados que foram a base da instrução, até voltarem a ministrá-la a novos instruídos de cursos OE, parte dos quais receberam o testemunho para a condição de instrutores e monitores. Podemos dizer que, se há de novo CIOE, a estes quadros se deve uma fundamental quota-parte. Foram muito entusiastas e muito competentes. Ainda foram eles, juntamente com os poucos subalternos e sargentos OE do QP já qualificados, a base para a instrução ministrada aos estágios a cadetes da Academia Militar, que vieram a realizar-se em 1981 e 1982. Cadetes que, já imbuídos de verdadeiro espírito militar, os tentaram encorajar para seguir a carreira das armas, pela competência e virtualidades que lhes reconheceram.

Como afirma Nuno Rogeiro, no seu livro “Guerra em Paz”, no capítulo IV da parte II, referente ao “Uso de forças especiais em missões de paz...”: “... as mesmas forças foram-se distinguindo e criando tradição. A mesma não deve, não pode e não será, com certeza, perdida, ou desperdiçada. Se o for, a recuperação terá preços exorbitantes”. Não são palavras de um OE, nem sequer de um militar... mas de um académico credenciado que estudou, ouviu e adquiriu a sensibilidade desta vertente militar.

Assim, com o testemunho mantido e transmitido por estes quadros valorosos, ter-se-á evitado a extinção da especialidade, o que implicaria criar, mais tarde, outra modalidade, previsivelmente menos eficaz e mais onerosa, para preencher o vazio do âmbito não convencional.

O RECOMEÇO

Os militares da Unidade passaram por muitas provocações, na defesa das OE, durante o período descrito, muito tumultuoso fora e dentro dos quartéis. A crença de que estavam do lado da razão, levou-os a não perder o ânimo e a ser persistentes, dando o melhor, sob as ordens dos seus comandantes. Veio uma vez mais ao de cima, o comprometimento com o lema da especialidade, “VONTADE E VALOR”, tão bem representado na insígnia que tanto orgulha quem a ostenta. Como nas dificuldades, tantas vezes fomentadas por boatos e

NOTAS

1. Consultas para a elaboração do artigo:
 - ROGEIRO, Nuno. Guerra em Paz – a Defesa Nacional na Nova Desordem Mundial. Lisboa: Hugin Editores, 2002.
 - SERRÃO, Hélder da Silva. CIOE/CTOE – Operações Especiais – 50 Anos. Edições Esgotadas, 2011.
 - VELOSO, António Elísio Capelo Pires. Vice-Rei do Norte – Memórias e Revelações. Ancora Editora, 2008.

provocações, tiveram como rumo a divisa do brasão de armas da Unidade: “QUE OS MUITOS POR SER POUCOS NAM TEMAMOS”. Preservou-se, assim, um inestimável património acumulado, de acervo e de mística, importantíssimo suporte para as gerações continuadoras.



Há pouco mais de quarenta anos, na parada de Santa Cruz, realizou-se uma cerimónia simbólica, a assinalar o tão ansiado ressurgimento do CIOE, na convicção, de todos os OE e dos não OE identificados com a sua mística, de se tratar dum recomeço auspicioso para a Unidade. Em representação do comandante da RMN, presidiu à cerimónia o 2.º comandante, Brigadeiro Morais Barroco, sendo comandante nesta transição o coronel José dos Santos Carreto Curto, que se terá sentido o representante de todos os antecessores que contribuíram para a mudança.

Afinal, após tantas adversidades, o CIOE renasceu com mais força, porque a especialidade OE passaria a ser formalmente também para praças, semente para o desenvolvimento de forças modernas, a ombreamos, em qualquer missão, com as equivalentes de Exércitos Aliados. Como sempre, a servir o colectivo no nosso Exército, com a maior devoção.

- Documentação do CIOE/EFS.
 - Apontamentos pessoais.
2. Agradecimentos pelos esclarecimentos prestados:
 - Tenente-General Cardeira Rino.
 - Ex-militares e militares, à época do CIOE, contactados pelo autor.
 3. O artigo está escrito segundo as normas anteriores ao acordo ortográfico.

ERAM OS RANGERS!

Filho de Militar de carreira, convivi, com a minha Mãe e irmãos, por mais de 40 anos, a vida da “tropa”. Ainda imberbe, nascidos os três em Moçambique, apenas dei conta da guerra colonial quando o meu Pai fez a segunda comissão em Angola, mas sem qualquer insurgência ou atentados na pacífica Luanda e noutras cidades deste imenso País.

Regressado à ‘metrópole’, morando na Rua da Seara e Cerdeiral, via o corrupio de mancebos e viaturas em direção ao quartel da Cruz Alta. Fui-me apercebendo que ali estavam sediados os Comandos, mas pela cidade ia vendo militares com outras boinas e insígnias.

Eram os RANGERS!

A década de 60 do século passado confronta as forças armadas de muitos países coloniais com o aparecimento de uma nova guerra não convencional, estribada na subversão, surpresa, rapidez de ataque e constante guerrilha. Foram beber às estratégias de insurgência nas guerras argelinas e, como expoente máximo, no Vietnã, em que os EUA se envolvem por razões de geopolítica e do estertor mal resolvido das Coreias.

Em 16 de abril de 1960, com raízes no Regimento de Infantaria n.º 9, avenida com o mesmo nome, em frente ao Museu de Lamego e Messe de Oficiais, onde o meu Pai assentou praça, nasce o Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), para formar Unidades em operações de contraguerrilha, operações psicológicas e montanhismo.

E porquê em Lamego?

Com as hipóteses em cima da mesa de Covilhã, Lagos e Guarda, a cidade de Lamego é escolhida para albergar o CIOE, por se concluir que a região onde se insere reúne um conjunto de fatores geográficos e demográficos que a tornam especialmente recomendada para as características do novo conceito militar que se pretende imprimir, designadamente: a variada orografia do terreno, o isolamento, a disponibilidade de uma vasta



José Rodrigues Lourenço
Presidente da Assembleia Municipal de Lamego

área utilizável para exercícios de campo, o rigor do clima, a dificuldade do terreno, a diversidade da cobertura vegetal, a hidrografia e proximidade de rios de caudal variável e a reduzida densidade populacional a pequenos e dispersos aglomerados humanos em locais ermos.

Em 1962 um conjunto de Oficiais vão à Argélia e aos EUA fazer o tirocínio do curso “Ranger”. No seu regresso, recebem a missão de organizar um curso similar no CIOE. Assim nascem os “RANGERS”.

A instrução privilegia o conhecimento das técnicas de ‘infiltração profunda, orientação, ocultação, combate e sobrevivência de pequenos grupos de combate, com vista a detetar, surpreender e destruir objetivos rebeldes’.



O programa é duro. Lembro, na adolescência, de ouvir falar nas operações “Fantasma”, “Esgotos” e “Orientação”, levando aos limites os mancebos, sendo escolhidos os melhores sob rigorosa avaliação e constituíam um corpo de elite e bravos Homens.

Conheci imensos Rangers que por Lamego ficaram, a mais das vezes, por se apaixonarem pelas belas Lamecenses; também alguns instrutores, em particular, um deles, meu amigo de infância, o Sargento-mor Jorge Reis que, no seu humor peculiar me dizia: “adorava apanhar-te lá em cima!”.

Por força da Revolução de Abril, o CIOE é extinto em 31 de julho de 1975, acolhendo a Escola de Formação de Sargentos. Talvez pela força dos Homens que por aqui passaram, pelos seus Comandantes, em 1981 é reativado o CIOE. Em Lamego!

Encontra um novo approach militar que passa pela instrução de graduados e a missão de preparar Forças de Operações Especiais com elevado grau de prontidão, intervenção e autonomia, visando o seu emprego prioritário em todo o tipo de ações de grande dificuldade e risco no âmbito das operações não convencionais, no quadro Nacional, da Nato ou da EU.

É, então, que a partir de 1 de julho de 2006, passa a designar-se de CTOE e a integrar a Brigada de Reação Rápida.

Nos intermeios, deve recordar-se a importância que as Operações Especiais tiveram na Revolução de Abril, desde a intentona de Março de 1974, até à Revolução dos Cravos, na planificada madrugada (curiosa a asserção, pois um dos lemas não formais dos Rangers é ‘a noite é

nossa amiga’) ao ocuparem o Quartel General do Porto e, mais tarde, passando quase despercebidos, têm papel relevante no 25 de Novembro de 1975, após o “Verão Quente” da Esquerda radical onde uma companhia do CIOE zarpa para Lisboa e toma o RALIS.

A nova definição do CTOE estabilizou a afirmação internacional das Forças de Operações Especiais nos conflitos bélicos e de manutenção de paz na Europa, na Ásia, em África e na Oceânia, tendo recebido elogiosas referências de entidades estrangeiras, as qualidades profissionais e humanas dos Seus Militares.

E no meio e no fim desta Nobre Instituição temos ... Lamego e os Lamecenses!

Para todos nós, os RANGERS são o nosso Orgulho e são Nossos!

Tal como a última estrofe do Seu Hino: “**Que os muitos por ser poucos nam temamos**”.

O amável convite do Exmo. Senhor Comandante, Senhor Coronel Fernandes Oliveira, para escrevermos sobre o CTOE - passe alguma imprecisão e pobreza de escrita ao correr da pena - vem demonstrar, em consolidação, a Harmonia Eterna entre os Lamecenses e esta Mui Nobre Instituição, desejando às e aos Seus Bravos Militares as maiores e melhores Felicidades! ... em Lamego!

Fontes:

Hélder da Silva Serrão, António José dos Santos Silva, Artigos esparsos do Diário de Notícias e da internet e da ajuda preciosa do Lamecense Jorge Osório, Alferes Miliciano que foi no CIOE

40 ANOS DA REATIVAÇÃO DO CIOE



Fernando Campos Serafino

Tenente-General

Presidente do Conselho da Especialidade de Operações Especiais

ALGUMAS REFLEXÕES

Partilhar algumas reflexões sobre as Operações Especiais no Exército Português, por ocasião do 40º aniversário da decisão de voltar a constituir o Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), foi um convite que aceitei com muito gosto, por poder dar expressão ao cargo de Presidente do Conselho da Especialidade de Operações Especiais, cargo para o qual fui designado por decisão de S. Exa. o General CEME, de 25 de junho de 2020, e que assumi com enorme honra e espírito de missão, mas também, porque o tema está diretamente associado à minha ida para Lamego, em janeiro de 1983, depois de me ter oferecido para frequentar o 2º curso de Operações Especiais (OE) para jovens militares dos Quadros Permanentes (QP). Foi uma opção que em boa hora fiz e que marcou, indelevelmente, a forma de me situar perante a vida e consequentemente toda a minha carreira militar.

Com efeito, essa opção proporcionou-me a oportunidade de conhecer a cidade de Lamego e a região envolvente que acolhem de forma exemplar o Exército e a sua Unidade, bem como de viver o CIOE por dentro, no início de uma nova fase da sua História e de testemunhar a competência, a determinação e o espírito de missão do Comando da Unidade e dos seus Oficiais, Sargentos e Praças.

Vivência que me permitiu testemunhar o equilíbrio entre a experiência de guerra e a sensatez dos mais velhos, com o entusiasmo e os conceitos inovadores dos mais novos, muitos deles trazidos de centros

de formação de excelência de exércitos aliados de referência que tinham frequentado. Em conjunto traduziam o saber, as competências e as capacidades disponíveis no CIOE e que enformavam a Vontade e o Valor da Unidade, decidida que estava em afirmar-se, uma vez mais, no cumprimento de uma nova e exigente missão que acabara de lhe ser atribuída.

Este testemunho foi determinante na decisão que tomei de ir para Lamego, para integrar o CIOE e abraçar a oportunidade que me era dada de participar no enorme desafio que a Unidade tinha pela frente, ao serviço do Exército e sobretudo de Portugal.

Décadas antes, o CIOE rendeu o Regimento de Infantaria n.º 9, em Lamego, com a missão de preparar quadros e aprontar forças do Exército para uma nova tipologia de guerra que se fazia anunciar - a guerra não convencional, que colocava sob ameaça os interesses nacionais à época, à semelhança do que acontecera e acontecia com outras potências europeias, após o final da 2ª Guerra Mundial, com os movimentos independentistas primeiro na Ásia e posteriormente no continente Africano.

Em 1981, reativar o CIOE com missão atualizada, novamente em Lamego, sete anos após terminadas as Campanhas do Exército no ex-Ultramar Português, foi sem dúvida uma decisão com visão estratégica de longo alcance, como o futuro veio confirmar, e que mobilizou o Exército e toda a Unidade.

Tratava-se de atualizar a missão das Operações Especiais do Exército, preparando-as dentro dos conceitos da NATO da época, em plena Guerra Fria,

ASSOCIAÇÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

www.aoe.pt



IMPI N.º 15813 ©



IMPI N.º 443865 ©



quando o Mundo permanecia dividido em duas zonas de influência que se procuravam expandir, disputando a simpatia de um conjunto de países não alinhados geograficamente dispersos, e em que a Europa era cada vez mais o Teatro de Operações provável do confronto direto possível entre os dois blocos – NATO e Pacto de Varsóvia, em que o risco de invasão era real, apenas dissuadido pela ameaça do emprego nuclear.

A Ocidente pretendia-se compensar a desproporção dos números em presença com a superioridade tecnológica e com os novos conceitos doutrinaários que ela tornava possíveis, pelo menos no plano teórico, como foram exemplo a “defesa móvel” e mais tarde a “defesa ativa”, onde se procurava trocar, de forma controlada, terreno pelo tempo necessário à chegada ao solo europeu dos reforços americanos que se acreditavam decisivos para o desfecho do confronto. Escusado será dizer que tais conceitos não reuniam grande entusiasmo entre os aliados europeus, sobretudo os que estavam mais próximos da fronteira a Leste.

Foi neste contexto que surge a decisão de se constituírem forças de OE no Exército, dispondo de efetivos reduzidos, mas treinadas e preparadas para serem capazes de executar missões por detrás das linhas inimigas, que se qualificavam como operações especiais de ação direta, conduzidas com grande autonomia,

capacidade de sobrevivência e precisão de efeitos sobre forças e pontos sensíveis do dispositivo opositor, previamente designados na profundidade do campo de batalha.

Portugal, país aliado e membro fundador na NATO, através do Exército preparava-se para alargar o seu contributo na defesa do espaço europeu aliado que integrava e para o qual já contribuía com o emprego da 1ª Brigada Mista Independente, planeado para o Nordeste Italiano.

A outro nível, fora do quadro da Aliança, concretizavam-se os conceitos de operações especiais de ação indireta, com o objetivo de apoiar militarmente forças irregulares insurgentes nas zonas de influência adversárias, em apoio de estratégias indiretas que marcaram a segunda metade do século XX. Em Portugal, curiosamente, esta capacidade de OE de ação indireta foi aplicada de forma inovadora no plano interno, através de uma outra decisão importante que veio aprofundar, ainda mais, a natureza não convencional do CIOE. Refiro-me à decisão de criar em Lamego o curso de Operações Irregulares (COIR), obrigatório para todos os jovens Oficiais e Sargentos acabados de ingressar no QP do Exército.

O CIOE passou, então, a ser responsável por formar esses jovens militares com os conhecimentos

mínimos indispensáveis que lhes permitiriam passar à clandestinidade e organizar a resistência do nosso País a nível local, caso Portugal viesse a ser invadido e ocupado por forças militares estrangeiras. À época, uma revista francesa da especialidade mais atenta, visitou o CIOE e publicou um artigo interessante, onde estabelecia um paralelismo entre a opção francesa pela dissuasão nuclear e esta medida inovadora adotada em Portugal.

É neste quadro que foi reativado o CIOE, com a missão de formar quadros do Exército em operações especiais e em operações irregulares e de constituir e aprontar uma Companhia de Elementos de Operações Especiais do Exército. A partir de então, intensifica-se a colocação em Lamego de Oficiais e Sargentos que haviam sido enviados a centros de formação de tropas especiais de referência de exércitos amigos e aliados, designadamente no Brasil, Estados Unidos da América, França, Reino de Espanha e República Federal da Alemanha.

As diferentes perspetivas que cada um trouxe para Lamego foram determinantes para aprofundar conceitos doutrinaários e aperfeiçoar táticas, técnicas e procedimentos, usados por forças e elementos de OE. Esta abertura a outras perspetivas facilitou, também, o desenvolvimento da formação ministrada no CIOE, tornando-a mais rica e mais abrangente, não apenas nos seus conteúdos, mas também nas técnicas e métodos de instrução adotados, nomeadamente, nas questões da segurança. Numa fase inicial, o foco da formação esteve orientado para os militares dos QP, mas com o tempo a formação da especialidade de OE ministrada aos jovens militares em serviço militar obrigatório (Serviço Efetivo Normal – SEN), ou em regime de contrato, começou a ser reforçada com cursos complementares em áreas específicas de interesse para as OE.

É nesse período que são lançados os primeiros cursos de patrulhas de longo raio de ação, de sobrevivência, montanhismo e mais tarde o curso de snipers, bem como outros cursos orientados para formandos de perfis diferenciados, como foram os cursos de guerra não convencional ou no domínio das operações psicológicas.

O conhecimento era a prioridade, à qual se associava o treino rigoroso, física e psicologicamente, sempre acompanhado pela interiorização de um conjunto de valores militares, humanos e patrióticos, vertidos num código de conduta que reforçava o sentido da honra e do dever, tão essenciais aos militares que cumprem o dever de combater ao serviço da Pátria.

Na verdade, este é um pilar essencial da formação militar, particularmente das lideranças, sendo ainda mais necessário entre aqueles que pela natureza da missão que lhes está cometida têm que atuar isoladamente, em equipas reduzidas, distantes do olhar público e frequentemente longe do escrutínio direto e imediato dos níveis hierárquicos mais elevados. Esta condição impõe-lhes um dever ético acrescido de respeito pela Pessoa Humana e as suas circunstâncias, à luz dos nossos valores civilizacionais que se consubstanciam na Lei e que devem ser interiorizados com genuína humildade intelectual.



É por essa razão que este pilar da formação se torna essencial, particularmente nas OE, pois é condição indispensável para a absoluta confiança que deve existir ao longo da cadeia de comando, quando a autonomia caracteriza o emprego das forças. Perante situações de maior tensão operacional que requerem ação imediata e autonomia da decisão tática aos mais baixos escalões, exigindo-se rapidez de discernimento e capacidade de julgamento sob pressão, as opções devem estar balizadas por um inequívoco quadro de valores e por uma determinação inquebrantável de os respeitar.

Este será sempre um dos maiores desafios da formação militar e da condução das operações.

Em traços gerais, foi esta a linha que se seguiu e desenvolveu em Lamego, após a reativação do CIOE, mais tarde CTOE, que permanentemente se soube adaptar aos novos conceitos de emprego das OE que acompanharam a evolução da Aliança, com a queda do muro de Berlim, mais tarde com o ataque de 11 de setembro de 2001 e mais recentemente no período que sucedeu à Cimeira de Gales, em 2014.

Esta capacidade de adaptação e de evolução contribuiu para o prestígio da Unidade e para tornar os seus militares altamente reconhecidos e considerados, internacionalmente e no plano nacional, sendo de assinalar que as OE do Exército têm estado presentes em praticamente todos os TO para onde Portugal tem destacado Forças.

A abertura ao conhecimento, à cooperação com outras forças, a perseverança no desenvolvimento de competências necessárias às missões de OE e a procura incessante em melhor fazer, têm-se traduzido em resultados concretos no desenvolvimento da capacidade de OE do Exército e das Forças Armadas. É certo com velocidades de concretização diferentes em cada um dos vetores de desenvolvimento da capacidade militar, designadamente ao nível dos equipamentos e das infraestruturas.

É notável o grau de sofisticação tecnológica do armamento e equipamento distribuídos atualmente à Força de Operações Especiais (FOE) e que não têm comparação com o que acontecia no passado. Esse é o resultado do trabalho altamente meritório da Unidade na gestão dos projetos da Lei de Programação Militar (LPM) destinados ao reequipamento das OE. Porém, não obstante os avanços alcançados, a verdade é que a necessidade de investimento é permanente para se assegurar a indispensável interoperabilidade com outras FOE aliadas e a inerente capacidade para operarem em rede.

Ao nível das infraestruturas é também de assinalar a melhoria das condições de alojamento das Praças que se verificou nos últimos anos no CTOE e que há muito eram desejadas e merecidas, mas sucessivamente adiadas. É indispensável continuar a melhorar as condições de vida e de serviço nas fileiras, adequando-as ao serviço militar profissional, particularmente quando o grau de

disponibilidade e de dedicação são particularmente exigentes, como acontece com as tropas especiais, nomeadamente nas FOE. Como militares, habitualmente o nosso foco está nas missões que operacionalmente nos estão cometidas, contudo convém estar atento às condições proporcionadas às tropas e quadros, pois sem pessoas competentes e qualificadas não há capacidade militar.

Neste breve balanço, retém-se que é na ponderação entre o caminho percorrido pelo CTOE, designadamente o Valor que ele encerra, e os desafios que se colocam às FOE e a Vontade que há em os assumir, que se deve perspetivar a visão estratégica, de longo alcance, que deverá balizar o caminho a seguir na edificação de uma capacidade de OE, definido com realismo e de forma pragmática, à semelhança do que aconteceu em 1981.

É nesse princípio que permaneço confiante quanto ao futuro, ciente que as OE de hoje têm as competências e a capacidade para desempenharem a sua missão no plano nacional, ou caso seja necessário, integrando operações no quadro da NATO nos cenários mais exigentes.

Isso ficou bem demonstrado no Afeganistão, onde foram empregues com sucesso forças e elementos de Operações Especiais do Exército, integrados na componente NATO de Operações Especiais do Teatro, e confirmando, realmente, a capacidade das Forças Armadas Portuguesas para conduzirem OE, segundo padrões de desempenho em tudo semelhantes aos de FOE de outros países aliados cuja doutrina é habitualmente tomada por referência.

A demonstração desta capacidade é uma conquista assinalável dentro do Exército e das Forças Armadas, embora tenha passado relativamente despercebida no plano nacional, pois esse facto contribui para valorizar a capacidade militar de Portugal, como aliado credível e militarmente competente.

Assim, no 40º aniversário da decisão de reativar o CIOE, decisão ancorada numa visão estratégica de longo alcance, surge adequado felicitar todos os militares de OE que serviram e continuam a servir Portugal no ex-CIOE e posteriormente no CTOE, pela obra extraordinária que em conjunto e sequencialmente fizeram e continuam a fazer pelo Exército, pelas Forças Armadas e sobretudo por Portugal. Como sempre, obra feita discretamente e sem vaidades acessórias, mas de forma altamente eficiente, que deve merecer pleno reconhecimento e total apoio institucional e que a todos deve orgulhar!

CTOE UMA DAS “MARCAS” DE LAMEGO

Ao longo da História, Lamego contribuiu, de forma decisiva, para a formação, consolidação e salvaguarda da identidade nacional. Cidade milenar, nela foram realizadas as Primeiras Cortes de Portugal, convocadas por Dom Afonso Henriques, entre 1142 e 1144, momento definidor da nossa nacionalidade, onde se estabeleceram as “Regras de Sucessão ao Trono” porquanto, como ensina F. J. Cordeiro Laranjo (in Cidade de Lamego, A Igreja de Santa Maria de Almacave) “É da sabedoria universal não se poder negar aquilo que se não provou nunca ter existido”.

Lamego e os Lamecenses sempre honraram os seus pergaminhos históricos e estiveram à altura dos desafios de cada época, potenciando as capacidades e os recursos materiais e imateriais deste território, onde gerações sucessivas ajudaram a criar, ao longo dos séculos, a paisagem geográfica, social, cultural e vivenciada, que a Unesco classificou como Património da Humanidade.

Sedeado nesta cidade, herdeiro do Regimento de Infantaria Nº 9, criado em 1806, o Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE), instituído em 1960, então CIOE, está, efetivamente, ligado a momentos de importância inolvidável para a nossa comunidade, corporizando alguns dos capítulos mais ilustres e significativos desta cidade e do país. Eventos memoráveis e inspiradores, verdadeiras manifestações de patriotismo e de confiança no nosso futuro coletivo, foram promovidos pelos nossos “rangers”, como militar e popularmente são conhecidos.

A participação do CTOE em missões de paz e de cooperação leva o nome e o espírito de Lamego aos quatro cantos do mundo, sobressaindo sempre o elevado nível de profissionalismo, competência e dedicação dos militares aqui formados.

O Centro de Tropas de Especiais é hoje uma instituição cuja integração na vida da cidade e da região é um exemplo para o país, bem como a alargada cooperação institucional em que tem participado.



Ângelo Moura

Presidente da Câmara Municipal de Lamego



O Centro de Tropas de Especiais é hoje uma instituição cuja integração na vida da cidade e da região é um exemplo para o país, bem como a alargada cooperação institucional em que tem participado.

A unir Lamego e o CTOE está uma forte e duradoura ligação umbilical e um compromisso coletivo que visa o bem da nossa região e do país. Esta relação constitui, aliás, um bom exemplo do elevado orgulho dos Lamecenses pela sua História e pelo seu património identitário, bem como pelas suas notáveis instituições.

A perfeita simbiose entre a Cidade e esta prestimosa instituição militar, tão prestigiada no mundo, a par da sua centralidade e dos recursos existentes são garantia de que o CTOE, a partir de Lamego, continuará a fazer história, em prol de Lamego, dos Lamecenses e, sobretudo, em prol de Portugal e da Humanidade.

“Que os muitos por ser poucos nam temamos”.
Obrigado ao CTOE.



Gabriel Martim Catarino

Furriel Miliciano de Operações Especiais
Juiz Conselheiro,
do Supremo Tribunal de Justiça

“

Tudo é efémero, e muito particularmente os valores que historicamente nos são inoculados, permanece, no entanto, na vivência de quem acolheu um acervo de valores tão densamente aferidores da formação personalística um débito de gratidão para uma instituição que, de uma forma inovadora e humanizante (ao seu tempo), soube formar pessoas que deveriam ter responsabilidade na formação de pessoas que iriam enfrentar uma realidade adversa. Preparar bem para melhor poder realizar, parece-me, foi o que logrei turifera da formação que recebi no CIOE.

UM TURNO DE VIDA

No longínquo dos 70, apeado da “carreira” que ligava Guarda a Lamego – colhida em Trancoso – subia a Rua Direita, em direcção ao Convento de Santa Cruz, onde tinha de me apresentar para iniciar a especialidade de “Operações Especiais”, que me fora adscrita no termo do período de recruta, quando do vão de uma casa de aspecto humilde, um vulto emoldurado de escuro, se nos dirigiu – a mim e mais dois ou três que subíamos a ladeira em direcção ao destino que nos tinha sido indicado – nos interpelou e lançou, premonitoriamente, a fala: “Ai meus filhos, eles f...-vos”.

Todos sabíamos ao que íamos. A atribuição da especialidade, nos tempos que nos era dado viver, poderia significar “ter hipótese de se safar de uma comissão no “ultramar”, ou ficar preocupado a passar 2 anos “lá fora”. “Operações Especiais” cabia na lista irremovível e inafastável de mobilização (salvo se algum familiar (irmão) tivesse falecido em comissão).

Logo chegados, fomos “formados” sob as arcadas do vetusto convento, e em pouco se desvelou o augúrio pressentido na presciente fala recolhida. Cambiada a “farda de passeio” e indumentada a “farda de trabalho”, a que se agregava a mochila e a “inefável e inseparável” G3, entretanto distribuídas, eis-nos encarrilados para “Unimogues” – não sei se a escrita é a correcta, dado que nunca atinei com a escrita deste elemento incontornável e indomável que nas colónias era apostrofado, carinhosamente, de “burro do mato”, tal a

sua impertérrita e indómita resistência às “picadas”, por onde lhe era dado cumprir a fervente missão de transporte de tropas e “tutti quanti”. Interrogativos, e esboçando algum afrontamento ou aperto de alma, tentávamos escrutar, indagando por uma sinalética que dirigíamos vacilantes ao companheiro de aventura, o que se estava a passar e/ou, pior, o que nos estaria reservado. Largados do quartel e da cidade, já noite entrada e densa – corria o dia 5 para 6 de Janeiro – fomos percorrendo quilómetros, por vias ignotas e despejadas de vivalma, até que em um local, “de cujo nome no me quero acordar” – não de La Mancha, como incoaria Miguel Cervantes o seu imorredouro “D. Quixote de la Mancha” – mas da Beira Alta, fomos mandados apear – em equipas de 5 elementos, previamente formados, é claro – e foram-nos dadas as indicações de qual o objectivo que deveríamos alcançar e de como deveria ser executado. (Vim, no decurso da prova, a localizar o local. Fora um pouco para baixo de Moimenta da Beira). Com voz inflexível e assertiva (“de comando”) foi-nos prescrito que seria interdito adentrar-nos ou fazer caminho utilizando vias públicas e deveríamos, por montes e vales, ou por onde nos fosse útil, desde que utilizássemos somente os instrumentos que nos haviam sido facultados, bússola e mapa, até alcançarmos o quartel que passaria a albergar-nos, em Penude, uma povoação a 5 quilómetros de Lamego, que a partir desse momento ficou a fazer parte da minha geografia emotivo-sentimental.

Não cabe, naturalmente, neste espaço a descrição do frenesim emotivo e, posteriormente, a esforçada odisséia com que nos fomos enfrentando a cada tramo do percurso. As dúvidas, perquirições, alvitres e suposições conjuradas quando pressentíamos algo que não fizesse parte do conhecimento que possuíamos de um espaço desconhecido e impenetrável, no seu negrume inviolável, lograram intumescer a vontade e impulsionar-nos para a consecução do objectivo pré-determinado e infundido como salvo-conduto para a continuação do curso. (Por fazer parte da memória indelével que formei de alguns locais por onde efectivei esta prova, seja-me permitido assinalar/recordar um “barracão” que enfrenta uma curva pronunciada (à esquerda), em Almodafa, na estrada que percorro quando me dirijo de Lamego para Pinhel (a minha cidade natal). Aí, eu e os meus companheiros, dealbado o dia, arriscamos aproximarmo-nos da estrada e decidimos subir ao dito “barracão” onde – tal era o engorgido e enganado de que estávamos possu-ídos – nos agasalhamos entre “capões de vide” que ali se empilhavam. Devemos ter adormecido, porque me recorde de uma senhora (de traje negro e ar pesaroso, a acordar-nos e ao ver-nos entanguidos nos ofereceu a lareira e algo de comer. Recorde com gratidão e sentido de reconhecimento o incomensurável altruísmo e generosidade das gentes da região e o espírito de ajuda que nos era ofertado a cada passagem e momento.)

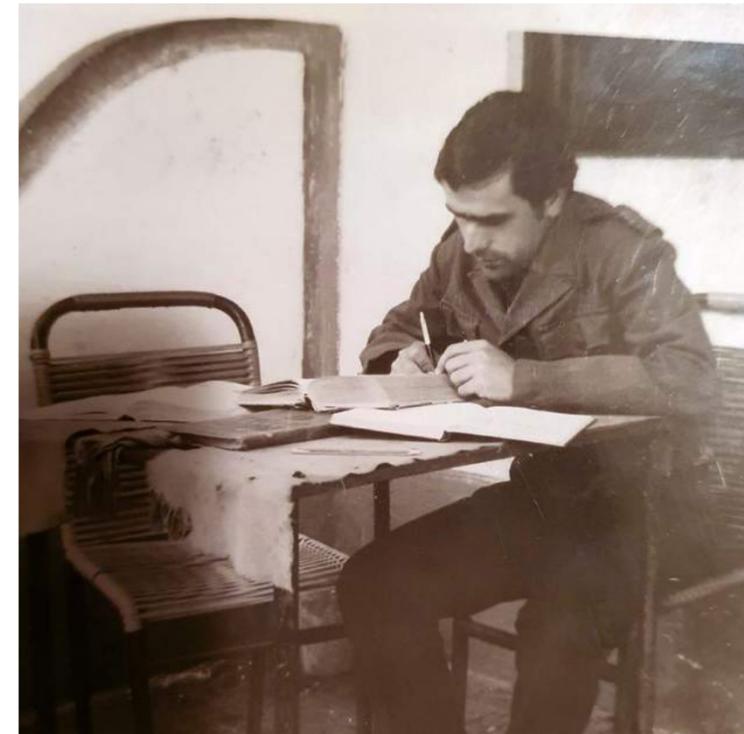
Não sei – ou sei e não quero assinalar – quanto tempo e espaço tivemos que transpor e derrubar para alcançar o ponto de chegada. Assevero que não fomos o grupo que chegou primeiro, mas também não fomos dos últimos. Por contado, era meio-dia passado, e ainda me recorde do que a seguir nos foi propinado em alimentação. (Comia-se bem no CIOE).

De Janeiro a Abril foi um desfiar e escaramuçar com as provações, obstáculos e desafios que se iam apresentando como lastro para lograr obter a almejada placa “Operações Especiais”. A superação de esforço e de querer, a vontade impertérrita e robustecida que íamos cevando e sedimentando foram a argamassa que subiu calado para a consecução do que tinha deixado de ser um objectivo ténue, mortiço, transitável e passível de demérito para se tornar a consagração de um estamento de estar e ser na “tropa” e, acaso em algum momento, da própria formação vivencial e caracterológica de cada um de nós.

Obtida (a placa com os dizeres “Operações Especiais”). Na altura não estava instituído farda-mento típico e distintivo que hoje ostentam as tropas especiais: boina verde azeitona e crachá.

Incoava um novo ciclo. Escalonado dentro dos sete melhores classificados fiquei para ministrar instrução a quem fosse destacado para o CIOE, sem que antes se tivessem absterido de me fornecer os passos sequentes da minha vida militar: mobilização para a colónia de Angola, para ser integrado no Batalhão 2925, e na companhia 2774.

O testemunho que me disponho debuxar tem uma orladura cingida. Como se incutiu em mim a tessitura matricial do espírito adquirido e vivenciado no “corpo de Operações Especiais”.



Com a idade que nos era dado viver, esta experiência – intensa, dispendiosa em querer e vontade, voluntariosa, animosa e pletórica – representou, para o momento uma superação física e de querer, constituindo-se o lastro conformador e inauferível para uma idiosincrasia personalística em que a firmeza de carácter e a inteireza de vontade compareciam em momentos de vacilação e de necessidade de assumpção de um rumo decisório. Dito assim, parece apologetico, experienci-ado substancia-se como agregador de quem teve a vocação de segregar.

Na estilização do desenhar caracterológico que ensaio vão engolfados desencontrados ensina-mentos, esvaídas emoções, acrisoladas aquisições racionais que uma escrita breve não abarca, mas do cadinho de elementos indissolúveis faço sobressair a exigência de cumprimento do indivíduo na sua plenitude ôntica e axiológico. Da formação que recebi – que ora, e à luz da nova conceptualização valorativa, esquina e invade valores estruturantes do indivíduo – resultou para mim uma enformação personalística que, malgrado desvios ocasionais, no essencial se mantêm invadeáveis do “estar/ser do Ser na existência”. Recolher/aceitar exemplos que nos eram transmitidos pelos instrutores – onde sempre existia a margem de interpelação e de perspectivação da realidade apresentada – fomentar, incentivar e desenvolver de forma imaginativa a solução para novas situações que eram propinadas a quem recebia instrução, constituíram factores de indução para a assumpção de uma autonomia de decisão e de capacitação para enfrentamento de desafios que sabíamos ter de solver em situações-limite e em cenários de excessiva concentração de envolventes de factores

emotivos. Apaziguar o emotivo e exaltar o racional foi o padrão condutor decisório que, talvez de forma subliminar, adquiri na formação que recebi.

Não quedaria o meu testemunho completo se não aludisse a um enformador do modo de proceder que adquiri na minha formação no CIOE. A demonstração e o exemplo cabe a quem tem o dever, e/ou obrigação por dever, de liderar homens. E o singular não pode sobrepor-se ao grupo, ou o que equivale a dizer ao colectivo. A exigência/afirmação do ser individual, ainda que nunca anulado – ao invés encorajado – nunca poderia, em situações de acção dependente do agir e actuar comum ser sobreposta ao desígnio da missão para que todos tinham sido convocados e para onde todos deviam dirigir os esforços naturais. Asseverar as orientações/guias de responsabilização – a vida dos outros dependia, ou podia depender, das opções/decisões individuais assumidas – despojar a individualização e acendrar a realização do grupo como indutor de objectivos que eram comuns a todos e para todos constituíam um padrão e uma pauta de acção que argamassou a personalidade de cada um (penso). Do mesmo passo, responder com generosidade e em função de uma necessidade comum, perspectivar em função dos objectivos delineados, que a missão urgia, convalidar opções colectivas e participadas – para usar um termo sociologicamente correcto – transformaram-se, na maioria dos casos com que convivi, numa divisa e num paradigma de actuação.

Tudo é efémero, e muito particularmente os valores que historicamente nos são inoculados, permanece, no entanto, na vivência de quem acolheu um acervo de valores tão densamente aferidores da formação personalística um débito de gratidão para uma instituição que, de uma forma inovadora e humanizante (ao seu tempo), soube formar pessoas que deveriam ter responsabilidade na formação de pessoas que iriam enfrentar uma realidade adversa. Preparar bem para melhor poder realizar, parece-me, foi o que logrei turiferar da formação que recebi no CIOE.



LAPUA[®]

THE ORIGINAL

.338 Lapua Mag.

30º
ANIVERSÁRIO
DEZEMBRO 2010

SANTA MARIA DA FEIRA
Rua da Zona Ind. do Roligo, Espargo
4520-115 S.M.Feira
T. 256 330 800 | F. 256 330 809

PORTO
Rua 5 de Outubro, 135
4100-175 Porto
T. 226 007 970 | M. 932 206 086

LISBOA
Rua da Artilharia Um, n.º 15
1250-036 Lisboa
T. 218 248 300 | M. 934 977 867

info@cacicambra.pt | www.cacicambra.pt

cacicambra
CONGREGAÇÃO E INDÚSTRIA DE ARTIGOS DE CAÇA S.A.

Novo Comandante do CTOE toma posse

Decorreu em 16 de dezembro de 2020, no Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE), em Lamego, a Cerimónia de Tomada de Posse do novo Comandante, Coronel de Infantaria António José Fernandes de Oliveira.

Esta cerimónia foi presidida pelo Comandante das Forças Terrestres, Tenente-General António Martins Pereira e contou com a presença do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lamego, Eng.º António Alves da Silva, do Presidente da Assembleia Municipal de Lamego, Dr. José Lourenço e do Presidente da Junta de Freguesia de Lamego, Sr. António Roçado.

Como momentos mais significativos, destacam-se a condecoração do Comandante cessante, Coronel Raúl Felisberto Matias, a entrega do Estandarte Nacional à guarda do CTOE ao novo Comandante, pelas mãos do Comandante da Brigada de Reação Rápida, Brigadeiro-General Gonçalves Soares, bem como a assinatura do Termo de Posse.

Após a realização destes atos, que simbolizam a assunção do comando, e a finalizar a cerimónia, o Coronel António José Oliveira recebeu a apresentação de cumprimentos dos Oficiais, Sargentos, Praças e Trabalhadores Cívicos que prestam serviço no CTOE e procedeu à assinatura da primeira Ordem de Serviço enquanto Comandante da Unidade.



Celebração da Missa de Natal no CTOE

Realizou-se no dia 17 de dezembro de 2020 no Centro de Tropas de Operações Especiais, a celebração eucarística de Natal.

A missa de Natal é um dos eventos mais marcantes para a Unidade e para a família das Operações Especiais. Celebrada como tradicionalmente na Igreja de Santa Cruz, este ano, por razões de saúde pública, teve uma participação mais reservada, tendo contado com a presença do Exmo. Comandante do CTOE, uma representação dos seus oficiais, sargentos, praças e trabalhadores civis que atualmente prestam serviço na Unidade.



Apresentação da 3.ª SOAT no CTOE

No dia 01 de fevereiro de 2021, decorreu a apresentação da 3ª Equipa de Assessoria de Operações Especiais (Special Operations Advisory Team - SOAT), no âmbito da missão da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) inserida na Resolute Support Mission (RSM) Afeganistão, ao Cmdt do CTOE, Cor Inf António José Oliveira. A apresentação, devido às necessárias regras de segurança face à pandemia, teve lugar no salão de conferências e contou com uma breve apresentação sobre missão, comandada pelo TCor Art Pedro Azevedo.

A 3ªSOAT constituída por 07 militares de Operações Especiais do Exército e 01 militar da Armada, teve como missão treinar, aconselhar e assistir (Train, Advise and Assist - TAA) o Departamento de Treino do Afegan National Army Special Operations Command (ANASOC) e ao Comando e Estado-Maior da School of Excellence (SoE) do Afeganistão, assim como coordenar as atividades das SOAT de Áustria, Espanha, Eslováquia, Letónia e Polónia, que prestam apoio direto aos vários cursos ministrados na SoE. No seu desempenho foram creditados com as melhores referências dos seus pares e das autoridades militares da OTAN no Teatro de Operações e do Afeganistão.

Doravante, estes militares, imbuídos dos valores inerentes à condição militar e com a experiência adquirida na missão irão dar o seu contributo para que o CTOE se continue a afirmar como uma Unidade que se quer “moderna, atrativa, credível”, eficiente e inclusiva”, em que os que nela servem cultivam, singularmente e em equipa, os valores que credenciam o CTOE como uma Unidade de referência nas FFAA pela excelência da formação e do treino, pela prontidão, ousadia, flexibilidade, discrição e competência dos seus militares no seu desempenho operacional e pela humanidade demonstrada no apoio à proteção e bem-estar da população.

Sejam bem-vindos.



CTOE ministra formação em SERE

A formação na área de Sobrevivência, Evasão, Resistência e Fuga (Survival, Evasion, Resistance and Escape - SERE), tem como finalidade proporcionar o treino e as competências necessárias na compreensão completa do conceito NATO Joint Personnel Recovery (JPR), enquadrando-se na tipologia de formações diferenciadas ministradas no CTOE em apoio ao aprontamento das Forças e dos Elementos Nacionais Destacados nos diferentes TO onde as Forças Armadas Portuguesas estão empenhadas.

A formação NATO SERE, nível A decorreu no CTOE nos períodos de 15 a 16 de fevereiro e 24 e 25 de maio de 2021 nomeadamente, no âmbito dos aprontamentos e preparação dos militares que integram a 9CN/FND/OIR e os Elementos Nacionais Destacados indigitados no Teatro de Operações do Mali. O nível B, teve lugar em 22 a 26 de fevereiro, 15 a 16 de março e de 07 a 11 de junho de 2021 respetivamente, no âmbito dos aprontamentos e preparação dos militares que integram a European Union Land Rapid Response (EU-LRR), a European Union Training Mission - Mali (UTM-MALI) e da BtrAC10.5 Reb/EULRR21.



Formação SERE ao 9CN/FND/OIR

No âmbito do aprontamento e preparação dos militares que vão ser empregues no Teatro de Operações (TO) do MALI, decorreu no CTOE, a formação na área do SERE, (Survival, Evasion, Resistance and Escape).

Esta formação NATO SERE, nível A, do 9CN/FND/OIR, teve como finalidade proporcionar aos militares as competências necessárias para a compreensão completa do conceito NATO Joint Personnel Recovery (JPR) e enquadrar-se na tipologia de formações diferenciadas ministradas no CTOE em apoio ao aprontamento das Forças e Elementos Nacionais Destacados a empenhar nos diferentes Teatros de Operações onde as Forças Armadas Portuguesas estão em operações.



Visita do Comandante da Brigada de Reação Rápida ao CTOE

O Brigadeiro-General Gonçalves Soares inteirou-se sobre as medidas que estão a ser tomadas no sentido de se retomar a formação da Unidade.

No passado dia 16 de março, o Comandante da Brigada de Reação Rápida visitou o CTOE, em Lamego, com o objetivo de verificar as condições existentes no Regimento no sentido de ser retomada a formação.

Acompanhado pelo Comandante do CTOE, Cor Inf António José Fernandes de Oliveira, o Brigadeiro-General Gonçalves Soares visitou e inspecionou as instalações destinadas aos militares em formação.



A participação da Força de Operações Especiais no Real Thaw 2021

Militares da Força de Operações Especiais participaram no exercício Real Thaw 21. Este exercício, da Força Aérea Portuguesa, decorre entre 15 a 26 de março de 2021, na região de Beja, Alcochete, Campo Militar de Santa Margarida e Tancos, tendo a Força de Operações Especiais participado com uma Unidade Tática de Operações Especiais e uma Equipa Sniper.

Os militares de Operações Especiais envolvidos no exercício tiveram como objetivos de treino a validação de técnicas, táticas e procedimentos de Top Cover, Sniping Shooting e Tactical Air Landing Operation (TALO), tendo os mesmos sido completamente atingidos.



Exercício VIRIATO 21.1

Entre 06 e 12 de abril, realizou-se o Exercício VIRIATO 21.1 em Lamego, com a participação de cerca de 70 militares do Special Operations Task Group (SOTG) da CompOEsp 2021/22.

O Exercício decorreu na forma de CPX e teve como finalidade validar a interoperabilidade das diferentes capacidades que constituem o SOTG, designadamente, Special Operations Land Task Unit (SOLTU), Destacamento de Apoio de Serviços e Destacamento de Apoio de Combate.

Destaca-se a integração das valências externas ao CTOE, nomeadamente ao nível do EM/SOTG com dois analistas de informações do Agr ISTAR oriundos do RC3 e um especialista IMINT oriundo do CIGeoE, e as Equipas de Mini-UAV e GE, que estão integradas no apoio de combate, oriundas do RA5 e RTm, respetivamente.

Os objetivos foram plenamente atingidos, o que permitiu consolidar os aspetos técnico-táticos e administrativo-logísticos do aprontamento do SOTG 2021/22. Foi possível, também, efetuar os testes de aferição da língua inglesa, com o apoio do Centro de Línguas do Exército.



Formação modelar de Inglês e Francês

O Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE), com a colaboração da Escola Latino Coelho de Lamego, iniciou, em 12 de abril de 2021, um programa modelar de formação de Inglês e Francês.

Este programa, enquadrado no ciclo de treino operacional da Força de Operações Especiais (FOE), vai decorrer durante o 2º trimestre e visa o desenvolvimento linguístico dos militares do CTOE tendo em vista o seu emprego operacional futuro.

Este programa permite ainda desenvolver as relações existentes com a comunidade local e as sinergias resultantes possibilitam a valorização dos militares e a sua melhor reintegração na sociedade civil, nomeadamente aos militares em Regime de Contrato, ficando estes inscritos no Centro Qualifica.



Long Precision 21

Através da Força de Operações Especiais, do Centro de Tropas de Operações Especiais, da Brigada de Reação Rápida, o Exército está a participar com três militares (um Oficial, um Sargento e uma Praça) no Exercício LONG PRECISION 21, em Guadalajara e em San Gregorio (Zaragoza), Espanha.

Este ano o foco do exercício visa treinar as lições aprendidas nos conflitos mais recentes e ainda estudar o cenário atual da Síria e Ucrânia, dando especial ênfase à utilização de snipers na “guerra de nova geração” em cenários rurais e urbanos. Pretende-se, também, integrar meios e equipamentos eletrónicos de ISR, comprovando a utilidade e a eficácia da guerra eletrónica e dos UAV no processo de aquisição e designação de alvos. Devido aos constrangimentos da pandemia COVID-19, participam apenas forças oriundas de Portugal e Espanha.

Este Exercício, além de uma excelente oportunidade de treino, faculta aos militares do Exército português a oportunidade de partilhar experiências com Forças aliadas, contribuindo para que as Forças de Operações Especiais estejam cada vez melhor capacitadas para estar ao serviço dos Portugueses.





Incorporação do 3.º CFGCPE-21

A Incorporação do 3º Curso de Formação Geral Comum de Praças do Exército – Contingente Especial 2021, decorreu no dia 26 de abril, no Centro de Tropas de Operações Especiais com 35 candidatos incorporados.

Esta formação tem como finalidade habilitar os formandos com as competências necessárias à sua integração nos valores e nos princípios do Exército, na Instrução Básica, e habilitar os formandos com as competências necessárias à sobrevivência no campo de batalha, na Instrução Complementar.



FOE executa Exercício Conjunto

Uma Unidade Tarefa de Operações Especiais (SOTU) da Força de Operações Especiais (FOE), reforçada com uma Equipa Sniper participou no exercício NATO TIGER MEET 21, da Força Aérea Portuguesa.

Centrado no treino conjunto e combinado entre as diversas tipologias de Forças participantes, em missões de treino realistas e adequadas aos Teatros de Operações atuais, este exercício, que foi conjugado com o APOLO 21, da Brigada de Reação Rápida, decorreu entre 03 e 14 de maio de 2021 na região de Beja e Odeceixe.

Os militares da Força de Operações Especiais envolvidos no Exercício tiveram como objetivos de treino o planear e conduzir operações especiais de reconhecimento especial e ação direta. A integração dos meios aéreos nas operações, através de Equipas Joint Terminal Attack Controller (JTAC) e a inserção e extração de forças com recurso a meios aéreos, através de técnicas de Fast Rope e Rappel, constituíram-se uma clara mais-valia para o treino e prontidão destas forças permitindo o desenvolvimento individual e coletivo dos seus operacionais.

4.º SERE A

No âmbito do Treino Orientado para a Missão (TOM) Elementos Nacionais Destacados indigitados para o Teatro de Operações do Mali, decorreu de 24 e 25 de maio de 2021, no Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE), o 4º Curso de Sobrevivência, Evasão, Resistência e Extração nível A 2021.

Esta formação tem como finalidade proporcionar aos militares as competências necessárias na compreensão completa do conceito NATO Joint Personnel Recovery (JPR), sobreviver e escapar a uma força em perseguição, resistir à exploração em situação de cativo e usar equipamento operacional de extração.

O CTOE ministra formação de Sobrevivência, Evasão, Resistência e Extração de 3 níveis A, B e C, em apoio ao aprontamento das Forças e Elementos Nacionais Destacados a empenhar nos diferentes Teatros, tendo em conta que a referida formação é crucial para a sobrevivência no campo de batalha.



Juramento de Bandeira do 3.º CFGCPE-21

Em 28 de maio de 2021, realizou-se no Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE), a Cerimónia de Juramento de Bandeira de 27 Soldados Recrutados, do 3º Curso de Formação Geral Comum de Praças do Exército, iniciado em 26 de abril de 2021.

Esta teve lugar na parada interior do quartel de Stª Cruz, onde os jovens formandos juraram bandeira perante o Estandarte Nacional, e assumiram defender a Pátria, servir Portugal e as Forças Armadas “mesmo com o sacrifício da própria vida”. Concluíram a formação 27 formandos dos 35 que incorporaram a IB (Instrução Básica).

A cerimónia foi presidida pelo Exmo. BGen Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares, Comandante da Brigada de Reação Rápida e pelo Exmo. Comandante do CTOE, Cor Inf António Oliveira. Ainda estiveram presentes o Adjunto do Cmdt CTOE, o 2º Comandante em suplência, Cmdt do BForm e o Chefe da Secretaria de Comando.

Foi entregue pelo Exmo. BGen Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares um certificado do melhor formando a IB ao Sold Rec 17691217 Tony Coelho.

2.º SERE B

No âmbito do aprontamento da BtrAC10.5Reb/ EULRR21, decorreu de 07 a 11 de junho, no Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE), o 2º Curso de Sobrevivência, Evasão, Resistência e Extração, nível B.

Esta formação teve como finalidade proporcionar aos militares as competências necessárias para a compreensão completa do conceito NATO Joint Personnel Recovery e dar competências mínimas necessárias para sobreviver a uma força em perseguição, evadir-se ou resistir à exploração em situação de cativo e usar equipamento operacional de extração. Inclui um exercício prático onde os formandos aplicam os procedimentos de Extração.

A formação de Sobrevivência, Evasão, Resistência e Extração, ministrada no CTOE, está de acordo com o STANAG 7196 dividindo-se em 3 níveis A, B e C, sendo proporcionada em apoio ao aprontamento das Forças e Elementos Nacionais Destacados a empenhar nos diferentes Teatros de Operações onde as Forças Armadas Portuguesas estão a desenvolver atividade.



Exercício HOT BLADE 21

A Força de Operações Especiais participou com três Unidades Táticas no Exercício HOT BLADE 21, na região de Santa Margarida, de 20 a 25 de junho de 2021.

Para a execução deste exercício foi estabelecida uma Base Operacional Avançada no Campo Militar de Santa Margarida, conjuntamente com as Forças de Operações Especiais Holandesas.

O cenário do exercício possibilitou o treino de duas das quatro missões primárias das Forças de Operações Especiais, a Ação Direta e o Reconhecimento Especial, de forma independente e em colaboração com as forças congêneres.

Destaca-se ainda a execução de tarefas críticas, tais como a Captura de Alvos de elevado valor e o resgate de reféns, utilizando o vetor aéreo e terrestre para inserção e extração nos diferentes objetivos, recorrendo a aeronaves de asa fixa e rotativa e a viaturas ultraligeiras SOF.



PROTILIS

Equipamentos de Defesa, Segurança e Proteção Civil

Group
UTILIS SAS

www.protilis.pt

geral@protilis.pt

+351 212 477 712

<https://www.linkedin.com/company/protilis-portugal/>

A MISSÃO DE ASSISTÊNCIA MILITAR A EXPERIÊNCIA DAS SOAT

Autores: Tcor Roxo e Maj Oliveira

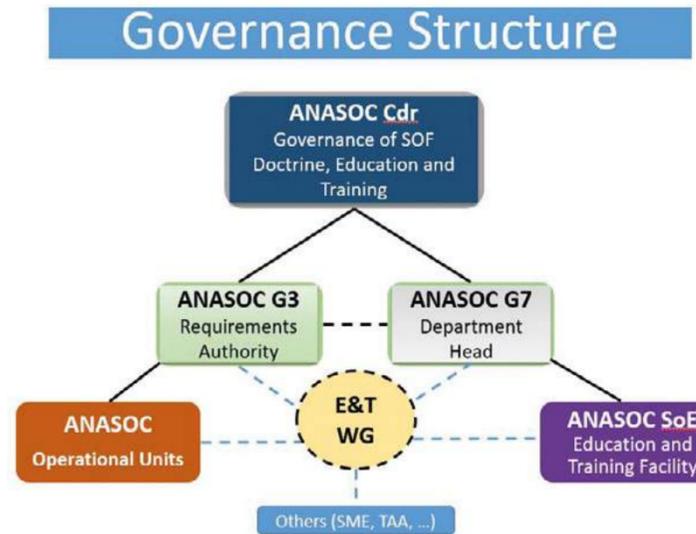
nas últimas duas décadas, as Forças de Operações Especiais (Special Operations Forces – SOF) têm ganho uma maior preponderância no panorama internacional, não só pela especificidade das mesmas, mas também pela relação causa-efeito no âmbito estratégico-operacional, sendo a Assistência Militar (Military Assistance – MA) uma das missões primárias SOF que mais tem contribuído para este desiderato.

De acordo com a doutrina NATO, assim como das Forças de Operações Especiais Portuguesas, a MA caracteriza-se por ser um conjunto de medidas e atividades conduzidas pelas SOF que apoiam, capacitam e influenciam ativos críticos das Forças amigas (Forças Parceiras). Este tipo de operações pode ser de treino, aconselhamento, mentoria, parceria ou de condução de operações combinadas que normalmente têm como foco o aumento da capacidade e proficiência técnica das Forças Amigas (Forças Parceiras), ajudando-as a atingir um determinado objetivo.

A projeção desta tipologia de Forças não se limita somente ao desenvolvimento, melhoria ou apoio direto às Forças de Segurança, aos compromissos Militares ou às interações com os atores não militares, podendo também conduzir atividades de apoio à segurança, estabilização, assistência e reconstrução.

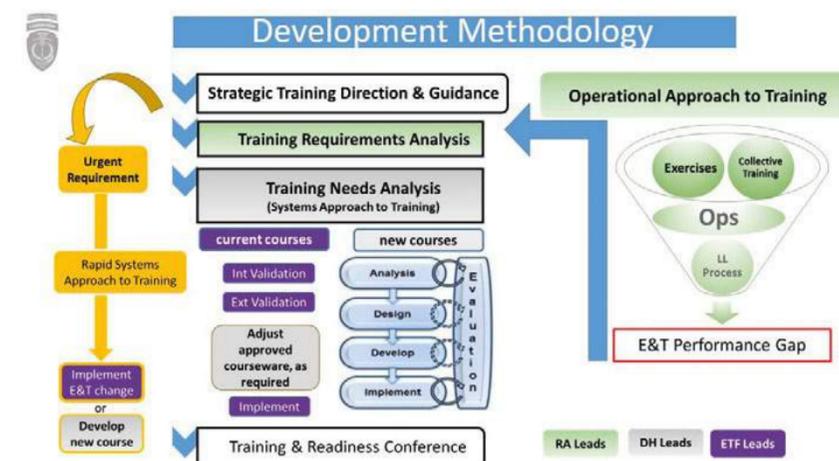
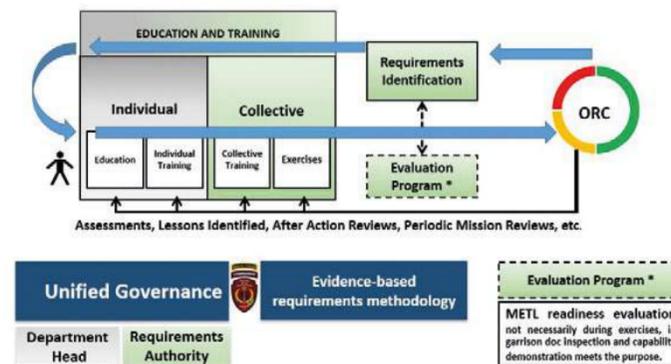
Outra das características desta tipologia de missão é o estatuto dos militares no decorrer das operações, contrastando com as missões de cooperação técnico-militar, como podemos constatar na Legislação Nacional em vigor. A missão de MA

enquadra-se numa missão de paz fora do território nacional, e que segundo o Decreto-Lei n.º233/96, o estatuto dos militares das Forças Armadas envolvidos em missões humanitárias e de paz fora do território nacional, permite aos militares portugueses desempenhar missões de caráter militar com objetivos quer humanitário, quer de estabelecimento ou manutenção da paz no âmbito dos compromissos assumidos por Portugal. As missões de cooperação-militar, inserem-se na política bilateral do Estado Português, e que segundo o Decreto-Lei n.º238/96, estatuto dos



Afghan SOF Training Conceptual Overview

An Afghan SOF effort to develop effective, efficient and affordable education and training solutions



militares nomeados para participarem em ações de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, cujo principal objetivo é o desenvolvimento social e económico, através da formação, especialização e qualificação de pessoal militar no âmbito dos projetos que integram os programas quadros aprovados.

Devido aos factos anteriormente expostos, e face à ação externa do Estado Português no setor da Defesa, em cooperação com outros Estados e Organização Internacionais, através do emprego de Forças Nacionais Destacadas (FND), foi deliberada a autorização de projeção de uma Força de Operações Especiais com a missão de treinar, aconselhar e mentorar (Train, Advise and Assist – TAA) a estrutura de comando da School of Excellence (SoE) do Afghan National Army Special Operations Command – ANASOC) e, complementarmente, desenvolver atividades de TAA noutros estabelecimentos de formação, mediante o pedido das autoridades oficiais da Resolute Support Mission (RSM) e sujeitas a aprovação nacional.

Assim sendo, no primeiro semestre de 2019, no cumprimento do estipulado superiormente foi atribuído ao Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE) a missão de constituir as Special Operations Advisory Teams (SOAT) com o incremento de militares de Operações Especiais da Marinha, a fim de as projetar para o Teatro de Operações (TO) do Afeganistão.

Após a sua constituição, as SOAT efetuaram o treino operacional orientado para a missão de MA, tendo como objetivos assegurar e aperfeiçoar o desempenho no âmbito das tarefas de TAA, garantir as melhores condições de sobrevivência e proteção da Força e certificar a mesma (Special Operations Forces Evaluation - SOFEVAL) para a futura projeção.

Aquando a chegada ao TO do Afeganistão e em coordenação com estrutura de Comando da Taks Force 52 (TF52) e a NATO Special Operations Component Command

Imagens do Modelo do Sistema Integrado de Formação e Treino aplicadas nas Forças Especiais Afegãs



**QUE OS MUITOS, POR SER
POUCOS, NAM TEMAMOS**

Afghanistan - NSOCC A), verificou-se, após uma análise aprofundada do Sistema Formação implementado, que existiam lacunas no funcionamento nas estruturas de formação (SoE/ANASOC), na formação e no próprio sistema. Devido a estes factos, houve necessidade de desenvolver e implementar um Sistema Integrado de Formação e Treino nas Forças Especiais Afegãs, denominado de Afghan Special Operations Forces Training and Management System (ASOFTMS), por forma a colmatar as falhas detetadas e incrementar e sincronizar a formação e treino destas Forças, as quais são responsáveis por cerca de 90% das operações de combate em todo o Afeganistão.

Após a implementação deste Sistema Integrado, procurou-se, não só desenvolver processos de organização de trabalho, tais como o fluxo de trabalho (workflow tracking) e o sistema de lições aprendidas simplificado (Simplified Lesson Learn Process), mas também simplificar processos e cursos de formação na SoE, tendo como objetivo dar maior autonomia às Forças afegãs e minimizar o impacto da futura retirada das Forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e Estados Unidos da América (EUA). Por forma a conseguir este objetivo foi essencial, em estreita coordenação com a SoE/ANASOC, efetuar a reestruturação do Catálogo de Cursos e respetivos Referenciais, elaborar uma Memorandum de Entendimento entre Ministério da Defesa e Ministério do Interior, a fim de assegurar a SoE como escola de formação base das Forças Especiais no Afeganistão, partilhando uma identidade comum, e colaborar na edificação de infraestruturas de treino, de apoio e bem-estar para um aumento da capacidade e qualidade da geração de Forças do ANASOC.

Para consolidar todos os projetos e processos desenvolvidos, organizaram-se duas conferências, chamadas de Training Readiness Conference (TRC). Estas conferências anuais são outro dos legados deixados pelas SOAT e tiveram como objetivo aperfeiçoar e apresentar o Plano de Formação Anual do ano seguinte, discutir as lições identificadas em contexto formativo, de treino e combate, garantir uma interação profícua entre os escalões superiores e



as bases, e alargar a discussão com outros Ministérios e estruturas, tais como o Ministério do Interior e National Directorate of Security (NDS).

Paralelamente à sua missão principal de TAA ao ANASOC e SoE, as SOAT Portuguesas foram também responsáveis pela coordenação e supervisão das diferentes SOAT da Coligação (Albânia, Áustria, Espanha, Eslováquia, Letónia, Polónia e República Checa) que desempenhavam a sua missão na SoE, tarefa esta que trouxe visibilidade, prestígio e reconhecimento pelas mais altas entidades da OTAN e Afegãs às Operações Especiais e Forças Armadas Portuguesas, pela forma competente, coerente e eficiente com que desempenharam esta tarefa de alta responsabilidade. Outra das tarefas atribuídas às SOAT Portuguesas foi a elaboração e consolidação do Plano de Defesa do Campo (Base Defense Plan - BDP), tendo um papel fundamental na sincronização e integração das diversas perspetivas sob o ponto de vista tático das várias SOAT de diferentes países. O seu papel não se esgotou na elaboração, tendo a SOAT Portuguesas contribuído como unidade tática constituída para a execução do mesmo, garantindo a interoperabilidade entre as Forças e fomentando o espírito de colaboração e coesão entre os seus pares.

Para além das atividades anteriormente expostas, foram também realizadas outras atividades no âmbito da moral e bem-estar, tais como, competições de tiro e treino físico militar, cross training de tiro e Tactical Combat Casualty Care (TCCC), celebração dos dias nacionais e aniversários, receção de altas entidade

Nacionais e Internacionais e a participação em outras atividades de carácter lúdico. Estas atividades foram extremamente importantes, permitindo efetuar treino cruzado com as Forças congéneres, estabelecer relações de confiança com os seus pares e reforçar a credibilidade das Operações Especiais portuguesas no seio da comunidade de Operações Especiais internacionais.

A participação das SOAT portuguesas nesta missão de MA teve a duração de cerca de dois anos, terminando em dezembro de 2020. No período de permanência em TO foram projetadas 03 (três) SOAT, que foram cimentando o trabalho desenvolvido pelas anteriores, efetuando um trabalho essencial na reestruturação no Sistema de Formação afegão.

Esta missão de MA foi sem dúvida mais uma prova inequívoca da importância das Operações Especiais dentro do Sistema Nacional de Forças, reforçando a imagem e prestígio de Portugal no contexto internacional, constituindo-se um instrumento fundamental da projeção da política externa portuguesa, contribuindo para a sua afirmação no mundo. Esta tipologia de Forças, de efetivo reduzido, altamente qualificadas e com capacidade de operar num vasto espetro das operações militares faz com que seja essencial continuar a apostar na sua modernização e projeção nos diferentes TO.

ELEMENTOS NACIONAIS DESTACADOS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS NA EUROPEAN UNION TRAINING MISSION NA REPÚBLICA DO MALI

Autor: Tcor Roxo

O MALI

O Mali é um país da África Ocidental. A sua capital é Bamako e a língua oficial é o Francês, embora diferentes grupos étnicos falem diversas línguas como a Língua Berberes, Fula, Maninka, More, Soninquê, Songai, Tuaregue e o Bambara, onde se estima que 80% da população o utilize como língua materna ou segundo idioma. Formado por oito regiões, a maioria dos seus habitantes vive no sul próximo do rio Níger e Senegal.

Um país de território externo que faz fronteira com sete países: a norte é limitado pela Argélia, a leste pelo Níger, a oeste pela Mauritânia e Senegal e ao sul pela Costa do Marfim, Guiné e Burkina Faso. O norte é particularmente árido devido à ação do deserto do Saara. Em 1960, o Mali conquistou a sua independência em relação a França, juntamente com o Senegal, tornando-se a Federação do Mali. Um ano mais tarde, a Federação do Mali dividiu-se em dois países: Mali e Senegal. Em 1991, uma nova Constituição no país levou à criação do Mali como uma nação democrática, com um sistema pluripartidário. O Mali é membro da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO - ECOWAS).

As difíceis condições climáticas, o conflito armado, a criminalidade generalizada e a ausência do Estado em muitas regiões levaram o Mali a uma crise humanitária. O agravamento da situação causa deslocamentos, incremento da insegurança alimentar e aumento das taxas de desnutrição.

Além de vivenciar a guerra, o Mali é também um dos países mais pobres do mundo - está atualmente posicionado no posto 175 dos 188 países no Índice de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas (ONU).

A crise no Mali tem início em janeiro de 2012 com uma revolta Tuaregue lançada por combatentes armados regressados da Líbia e em março/abril dá-se um golpe perpetrado por tropas rebeldes. O vazio de poder permite aos Tuaregues e Islamitas controlar o norte do país. Em junho os Islamitas expulsam os tuaregues.

Em 22 de março de 2012 ocorre um golpe de Estado liderado pelo Capitão SANOGO, onde os militares controlam o palácio presidencial em Bamako, a rádio e televisão nacionais e detêm algumas personalidades, incluindo o presidente do país e declararam o recolher obrigatório.

Com o aumento da violência e instabilidade, o governo incitou ajuda internacional, e a França lança a Operação Serval. Uma operação militar realizada no norte do país, no início de 2013, pelas Forças Armadas Francesas, com apoio logístico das Forças Armadas dos Estados Unidos e de outros países europeus.

O objetivo declarado da intervenção era deter o avanço dos grupos Tuaregues e Grupos rebeldes islâmicos, supostamente ligados à Al Qaeda, os quais governavam o norte do país desde 2012, podendo eventualmente chegar à capital, Bamako.

Em 2013 inicia-se a EUTM Mali com militares Europeus para incorporar esta missão.

Em 18 de agosto de 2020 advém um golpe de Estado, que começou quando membros das Forças Armadas do Mali iniciaram uma revolta e detiveram vários funcionários do governo, incluindo o presidente Ibrahim Boubacar Keïta, que renunciou e dissolveu o governo.

Em 24 de Maio de 2021 advém mais um golpe de Estado. Começou na noite de 24 de maio de 2021, quando o exército do Mali capturou o presidente Bah N'daw, o primeiro-ministro Moctar Ouane e o ministro da Defesa Souleymane Doucouré. Assimi Goita, o chefe que liderou o golpe de Estado de 2020, anunciou que N'daw e Ouane foram destituídos de seus poderes e que novas eleições serão realizadas em 2022.

Este é o terceiro golpe de Estado do país em dez anos, após os golpes militares de 2012 e 2020.



A MISSÃO

A restauração da paz e estabilidade duradouras no Mali são essenciais para a estabilidade a longo prazo na região do G5 Sahel e mais amplamente para a África e Europa. A pedido do Governo do Mali e com base nas resoluções da ONU, em particular a Resolução 2071 do Conselho de Segurança da ONU, os Estados membros da União Europeia concordaram em estabelecer uma missão de formação das Forças Armadas Malianas (MaAF), no quadro da Política Comum de Segurança e Defesa (PESC) da UE. O Primeiro Mandato para a Missão European Union Training Mission (EUTM) no Mali foi estabelecido em janeiro de 2013. O mandato da missão foi renovado quatro vezes, o último, quinto mandato, foi adotado em maio de 2020. O Conselho de Segurança da ONU, através de Resoluções relacionadas com a MINUSMA, continua a encorajar a EUTM Mali a fornecer apoio às autoridades Malianas.

O NOVO MANDATO E OS SEUS OBJETIVOS

A EUTM Mali está mandatada para ajudar as Forças Armadas Malianas (MaAF) na restauração das suas forças armadas e das suas capacidades com vista a permitir-lhes conduzir operações militares destinadas a restaurar a integridade territorial e a redução da ameaça representada pelos grupos terroristas, e para proporcionar assistência à Força Conjunta do G5 Sahel, bem como às forças armadas nacionais nos países do G5 Sahel. A EUTM Mali é uma missão não executiva e não deve ser envolvida em operações de combate.

A EUTM Mali foi dotada de dois objetivos estratégicos, o de contribuir para melhorar a capacidade operacional das MaAF sob o controlo das autoridades civis legítimas e de apoiar o G5 Sahel através da criação da Força Conjunta do G5 Sahel e das Forças Armadas nacionais nos países do G5 Sahel operacionais.

OS MILITARES DO CENTRO DE TROPAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS NO TEATRO DE OPERAÇÕES DO MALI

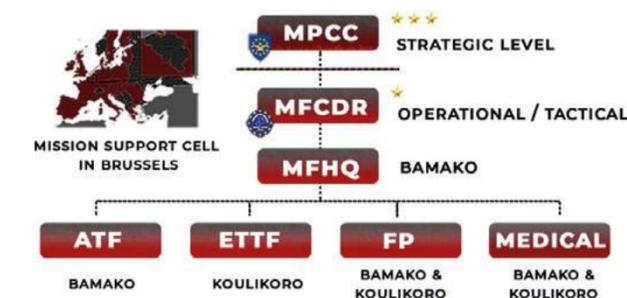


Figura 1 - Organização da EUTM Mali

The Military Planning and Conduct Capability (MPCC), é a estrutura permanente e não destacável de comando e controlo do Estado-Maior da União Europeia que assume a liderança das missões militares não executivas, atualmente representadas pelas missões de formação (EUTM) na Somália, na República Centro-Africana e no Mali.

Sob esta estrutura de nível estratégico-militar é o Comandante da Força de Missão (MFCdr), actualmente Brigadante-General Espanhol Fernando Luis Gracia Herreiz, que exerce o comando sobre as forças na EUTM Mali.

As atividades da EUTM no Mali assentam essencialmente na Advisory Task Force (ATF), que está localizada em Bamako, é a unidade responsável por aconselhar e formar o pessoal do Ministério da Defesa, do Estado-Maior General do Exército e do Quartel-General das Regiões do Exército. Também fornece aconselhamento e formação à sede da Força Conjunta do G5 Sahel, ajudando a consolidar e a melhorar as suas capacidades operacionais.

No Educational and training Task Force (ETTF), uma unidade, com sede no Campo de Treino de Koulikoro (KTC), fornece formação às Unidades e apoia formação nos Centros de Educação Militar, com o objetivo de melhorar a liderança e capacidades de gestão operacional de Militares das Forças Armadas do Mali. Nesta unidade de formação, é onde os Elementos Nacionais Destacados de Operações Especiais do Centro de Tropas de Operações Especiais e do Destacamento de Ações Especiais estão atualmente a desempenhar as suas funções.

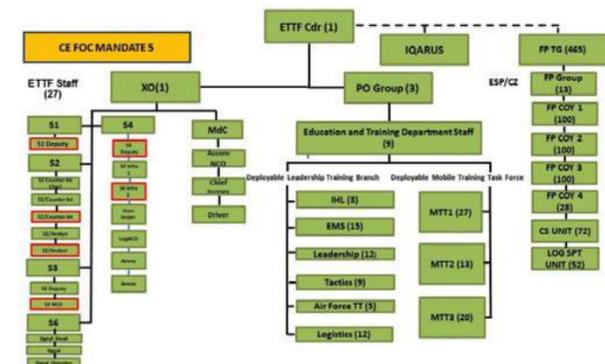
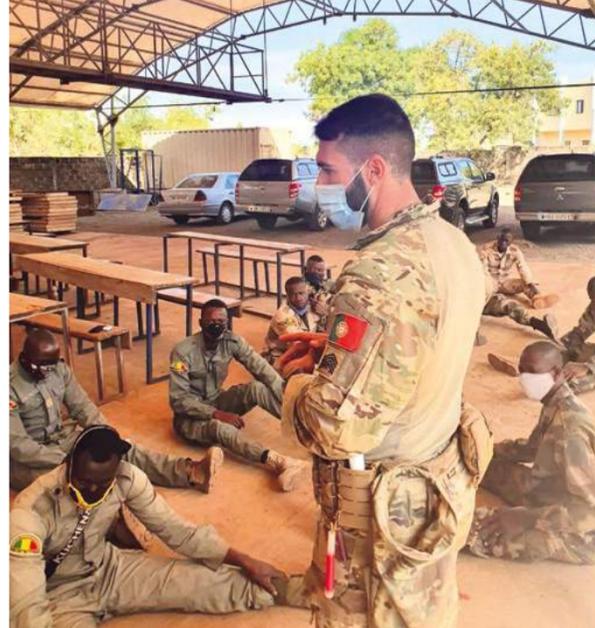


Figura 2 - Organização da Education and Training Task Force

Desde 2013 que toda a organização sofreu alterações e têm-se vindo a vivenciar evoluções constantes quer a nível organizacional quer nos seus objetivos.

Com o 5º Mandato os Elementos de Operações Especiais (OE), inserem-se numa nova estrutura organizacional e inseridos em equipas móveis de treino, as Deployable Mobile Training Task Forces.

Apesar de os END de OE estarem colocados em Mobiles Training Teams (MTT) diferentes, é sempre preferível trabalhar em conjunto e manter a integridade nacional dando diversas formações em diferentes áreas. Com cargos de Team Ldr MTT 2.1 (Infantry/Commando), Trainer & Mentor MTT 1.1 (Sniper) e Trainer & Mentor MTT 1.2 (Sniper), foram diversas as áreas ministradas e é possível verificar que os militares portugueses ajudaram a formar 314 militares malianos (em 06 meses), e ainda ministraram formação a outros Trainers em áreas técnicas relacionadas com o seu âmbito operacional. As tarefas desempenhadas, ainda que por vezes não estarem relacionadas com as Job Descriptions,



inseriram-se dentro das áreas de conhecimento do militares portugueses, tendo sido alcançados resultados excepcionais, superiormente elogiados em todas as formações em que participaram, realçando o curso Military Operations in Urban Terrain ministrado pelos três elementos de OE a 14 elementos da Gendarmerie em Kolikouro com a duração de 4 semanas (GARS1 MOUT).

Com o novo mandato, as formações começaram a ter mais relevância fora de Kolikouro training Camp, optando por formações mais curtas e descentralizadas por todas as regiões do Mali e posteriormente em toda a região do G5 Sahel, sendo que os elementos Portugueses de OE apenas operaram na região de Kolikouro e Bamako.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

European Union Training Mission Mali (2021), acedido em 9 de junho de 2021, em <https://eutmmali.eu/factsheet/>.
 Ministère de L'Europe et des Affaires Étrangères, France Diplomacy (2021), acedido em 9 de junho de 2021, em <https://www.diplomatie.gouv.fr/en/>.
 Deutsche Welle (2021), acedido em 9 de junho de 2021, em <https://www.dw.com/>.
 Comité Internacional da Cruz Vermelha (2021), acedido em 9 de junho de 2021, em <https://www.icrc.org/>.
 Mali Handbook, 2018.

A VISÃO E OS VALORES INSTITUCIONAIS ENQUANTO FATOR AGREGADOR DO CTOE

Autor: TCor Rodrigues

1. ENQUADRAMENTO GERAL

Pese embora a história do CTOE remonte ao longínquo ano de 1642, na altura em que a Unidade se designava por Terço Velho de Entre o Douro e Minho, e muito do seu legado tenha sido construído desde então, interessa-nos agora reportar ao início dos anos 80, momento no qual o General Mário Firmino Miguel, à data Diretor da Arma de Infantaria, escreveu ao Comandante da Escola de Sargentos, após uma visita a esta Unidade localizada nas atuais instalações do CTOE, o seguinte: “toda a minha solidariedade à acção que vem sendo desenvolvida no sentido de clarificar a missão da actual Unidade Militar de Lamego, reafirmando a minha inequívoca disponibilidade e o meu maior empenho para junto da hierarquia superior do Exército, advogar a rápida implementação do CIOE.”

No ano em que se pretende evocar os 40 anos da atual missão do CTOE, a qual foi definida pelo despacho 101/REO, de 22 de janeiro de 1981, esta Unidade orgulha-se de todos os dias “entregar a carta a Garcia”, que lhe foi dada pelo Exército Português e que só é possível pela Vontade e pelo Valor que caracterizam os militares de Operações Especiais e todos os quantos servem



O Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE) forma militares na área das Operações Especiais e apronta a Força de Operações Especiais (FOE)

nesta Unidade única do Sistema de Forças do Exército. Sendo que a missão define a finalidade e o porquê da criação desta Unidade, atualmente esta foi estabelecida por despacho de S.Exa. o General CEME, o qual define o Quadro Orgânico 07.02.09, aprovado em 06Mai19, e resume a missão a:

“O Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE) forma militares na área das Operações Especiais e apronta a Força de Operações Especiais (FOE).”

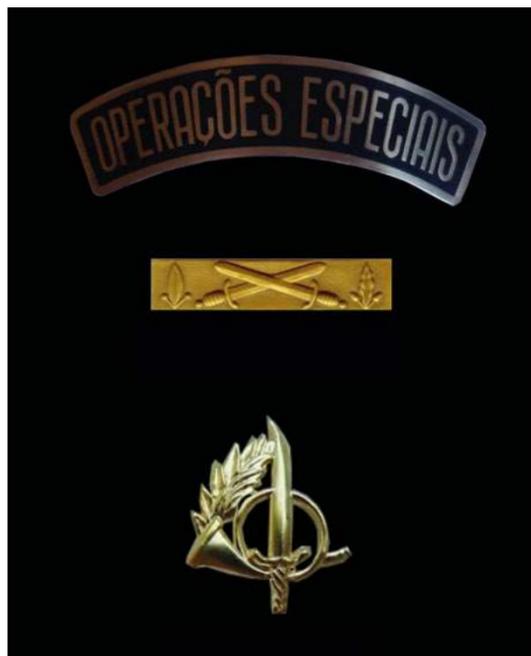




2. ATUALIDADE

Qualquer organização ou instituição, depois de ver vertida na sua missão a finalidade e razão de existir, deve estabelecer a sua visão, de modo a perspetivar o seu futuro, definindo quais os objetivos que pretende alcançar num período temporal.

Contudo as instituições, como complemento à sua missão e visão, devem ter por base um conjunto de valores que definem a sua identidade, que se constituem nas motivações para alcançar as metas propostas na visão. Instituições com um longo historial e completamente enraizadas na sociedade, por vezes, não definem claramente os valores, pois estes encontram-se em documentos enquadrantes e/ou normativos, como estava a acontecer no CTOE.



Em complemento do já exposto poderemos afirmar que a definição da missão, visão e valores de uma instituição é fundamental na e para a sua cultura organizacional. Para além de traçar o caminho correto a ser seguido, também auxilia na definição dos objetivos a serem alcançados e na apreciação dos resultados. As avaliações frequentes constituem-se noutra marco importante nesta área, e têm como objetivo verificar se a instituição está a seguir a estratégia definida. Mesmo sendo tão lógico, reporta referir que a missão, visão e valores são fatores básicos para alinhar toda a instituição por um propósito e elevar o seu crescimento organizacional.

Particularizando, o triângulo missão, visão e valores constitui-se numa estratégia de ação e comunicação essencial para o CTOE e, claramente, tem vindo a sofrer de influências por parte do ambiente interno e externo, destacando neste último domínio a visão e os valores do Exército, definidos na sua Diretiva Estratégica para 2019-2021 e apresentados a seguir.

- Visão: "Um Exército credível, moderno, atrativo, de elevada prontidão e competência. Um Exército pronto para a defesa militar da República e contribuinte ativo para a segurança cooperativa, para a proteção e bem-estar das populações e para a salvaguarda do património nacional."

- Valores: Disponibilidade; Disciplina; Honra, Lealdade e Coragem.

3. PERSPETIVANDO O FUTURO

Atualmente o CTOE encontra-se num processo bastante dinâmico e interessante, focado nos "novos" desafios, desde o incremento de missões no âmbito das operações especiais e a escassez de recursos humanos (transversal a todas as U/E/O do Exército Português), a par da operacionalização do Plano de Implementação da Força de Operações Especiais (PIFOE), o qual pretende colocar esta Unidade a par das suas congéneres internacionais. E foi este plano, aprovado em 2016, que encerra em si próprio um domínio interno e externo, que nos levou a pensar que era o momento certo para reavaliar a nossa comunicação institucional de modo a incrementar a nossa capacidade para melhor servir o Exército Português e, assim, Portugal e os Portugueses.

Esta nossa intenção de alterar o modo como comunicamos tem como alicerce fundamental a cultura organizacional do CTOE, designadamente a sua história, vertida nos símbolos, tradições e façanhas já realizadas, e no legado de todos aqueles que já serviram nesta Unidade, reconhecendo-lhes todo o seu esforço e dedicação de modo a perpetuar os seus feitos.

Deste modo, e para o alavancar a sua dinâmica e enquadrar os seus desafios, o CTOE pretende ser (Visão):

"Uma Unidade moderna, atrativa, credível, eficiente e inclusiva.

Uma Unidade de referência nas FFAA pela excelência da formação e do treino, pela prontidão, flexibilidade, discrição e competência dos seus militares no seu desempenho operacional e pela humanidade demonstrada no apoio à proteção e bem-estar da população."

Para o cumprimento da missão e valores do CTOE a Unidade vai ter de se mobilizar tendo como foco dois centros de gravidade, designadamente um funcional, a Força de Operações Especiais, e um outro imaterial, a credibilidade. Tal desígnio só é possível se todos quantos servem nesta Unidade estiverem imbuídos dos seguintes valores: **Competência** (aptos, eficazes e eficientes); **Discrição** (Reservados no modo de ser e estar); **Excelência** (Em busca permanente pela perfeição); **Flexibilidade** (Capazes de se adaptar a diferentes situações); **Humanidade** (Solidários e sensatos); **Ousadia** (Atrevidos nas suas ações, ponderando sempre o risco); e **Prontidão** (Sempre prontos, independentemente da missão).

Com um olhar estendido para o futuro, pretendemos manter a **Vontade** e o **Valor** dos nossos antecessores e deixar bem vivo o verso Camoniano que tão bem nos caracteriza ontem, hoje e amanhã...



**QUE OS MUITOS, POR SER
POUCOS, NAM TEMAMOS**

O SARGENTO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Autor: SMor Teixeira

1. HISTÓRIA

O termo “Sargento” deriva do Latim “seviente”, tendo chegado à nossa língua através do francês sergent e do italiano sergente, que tinham como significado aquele que servia ou auxiliava.

Em Portugal, no Século XV, a sua função começou por ser a de auxiliar administrativo do Capitão, sendo alterada durante a reorganização levada a cabo pelo “Conde de Lippe” que, nas reformas efetuadas no século XVIII, extingue a função de Sargento-Mor e enquadra a

categoria de “Sargento” como Praça de Pré, reforçando a sua necessidade de saber ler e escrever corretamente.

Os militares da categoria de Sargento têm sido vistos, desde o tempo do Conde de Lippe, como profissionais oriundos da Categoria de Praças, com uma menor necessidade de preparação intelectual e cultural, mas com uma elevada necessidade de conhecimento técnico. Até ao fim da Segunda Guerra Mundial, raros foram os casos de Sargentos que fugiam a este padrão. Até

Foto 1



1976, a formação dos Sargentos assentava basicamente nas Escolas Regimentais ou “Escolas das primeiras letras”. Através do Decreto-Lei n.º 920/76 acabam as denominadas Escolas Regimentais, passando a missão da formação dos militares que ingressavam na categoria de Sargentos para a Escola de Sargentos do Exército (ESE).

O Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE) ministra, em 1976, o primeiro Curso de Formação de Sargentos para o Quadro Permanente (CFS/QP). O CIOE constitui-se, assim, como a primeira Escola de Formação de Sargentos no nosso país, tendo formado 1.111 novos Sargentos. A designação de Escola de Formação de Sargentos cessa quando, em 1982, se procede à transferência das instalações existentes em Lamego para as Caldas da Rainha, passando esta Unidade a designar-se por Escola de Sargentos do Exército. A ESE iniciou as suas atividades no ano letivo de 1982/83, dando continuidade à missão de ministrar os CFS / QP.

2. A ESPECIALIDADE EM OPERAÇÕES ESPECIAIS

Em 29 de abril de 1963 inicia-se, no CIOE, o primeiro curso de “Instrutores e Monitores de Operações Especiais”. Deste curso saíram os primeiros (05) Sargentos formados na especialidade de Operações Especiais, nomeadamente: 2Sarg Júlio Manuel Gomes Rodrigues; 2Sarg Gentil de Oliveira Gonçalves Rua; 2Sarg Felicíssimo de Jesus Ferreira; Furr António José Amaral; e Furr Francisco Domingos Raposo. Toda a instrução foi ministrada em condições próximas da realidade e em níveis de dureza, incomodidade, fadiga, sobressalto, imprevisibilidade, irregularidade de horário, prontidão permanente e rigorosa disciplina. A instrução ministrada privilegiou o conhecimento das técnicas de “infiltração profunda, orientação, ocultação, combate e sobrevivência de pequenos grupos de combate, com vista a detetar, surpreender e destruir objetivos rebeldes”. O programa contemplou diversas matérias de preparação específica, designadamente: preparação psicológica, treino físico militar, navegação anfíbia, técnicas expeditas de travessia de cursos de água, tiro instintivo e manuseamento de engenhos explosivos. A ênfase foi colocada no planeamento tático, organização e conduta de patrulhas de longo raio de ação, montagem de emboscadas e execução de golpes de mão em objetivos de elevado risco associado. A preparação psicológica e o treino físico militar visaram sobretudo o desenvolvimento da capacidade de resistência em situações de esforços violentos e prolongados e outras condições particularmente adversas. Deste perfil de formação resulta que, já na altura, o Sargento de Operações Especiais (OpEsp) deveria ser possuidor de características, tanto técnicas como pessoais, acima da média da sua categoria, para o desempenho da função.





Foto 2

3. O SARGENTO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

a. Enquadramento / Generalidades

Vai longe o tempo em que o objetivo primário era o de formar Unidades especializadas em contraguerrilha, operações psicológicas e montanhismo, que depois eram empregues como forças de intervenção do Exército Português no início da Guerra do Ultramar. Hoje, as Forças de Operações Especiais (FOEsp) são forças especialmente selecionadas, organizadas, treinadas e equipadas, que utilizam técnicas e modos de emprego não convencionais, para o cumprimento de Operações Especiais. As FOEsp, desenvolvem um largo conjunto de competências que lhes permitem responder às necessidades de empenhamento operacional, a nível nacional e internacional, de forma eficiente e eficaz. O Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE) incorpora uma Unidade operacional denominada Força de Operações Especiais (FOE), constituída por Comando e Estado Maior, seis (6) Unidades de Tarefa de Operações Especiais (UTOE/SOTU) e por uma (1) Companhia de Comando e Apoio (CCA). Esta Unidade absorve, no seu efetivo, (80) Sargentos, conforme o

seu Quadro Orgânico, todos eles com competências desenvolvidas nas diversas áreas das Operações Especiais. (FOTO 1)

O Sargento, como elemento de Operações Especiais, tem uma função fulcral no empenhamento operacional da FOE e na formação no Batalhão de Formação. Desde a formação, passando pelo montanhismo, sapadores, equipas snipers, equipas Technical Exploitation Operations, Comunicações, equipas de Segurança, o Sargento assume um papel de especialista nas diversas áreas desenvolvidas pelas Operações Especiais.

b. A formação do Sargento de OpEsp

Na formação como elemento de Operações Especiais e na componente operacional nas diversas áreas específicas, os Sargentos de Operações Especiais são especialistas nas funções que desempenham.

No Batalhão de Formação tudo começa com rigor e exigência. O Sargento tem uma importância vital na formação do militar de Operações Especiais. Baseado na sua experiência, na sua conduta diária, mas também no seu extenso conhecimento adquirido

desde a sua formação, o Sargento tem oportunidade de pôr em prática as formações que a especialidade lhe proporciona. É um elemento ponderado, que usa a sua proximidade às diferentes categorias para tornar a formação mais versátil, e para que os formandos dos cursos de Operações Especiais assimilem as matérias com maior facilidade. Os conhecimentos práticos das várias matérias, bem como os anos passados na vida operacional, fazem do Sargento aquele elemento a quem os formandos dos Cursos de Operações Especiais podem recorrer com confiança. (FOTO 2)

c. O Sargento de OpEsp na componente operacional

Na FOE, o Sargento de Operações Especiais, para além de ser adjunto do Comandante é também um especialista na Unidade de Tarefa de Operações Especiais (UTOE) que opera numa estrutura especialmente organizada para a missão, devidamente treinado e equipado que utiliza técnicas e modos de emprego não convencionais para o cumprimento da missão superiormente atribuída.

(1) O Sargento versus material

O equipamento usado sai fora do padrão convencional, fazendo com que o Sargento de Operações Especiais tenha que ser ele também um especialista em material específico. Dentro da estrutura orgânica da FOE o Sargento de Materiais tem como responsabilidade zelar pela gestão, controlo e conservação de todo o equipamento e armamento usado pelas várias Unidades de tarefa. Desenvolve a sua tarefa primariamente na Arrecadação de Material de Guerra, local onde tem acesso a todo o material à carga da Companhia de Comando e Apoio. A especificidade e criticidade do equipamento e armamento da FOE obriga a ter conhecimento técnico alargado para o emprego e a boa gestão do material.

(2) O Sargento SNIPER

Um Sargento Sniper de Operações Especiais, para além de poder desempenhar qualquer missão como elemento integrado numa Unidade Tática, tem outras aplicações militares que fazem com que o seu treino seja específico e as suas responsabilidades sejam mais complexas. O sucesso do Sniper pode não ser só definido na sua seleção, mas também no seu treino. O treino essencial dum Sniper baseia-se no tiro, observação, avaliação de distâncias, navegação, conhecimentos teóricos sobre a aplicação do Sniper, camuflagem e perseguição. Todas estas tarefas cumpridas e combinadas com outras valências fazem a diferença entre o sucesso e insucesso numa missão.

Atualmente grande parte do trabalho dos Snipers é em tarefas de Apoio de Combate às Unidades Táticas, embora, quando necessário, destaca elementos para a seleção e formação de novos Snipers, bem como ter uma equipa pronta permanentemente para eventualidades (Componente de Operações Especiais). A seleção e formação de novos Sniper, anteriormente falado, é uma responsabilidade que está inerente a quem é Sniper no CTOE.



Foto 3

Adicionalmente, no Teatro de Operações do Mali (EUTM MALI), desde 2013 até aos dias de hoje, o CTOE tem militares a ministrar formação de SHARPSHOOTER a elementos das FAMAS /GENDARMARIE.

(3) Resgate em Montanha

Quando se fala em Resgate em Montanha no seio das Forças Armadas Portuguesas, uma Unidade surge de imediato no pensamento, o CTOE. Sendo uma Unidade de referência, onde a formação, experiência, dedicação e conhecimento, relativamente ao ambiente de montanha tem dado provas de profissionalismo e técnica quer no vetor civil quer no militar, é uma Unidade incontornável nesta área das operações militares.

Na vertente militar, o CTOE tem vindo a ministrar formações para operar em média e baixa montanha, designadamente, o Curso de Montanhismo e o Curso de Operações de Resgate em Montanha. Adicionalmente à componente militar do Resgate em Montanha, o CTOE também dispõe de Sargentos formados e credenciados pela entidade nacional certificadora de Equipas de Resgate, a Escola Portuguesa de Salvamento (EPS). Estes Sargentos frequentam ainda diversas formações seja a nível nacional e/ou internacional ministradas por outras entidades civis, o que permite que os mesmos estejam em constante atualização de técnicas e procedimentos, para poder atuar numa situação de emergência. (FOTO 3)

Cada vez mais o conhecimento técnico e tático, no que diz respeito ao Resgate em Montanha, é polivalente. Se por um lado os procedimentos podem ser usados no meio militar, fazer o correto uso do equipamento e o “know how” dos operadores, pode fazer a diferença para executar tarefas táticas em ambiente militar. Por outro lado e no vetor civil, atuam em reforço das equipas da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.



Foto 4

4. DESAFIOS FUTUROS

Fundamental na cadeia de comando, o Sargento coopera para o cumprimento oportuno das decisões tomadas, é o elo de ligação fundamental entre a decisão e a execução. É a “referência imediata” para os Sargentos mais novos e para as Praças. Pelo facto de permanecer durante longos períodos em funções operacionais, sobre o Sargento de Operações Especiais recai grande responsabilidade pela manutenção da solidez das UTOE.

Os comandantes das UTOE têm nos Sargentos de Operações Especiais militares altamente treinados, capazes de operar todo o equipamento nas diversas condições que as missões o exigem, afirmando-se como elementos fundamentais, apoiando-os em todas as fases do processo de tomada de decisão. Assim, apostar na formação, em conjunto com uma aprimorada gestão da carreira do Sargento de Operações Especiais, será sempre garantia de retorno, tornando-o num militar mais motivado, coeso e dotado das capacidades necessárias para o cumprimento da sua missão. Permitir ao Sargento que tome decisões e que tenha iniciativa nos limites da intenção do comandante é uma ação que valoriza o Sargento e constrói sólidos laços de confiança.

No contexto atual, em que as formas de emprego das UTOE têm uma evolução constante, cada vez mais descentralizadas, o Sargento de Operações Especiais tem um papel fundamental em transmitir os conhecimentos adquiridos e em manter uma atualização permanente de procedimentos técnico e táticos.

Apesar de desempenhar funções de operador, os Sargentos de Operações Especiais não deixam de ser Comandantes de homens, pautando a sua conduta pelo exemplo, afirmando-se constantemente como referência para todos os militares. Pela sua presença contínua na UTOE, o Sargento é um facilitador que permite a manutenção de um elevado estado de espírito, uma constante coesão e um ambiente que garanta a estabilidade, para que o êxito seja fruto do esforço coletivo. (FOTO 4)

5. CONCLUSÕES

Numa Unidade como o CTOE, os Sargentos de Operações Especiais cumprem missões que ultrapassam as possibilidades de atuação das forças convencionais. São verdadeiros especialistas, alicerçando a sua forma de atuar no valor anímico, na inteligência, no espírito de sacrifício, na agressividade e tenacidade, numa vontade e valor fortes e constantes, na rusticidade e resistência física e na sobriedade e discrição, contribuindo assim para que o CTOE seja uma Unidade moderna, atrativa, credível, eficiente e inclusiva no seio do Exército, das Forças Armadas e da sociedade civil.

«QVE OS MVITOS, POR SER POVCOs, NAM TEMAMOS»

DISCIPLINA UM VALOR INTRÍNSECO DAS FORÇAS MILITARES

Autor: TCor Seixeira

Sem a disciplina, enquanto valor axial que mobiliza o empenhamento ético pessoal e a vontade e capacidade de servir, não se cumpre nenhum dos objetivos militares que se venham a definir, pois, como argamassa que aglutina as demais virtudes militares – lealdade, prudência, frontalidade, coragem, patriotismo, sentido da honra e da justiça, assunção da responsabilidade e do risco –, concretiza os valores da competência, excelência, discrição, flexibilidade, prontidão e credibilidade.

Por conseguinte, é imperioso ter uma noção fundamentada e sustentável de disciplina para que os militares sejam exímios, quer na tomada de decisões, quer na sua execução, comandando ou obedecendo ao comando – sempre num espírito de disponibilidade e de serviço.

No sentido originário, “disciplina” reporta-se ao verbo latino “discere”, que significa aprender, o que, por sua vez, impõe que o discípulo siga incondicionalmente o mestre, sob pena de ruir por completo toda a instrução a que que corresponde a aprendizagem – conteúdos e automatismos – que se adquire de forma progressiva. Deste complexo conceito se partiu para a disciplina como ordem, obediência, regime de colégio (vida comum) ou escola (lá estão as disciplinas) e sentido de corpo.

Em termos militares, a disciplina é o liame entre os diversos graus da hierarquia, provindo da dedicação pelo dever e da pontual observância da Constituição, leis e regulamentos. E radica-se na justiça e no respeito pelos direitos de todos, no cumprimento exato dos deveres, no saber, na correção dos procedimentos e na estima recíproca.

O Regulamento de Disciplina Militar (RDM), aprovado pela Lei Orgânica n.º 2/2009, de 22 de julho, considera a disciplina militar como o garante da “observância



“disciplina” reporta-se ao verbo latino “discere”, que significa aprender, o que, por sua vez, impõe que o discípulo siga incondicionalmente o mestre, sob pena de ruir por completo toda a instrução a que que corresponde a aprendizagem progressiva.

dos valores militares fundamentais, no respeito dos princípios éticos da virtude e da honra inerentes à condição militar” (art.º 2.º) e entende-a como “o elemento essencial do funcionamento regular das Forças Armadas, visando a integridade da sua organização, a sua eficiência e eficácia, bem como o objetivo supremo de defesa da Pátria” (art.º 3.º, n.º 1). Por outro lado, eleger-a como “condição do êxito da missão a cumprir”, que se consolida “pela assunção individual dessa missão, pela natural aceitação dos valores militares fundamentais e pelo sacrifício dos interesses individuais em favor do interesse coletivo” (art.º 3.º, n.º 2), e que “resulta de um estado de espírito coletivo assente no patriotismo, no civismo e na assunção das responsabilidades próprias da condição militar” (art.º 3.º, n.º 3).

Nestes termos, a disciplina impõe-se, não pela violência ou repressão, de que resulta o medo, mas pela atitude de aceitação do ónus do dever. E, por via da sua essencialidade na organização, ninguém fica excluído da sujeição à disciplina. Ou seja, ela obriga a todos.



Além disso, resultando dum estado de espírito coletivo, assente no dever patriótico e cívico, sucede que, quanto mais se cumpre o dever, mais se está apto a perceber quanto falta ainda fazer para o cumprir na perfeição, na esteira dos que, ao longo da História, tombaram em sacrifício pela Pátria.

Na prática, como estabelece o art.º 4.º do RDM, “a disciplina militar consiste no cumprimento pronto e exato dos deveres militares decorrentes da Constituição, das leis e dos regulamentos militares, bem como das ordens e instruções dimanadas dos superiores hierárquicos em matérias de serviço”, pois está em causa a eficiência e eficácia da ação, o sentido de missão e o cumprimento do desígnio patriótico.

Se é necessária a interiorização da necessidade da disciplina como enformadora da condição militar, não basta a vontade romântica de ser disciplinado, mas exige-se que o perfil do militar disciplinado se concretize na prática: pelo aprumo pessoal, pela perfeita integração na unidade ou subunidade de que faz parte, pela sinceridade e lucidez com que se pronuncia quando consultado, pela justeza com que dá ordens, pela prontidão com que obedece, pelo seu empenho no estudo e na exercitação, pela clareza com que instrui, pelo espírito de serviço com que desempenha as missões que lhe são confiadas, enfim, pelo espírito de corpo que ajuda a criar, a manter e a consolidar.

Porém, há que acautelar contra a possibilidade da quebra da disciplina que possa resultar do “constrangimento” em que a vida em coletividade pode incorrer ou pela natural tentação de que o proibido é o mais apetecido, sendo que o excessivo rigor pode levar a maior volume de infração. E, como a disciplina se adquire e mantém pelo apreço dos princípios de justiça, ela reclama sempre a atitude justa. Com efeito, o rigor excessivo na aplicação da justiça provoca a indisciplina tal como a muito ampla permissão. Por isso, são bons conselheiros o bom senso, a moderação, a cautela, o rigor, o bem-querer e a amizade. E, assim, a aplicação da justiça, qual forma de manter a disciplina, pode ser feita de dois modos: não mostrando qualquer interesse pela pessoa do infrator; ou levando em consideração a pessoa que prevaricou e mostrando-lhe que a punição não advém da necessidade de vingança, mas do imperativo de disciplina e desejo de correção pessoal para bem do próprio e do coletivo. Obviamente, o segundo modo é o desejável, pois não gera prepotência, arrogância, excesso e, regra geral, corrige sem marcas de rancor.

MILITAR DE OPERAÇÕES ESPECIAIS O CAMINHO DE UM OPERACIONAL QUE MODELO?

Autor: Cap. Pedro Miranda

“Change hurts. It makes people insecure, confused, and angry. People want things to be the same as they've always been, because that makes life easier. But, if you're a leader, you can't let your people hang on to the past.”

Richard Marcinko

A ascensão das Forças de Operações Especiais (FOEsp) nos últimos anos tem sido inédita, é um facto, mas é também um fenómeno que se tem desenvolvido com relativamente pouca atenção, sobretudo nos grandes debates sobre o modelo de levantamento destas forças.

Embora o fascínio por esta tipologia de forças nunca tenha sido maior, e aumente gradualmente, os fundamentos teóricos têm permanecido relativamente estagnados, uma vez que a observação mais importante sobre as FOEsp, quando comparada com todas

as forças militares na história humana, é que são fundamentalmente diferentes. Essa diferença está rotulada pelas “SOF Truths”¹, um conjunto de cinco

¹ A origem das SOF Truths está num relatório realizado por John Collins, aquando um Congresso nos EUA, intitulado de “Estados Unidos e Operações Especiais Soviéticas em 1987”. Collins, foi um Coronel aposentado do Exército dos EUA que procurava a mensagem certa, que refletisse a essência das FOEsp. Do seu relatório resultaram cinco conclusões. Foram essas conclusões que deram origem às SOF Truths: Humans are more important than hardware; Quality is better than quantity; Special Operations Forces cannot be mass produced; Competent Special Operations Forces cannot be created after emergencies occur. Most special operations require non-SOF support.

E, como a disciplina se ancora no respeito pelos direitos de todos e no cumprimento dos deveres da parte de todos, ela enriquece-se sempre que os disciplinadores não atropelam direitos individuais, mas limitam as tentativas de uns ultrapassarem os seus direitos para desrespeitarem os direitos dos outros; e consolida-se sempre que os deveres são cumpridos exatamente, tendo-se colocado nisso todo o saber, evitando-se ao máximo os pontos de discordância entre quem manda e quem deve obedecer. Como corolário desta ancoragem, deve dizer-se que a disciplina se robustece quando se desenvolvem laços de estima mútua, mormente quando o subordinado sabe que conta com um amigo na pessoa do superior e quando este sabe que aquele o respeita, o admira, o compreende e o segue para onde as razões de serviço determinarem.

Devendo levar todas as vontades a obedecer ao menor impulso do comando para a respetiva Unidade militar ter êxito na sua missão, a disciplina postula treino frequente a nível individual e a nível coletivo. O mais simples exercício da disciplina é a ordem unida,

que ajuda ao seu desenvolvimento, pondo um conjunto de homens sujeitos ao mesmo comando, levando-os à sincronia de movimentos – que obriga à existência de disciplina mental – exercitando a coação do grupo sobre o indivíduo, treinando a paciência e a resistência individuais e coletivas e gerando um universo complexo de subordinações (subordinação das vontades individuais à do comandante e subordinação da vontade de cada um à do grupo).

E, se a disciplina é fator essencial do perfil de todo o militar, por maioria de razão e exigência o será em tropas especiais, dado do tipo inusitado de intervenções para que são vocacionadas.

Vale a pena cultivar, enriquecer, consolidar e robustecer a disciplina para bem de todos e do todo!

ideias bem presentes que continuam até aos dias de hoje a demarcar esta comunidade.

Neste artigo, numa fase inicial, abordaremos o recrutamento e seleção dos candidatos às OEsp do Exército Português, seguindo-se uma abordagem sistemática e metódica nas áreas da formação e treino. Por fim, focar-nos-emos no conceito de emprego de uma Unidade Tática de Operações Especiais (UTOE), estando assim reunidas as condições para respondermos à questão central: “Qual o modelo ideal para a maximização do potencial individual e coletivo do Operacional de OEsp? Finalizaremos com uma síntese conclusiva, destacando os pontos mais relevantes em cada uma das áreas essenciais do processo de criação deste Operacional.

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

O primeiro passo na criação das FOEsp é o recrutamento dos seus candidatos. Esta primeira fase é, por si, das mais importantes e provavelmente das mais difíceis. O recrutamento destes elementos exige que entendam que as FOEsp são diferentes e que o seu treino aborda desde os aspetos mais complexos até às missões mais difíceis.

Uma das primeiras questões que se coloca é “quem

e como devem os recrutadores atrair para as OEsp?”. Reparámos que, de geração em geração, os critérios sofrem pequenas alterações, resultantes da necessidade de adaptação do voluntário às missões atuais. Digamos que atualmente estamos perante um desafio de reconhecimento do candidato.

Atualmente verificamos que existem dois universos preferenciais quando à forma como o candidato efetua o primeiro contacto com as OEsp: através da internet e tecnologias digitais de comunicação; e através do contacto com experienciados, ou seja, ex-militares de OEsp. Apesar do universo da internet e tecnologias digitais de comunicação ser o mais utilizado, conclui-se que o universo do contacto com os experienciados é, de longe, o que melhor resultado proporciona. São os candidatos, normalmente, com o melhor perfil, de onde se destaca, essencialmente, a determinação.

Após a fase de recrutamento, segue-se a fase de seleção. Momento determinante no processo de criação do Operacional, na medida que eliminará todos os candidatos que não têm potencial adequado para o perfil do militar de OEsp. Esta fase é constituída por três provas de carácter eliminatório e uma entrevista conduzida pelo formador. Quanto às provas psicotécnicas, estas servem para distinguir os candidatos com um perfil desejado para a função de especialista em OEsp; as provas médicas servem para avaliar a

condição de saúde do candidato; as provas físicas visam eliminar os elementos que apresentam uma condição física medíocre, bem como eliminar os candidatos que apresentam medos, que por norma têm impacto nas provas de decisão. Esta fase termina com uma entrevista entre candidato e formadores. Esta entrevista não é de carácter eliminatório, mas é essencial para avaliar o comportamento mental perante as expectativas dos desafios inerentes à frequência do Curso de Operações Especiais (COE). Quando identificado algum indicador diminutivo, os formadores referenciam o candidato, no sentido de na fase inicial do curso, estarem atentos a sinais que possam levar à desistência ou eliminação, uma vez que estas falhas são tendenciosas e por norma colocam o formando em perigo. A fase de seleção deve obedecer a uma ordem lógica de execução, a começar pelas provas psicotécnicas, seguindo-se as provas médicas e logo de seguida as provas físicas. A entrevista deve ser sempre a última ferramenta a ser aplicada neste processo de seleção.

FORMAÇÃO

Finalizada a fase de seleção, o candidato começa a sua derradeira prova, uma jornada de muitos desafios e sobretudo de superação individual: a fase de formação que tem lugar no Batalhão de Formação.

O COE tem como princípio a atribuição de conhecimentos básicos ao formando. Provê-lo de ferramentas que lhe possibilitem respostas acertadas e precisas durante o curso. Nesta fase os formadores apresentam um bloco de formação com um conjunto de áreas essenciais para esta fase. Ao longo deste processo de formação, os formadores estão atentos à identificação de elementos que não apresentam as características desejáveis para se tornar um Operacional. Nesta fase os formandos devem desenvolver as Gross Motor Skills². Este trabalho fará com que cada formando desenvolva um conjunto de competências individuais, essenciais para o sucesso do curso. Este processo é evolutivo, o que levará o formando ao domínio completo das Gross Motor Skills. É um requisito obrigatório!

² São as habilidades motoras básicas. Estas habilidades quando bem desenvolvidas, permitem, numa segunda fase, melhorar a competência técnica individual do Operacional.

Foto 1
Operacional durante treino de Close Quarters Battle



Foto 2
Operacional garantindo a segurança de um setor



Analogicamente, na fase de formação procura-se identificar a pedra de diamante bruto no meio do cascalho. Mas, identificar o diamante bruto é uma tarefa difícil. Como tal exige um olhar atento e delicado de um corpo de formadores experiente, especialmente com perícia no trabalho em equipas táticas.

TREINO

Terminado o COE significa que a primeira missão da vida do Operacional está cumprida. A sua primeira experiência é bem-sucedida, o resultado é positivo, no entanto é necessário “aperfeiçoar” os Gross Motor Skills transformando-os em Fine Motor Skills³. Para tal, o recém-qualificado⁴ é colocado na Força de Operações Especiais (FOE), subunidade responsável por desenvolver as competências individuais e coletivas dos seus Operacionais. Aqui inicia uma fase de preparação e treino que terá como objetivo principal dotá-lo de técnicas precisas no sentido de potenciar as suas habilidades e elevar os seus índices de destreza,

³ São as habilidades motoras avançadas. Quando o Operacional reúne boas competências técnicas individuais estas habilidades estão implícitas.

⁴ É um militar de OEsp que acaba de integrar a Componente Operacional. É um militar que ainda não tem “estatuto” Operacional, pelo simples facto de ser inexperiente neste contexto.

condicionando-o à integração na UTOE.

A fase de preparação e treino é um bloco curto de formações refinadas, conduzidas por especialistas bem experientes, designados de Subject Matters Expert⁵ (SME). Estes terão a responsabilidade primordial de afinar os procedimentos técnicos dos recém-qualificados e aumentar o seu Know-How no que diz respeito às matérias de OEsp.

O primeiro impacto criado entre os recém-qualificados e os experientes, deve ser considerado como um processo de ganho de motivação e procura da excelência. Como dizia Aristóteles, “o verdadeiro discípulo é aquele que supera o mestre.” É esta a mentalidade que os recém-qualificados devem ter.

Seguindo a linha analógica anterior, na fase de preparação e treino lapida-se o diamante. Remove-se o aspeto bruto (inexperiência operacional) e modela-se com um aspeto mais fino e simétrico (integração na UTOE, como elemento mais novo da equipa).

⁵ É um militar com conhecimentos e habilidades diferenciadas numa área específica de atuação.



Foto 3

Operacional numa posição de tiro non-standard



EMPREGO

O emprego integrado numa UTOE é o culminar de um longo processo de formação do Operacional. “Finalizado” o processo de criação do Operacional, a UTOE é consistente e realista no treino. A camaradagem, frontalidade e lealdade são características base destes Operacionais. Reunidas estas condições, a UTOE está pronta a abraçar o derradeiro desafio. Esse desafio obriga à aplicação de todo o conhecimento adquirido na formação e no treino, por forma a cumprir as mais difíceis tarefas no âmbito das OEsp.

Voltando à questão central: “Qual o modelo ideal para a maximização do potencial individual e coletivo do Operacional de OEsp?”

Começamos referindo que não há um modelo ideal. Deve haver sim um modelo que assente numa linha orientadora e num raciocínio operacional que deve ser seguido, mas sempre admitindo ligeiras adaptações, de acordo com as interferências quer dos fatores internos – baseado na experiência adquirida e nas lições aprendidas; bem como devido a fatores externos – baseado na evolução do espaço de batalha. O modelo deve então, ser construído numa base sólida passível



Foto 4

UTOE na abordagem a um Ponto de Entrada



de sofrer correções de acordo com as exigências dos conflitos atuais. Tal facto obriga a que nas diferentes fases do período de criação do Operacional, deveram ser criados mecanismo de forma a fortalecer o sistema.

Na fase de recrutamento, os ex-militares assumem um papel preponderante naquilo que é a divulgação, cativação, pré-seleção dos candidatos. Os nossos ex-militares, da classe de Praças essencialmente, são os nossos melhores “embaixadores”, na medida que são os melhores para passar uma mensagem genuína e experienciada.

Na fase de seleção, a ordem das provas deve ser respeitada. Provas psicotécnicas; provas médicas; provas físicas, terminado com uma entrevista. Trata-se de uma sequência lógica, com impacto ao nível cognitivo do candidato. Nesta fase temos de eliminar o que não queremos ter; eliminar o que não podemos ter; e por último analisar o que podemos ter.

Na fase de formação, o corpo de formadores deve focar-se no elemento que não queremos ter, precavendo assim, uma falha na avaliação na fase de seleção. Desenvolver as aptidões técnicas dos formandos com base no conceito Gross Motor Skills.

Na fase de preparação e treino, evoluir o conceito Gross Motor Skills para Fine Motor Skills, atingindo assim o ponto de maturação técnica. Os SME têm um papel preeminente nesta difícil tarefa.

Na fase de emprego, o Operacional tem em si a maturidade considerada essencial para o cumprimento das missões de tipologia de OEsp. Competência; Disciplina; Excelência; Flexibilidade; Humanidade; Ousadia e Prontidão, são os valores que sustentam essa maturidade, fundamental nesta fase.

Sintetizando, e parafraseando o fundador do 1st SFOD-D, Colonel Charlie Beckwith: “You cannot take a few people from one unit, throw them in with some from another, give them someone else’s equipment, and hope to come up with a top-notch fighting unit.”, por outras palavras, as FOEsp necessitam de um tratamento diferenciado, pois são um elemento diferenciador. É vital entender o que são OEsp, como e onde podem ser desenvolvidas. É vital entender que o Operacional é um dominador comum de competências individuais, competências coletivas, competências técnicas, competências psicológicas e competências físicas. É vital entender que o Operacional “alimenta-se” da sua Cultura Organizacional e molda os comportamentos e pensamentos dos seus pares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Beckwith, C. (2013). DELTA FORCE: A memoir by the founder of the U.S. Military most secretive Special Operations Unit.

Cannon, J. (2009). Leadership Lessons of the Navy SEALs: Battle-Tested Strategies for Creating Successful Organizations and Inspiring Extraordinary Results.

Colebrooke, L. (2015). Special Operations Mental Toughness: The Invincible Mindset of Delta Force, Navy Seals and other Elite Warriors.

UTAH, (2019). Enlistment and Training Information. 19th Special Group (A).



REFERENCIAIS DE CURSO NO CTOE

Autor: Maj Horta

A formação militar assume-se, inequivocamente, como uma área nobre no contexto das atividades desenvolvidas pelo Exército e, em particular, no Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE). Envolvendo o militar desde o primeiro instante, dado que, a qualidade com que for ministrada a formação condiciona o alcançar das competências essenciais que cada militar deve possuir, para o desempenho de tarefas inerentes à sua condição militar. Esta condição pressupõe, no limite, o desempenho individual em ambiente caracterizado por elevadas exigências psicofísicas, por vezes com risco da própria vida.

Ciente desta realidade, desde 2014, o Exército desenvolveu processos internos que conferem uma adequada estruturação e normalização do processo formativo na instituição que estão alinhados com os requisitos definidos pelo Sistema Nacional de Qualificações.

Desde da sua génese, o CTOE tem como missão formar militares na área das Operações Especiais, tendo na década de 60, e devido ao esforço da Guerra do Ultramar, voltado a sua atenção para formações no âmbito da contrainsurgência e contrassubversão. O desenrolar dos tempos e a evolução da capacidade de Operações Especiais, levou a que o CTOE se assumisse como Unidade de referência nas Forças Armadas pela excelência da formação, em diversas áreas, e assim desenvolveu os seguintes cursos:

• Curso de Operações Especiais do Quadro Permanente

O Curso destina-se a formar Oficiais e Sargentos, do Quadro Permanente, para o desempenho dos cargos orgânicos de uma Special Operations Task Unit (SOTU) e ministrar Formação de Operações Especiais;

• Curso de Operações Especiais CFO/CFS em Regime de Contrato

O Curso destina-se a formar Oficiais e Sargentos, em Regime de Contrato, para o desempenho dos cargos orgânicos de uma Special Operations Task Unit (SOTU) e ministrar Formação de Operações Especiais;

• Curso de Operações Especiais Praças em Regime de Contrato

O Curso destina-se a formar militares para o desempenho de missões de Operações Especiais integrados numa Special Operations Task Unit (SOTU);

• Curso de Formação Geral Comum Praças do Exército

O Curso destina-se a habilitar os formandos com as competências necessárias à sua integração nos valores e nos princípios do Exército e com as competências necessárias à sobrevivência no campo de batalha;

• Curso de Promoção a Cabo Especialista de Operações Especiais

O Curso destina-se a habilitar os militares com os conhecimentos e competências necessários para exercer as suas funções de Cabo Especialista de Operações Especiais, como elemento integrante de uma Equipa ou outra estrutura operacional da Força de Operações Especiais;

• Curso de Sniper de Operações Especiais

O Curso destina-se a habilitar os militares com os conhecimentos e competências necessários, para executar todas as missões das Forças de Operações Especiais, no âmbito das suas funções e de acordo com a doutrina em vigor, e ainda, missões em apoio à Componente Operacional do Sistema de Forças;

• Curso de Patrulhas de Reconhecimento e Combate em Profundidade

O Curso destina-se a habilitar os militares para a execução de patrulhas em profundidade e perceber como transitar de uma situação de reconhecimento e vigilância para uma situação de combate;

• **Curso de Operações Irregulares** – O Curso destina-se a habilitar os militares com os conhecimentos e competências necessários para organizar, formar e orientar forças irregulares, tendo em vista a defesa do território nacional com recurso à resistência;

• Curso de Prevenção e Combate a Ameaças Terroristas

O Curso destina-se a habilitar os militares com os conhecimentos e competências necessários, no âmbito da prevenção e combate à ameaça terrorista para o desempenho de funções de Comando e Estado-maior em campanha quando destacados em Forças Nacionais Destacadas (FND) e em território nacional em U/E/O do Exército, de acordo com o quadro legislativo em vigor;

• Curso de Montanhismo

O Curso destina-se a formar militares para a execução de movimentos em média e baixa montanha, transposição de obstáculos verticais, através de escalada e rapel, e transposição de obstáculos horizontais, através de transposição de vãos de cursos de água;

• Curso de Operações de Resgate em Montanha

O Curso destina-se a formar militares para a execução de técnicas de resgate adaptadas a situações onde

o socorro possa estar distante, demorado ou mesmo indisponível, em locais de difícil acesso e progressão;

• Curso de Sobrevivência, Evasão, Resistência e Extração

O Curso visa dar as competências necessárias na compreensão completa do conceito NATO Joint Personnel Recovery (JPR) e dar competências para sobreviver e escapar a uma Força em perseguição, resistir à exploração em situação de cativo e usar equipamento operacional de extração nos diferentes níveis A, B e C.

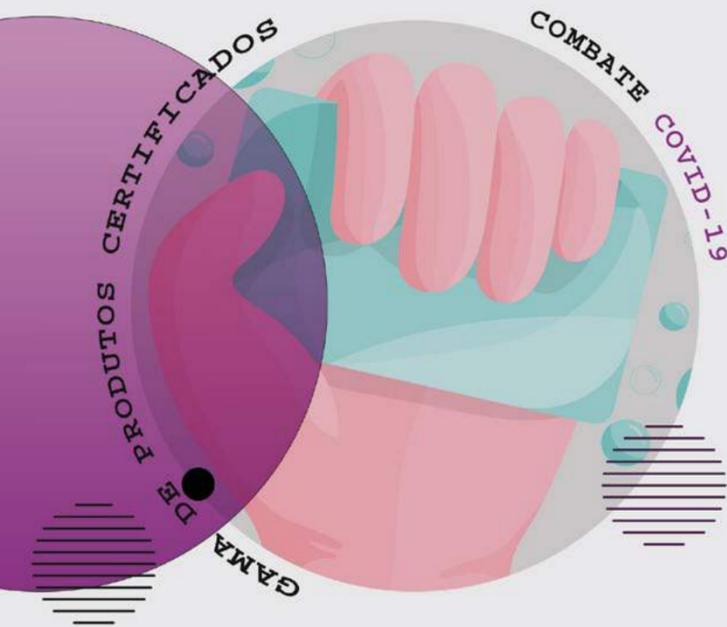
O CTOE tem vindo a incrementar a qualidade da sua formação desenvolvendo referenciais de curso para toda a formação ministrada na Unidade, tornando-a moderna, atrativa, credível, eficiente e inclusiva, sendo a situação atual a seguinte:

Cursos	Doc I	Doc II	Doc III	Doc IV	Doc V
COEQP	✓	✓	✓	✓	✓
COE CFO/CFS	✓	✓	✓	✓	✓
COE Praças	✓	✓	✓	✓	✓
CORMont	✓	✓	✓	✓	✓
CMont	✓	✓	✓	✓	✓
CPRCP	✓	✓	✓	✓	✓
CSniper	✓	✓	✓	✓	✓
COIR	∞	∞	∞	∞	∞
PCAT	∞	∞	∞	∞	∞
CPCb OE	✓	✓	✓	✓	✓
CSERE	✓	✓	⊗	⊗	⊗

✓ Aprovado
 ⊗ Em Elaboração
 ∞ DOC I e II Aprovados - Revisão Conceptual

A elaboração de referenciais de curso no CTOE, envolve-se de uma grande importância porque, para além de cumprir as orientações superiores, mantemos de uma forma sustentada, organizada e planeada a Cultura Organizacional que caracteriza a Unidade e os militares de Operações Especiais e concomitantemente possibilitamos melhores preceptivas de carreiras aos militares em Regime de Voluntário/Regime de Contrato no seu futuro, dado que a nossa formação se encontra alinhada com os requisitos definidos pelo Sistema Nacional de Qualificações

Deste modo pretendemos continuar a ser uma Unidade de referência nas Forças Armadas pela excelência da formação e do treino, habilitando os militares com competências necessárias ao seu desempenho operacional.



*mudam-se os tempos ...
mudam-se as ditadas*

**É MAIS FORTE
O QUE NOS
~~UNE~~ *desinfeta* QUE
AQUILO QUE NOS
~~SEPARA~~ *contamina***

e você?
já **desinfetou** o seu
espaço hoje?



biokimica.pt



COMUNICAÇÕES NA FORÇA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Autor: Furr Reis

Desde os tempos longínquos até ao presente que o comando e controlo de Forças é um fator decisivo no desenrolar de um conflito. O Comando e controlo é necessário para tomar decisões coesas, conscientes e calculadas. Atualmente podemos também acrescentar a capacidade de tomar decisões baseadas em informações que são rapidamente disseminadas.

Na Antiguidade os comandantes faziam-se valer de pontos de vantagem sobre o terreno e mensageiros ou sistemas de alerta como fogueiras, sinais de fumos ou espelhos entre outros para a transmissão de mensagens.

Nos tempos modernos podemos observar o uso de transferência de informação por sinais elétricos audíveis, que posteriormente seriam interpretados por um militar e convertidos em frases. E também o uso do rádio que permite através ondas eletromagnéticas enviar mensagens audíveis bem como dados (fotos, vídeos, relatórios).

Os rádios e o seu emprego nas forças armadas revolucionaram o processo de tomada de decisão dos comandantes de tropas, pois permitiram pela primeira vez que um comandante pudesse tomar decisões baseado em informações atuais.

A Força de Operações Especiais tem vindo a desenvolver o seu leque de material de comunicações táticas ao nível de SOLTU e de SOTG.

Nos anos 90 tinha no seu "arsenal" os rádios AVP1, P/PRC 501 e P/PRC 425, todos estes meios operavam na banda de VHF e serviam maioritariamente para comunicações entre equipas de curta-média distância fornecendo uma qualidade de chamada razoável.

o queijo de Lamego

Desde 1933

PAIVA
DESDE 1933

PRODUTO PORTUGAL

Sabores que fazem sorrisos

queijo **PAIVA**

AMANTEIGADO CURADO

Portugal

lacticiospaiva.pt



Por sua vez, os meios TR28 Racal e TRC 3500 Thompson operavam na banda de HF e serviam geralmente para comunicações de longo alcance com o “trade-off” com uma menor qualidade de chamada. O seu propósito era efetuar a ligação das forças no terreno ao escalão superior, daí a necessidade de um rádio de HF que permitisse maior alcance de comunicações. A FOE também dispunha de um aparelho chamado PACE que podia ser utilizado para o envio de mensagens escritas, bem como transmissão por fios a partir do PBLC 101. Por último o rádio Marconi (PRR 4855) cumpria a função de comunicações intra-equipa, operando na banda de UHF.

A partir da década de '10 a FOE começou a ser equipada pelo P/PRC 525 da EID, uma fabricante de material de comunicações portuguesa. Sendo este um rádio multibanda e multimissão, possui 2 versões (HF-VHF, VHF-UHF) em manpack, montagem veicular ou sistema autónomo de uma estação rádio base. Permite abranger um grande espetro de banda de frequências (1,5-512 MHz), o que nos permite comunicações em HF, VHF e UHF. Sendo isso importante pois garante versatilidade nas comunicações. Em que as bandas VHF e UHF apesar de permitirem menos distância tem uma maior penetração no material, que pode ser importante quando a força opera em meios urbanos. Por sua vez as comunicações em HF permitem comunicações às longas distâncias. Para além das comunicações de voz o P/PRC 525 permite também o envio de dados em conjunção com o computador robustecido Getac que utiliza um sistema de mail para o envio de imagens, vídeos e mensagens de texto.

Com o surgimento da necessidade de uniformidade e interoperabilidade de comunicações e de métodos de encriptação em concordância com outros membros NATO, a FOE começou a ser equipada com o rádio Falcon III AN/PRC- 117 G da Harris. Este rádio opera em VHF e UHF mas tem a particularidade de oferecer a capacidade de comunicações a partir de satélite conferindo uma maior segurança ao nível da deteção de comunicações por parte de sistemas de guerra eletrónica adversários e uma maior fiabilidade de comunicações, para além da capacidade de comunicação com encriptação de categoria TYPE-1. O Falcon III AN/PRC- 117 G é um rádio volumoso, o seu peso excede os 16 kg quando completamente pronto e cumpre de maneira notável a ligação das forças no terreno ao seu escalão superior.

Com o Marconi (PRR 4855) a cair em desuso sentiu-se a necessidade de encontrar um rádio que cumprisse melhor a função de comunicações intra-equipa/TU chegando à FOE o AN/PRC 148. Este rádio robusto e de pequenas dimensões opera nas bandas de VHF e UHF, salientando a sua capacidade de comunicar via satélite, o que lhe permite comunicações de longo alcance também, e envio de dados.

Mais recentemente às viaturas VAMTAC URO SOF que vieram equipar o CTOE existem em duas versões (E1 e E2). A versão E1 compreende uma montagem veicular com o PRC-525 (HF, VHF, UHF) e a versão E2 vem, com uma montagem veicular dupla do PRC 525, mas também com uma montagem veicular do AN/PRC 148 permitindo comunicações com recurso a satélite bem como em UHF.

Após troca de ideias com alguns representantes de fabricantes de material de comunicações militares táticas, foi interpretado que as comunicações com recurso a satélite irão ser o meio principal de comunicações militares táticas, mas as comunicações em HF estão a ser estudadas como meio alternativo num sistema de redes inovador em que nem todos os intervenientes têm que estar ligados à estação central/controlo de rede, sendo a transferência de informação áudio ou dados feita em relay pelos outros membros da estação que estejam em contacto com a estação central/controlo automaticamente. Esta ideia surge a partir da preocupação de um possível ataque ou acontecimento que inutilize os satélites.

Na atualidade, a Força de Operações Especiais possui a capacidade de comunicações fiáveis e seguras entre elementos da TU, entre as equipas da TU e entre a TU e o escalão superior com rádios simples, intuitivos e na sua generalidade leves, o que traz uma mais valia ao combatente.



nanycabral

FOTOGRAFIA

LAMEGO - TAROUCA - ARMAMAR

nanycabral@gmail.com
915 246 592



LETALIDADE, O ARMAMENTO LIGEIRO DAS FOE

Autor: Maj Lopes

As Forças de Operações Especiais Mundiais estão continuamente a ser reequipadas com os mais recentes meios para a manter uma vantagem tecnológica relativamente às suas ameaças, sendo um dos pilares mais visíveis o armamento. A Força de Operações Especiais (FOE) do Exército Português foi também reequipada com novas armas ligeiras, a par do reequipamento das suas Forças Terrestres, e serve este artigo para enquadrar a base do racional desse salto tecnológico.

O armamento ligeiro utilizado por forças militares, e ainda mais especificamente nas Unidades de Operações Especiais (OE), é um dos equipamentos que mais visibilidade tem, tonando-se o equipamento que mais reações emocionais provoca. A espingarda individual é a arma que mais identifica a unidade ou a força, mesmo que muitas vezes seja a que menos impacto físico provoca.

Se à espingarda individual somarmos o uniforme de combate, temos reunidos os dois elementos mais identitários de uma força militar. A ideia heroica, e muitas vezes romanceada, do militar que com a sua arma luta estoicamente contra todas as agruras da guerra e vence, leva a que o foco seja canalizado para a parte individual do combate e que se perca de vista todo o enquadramento em que esse militar cumpre as suas tarefas.

A visão da global dos meios envolvidos em todas as tarefas militares é essencial para que exista uma sincronização entre o indivíduo, as pequenas unidades e todos os restantes meios, aos diversos escalões, por forma a que obtenha o máximo rendimento com os mínimos recursos.

Se por exemplo nos focarmos na farda, pese embora seja a identidade do País ou do Ramo das Forças Armadas, O seu impacto nas operações é, na grande maioria das vezes, menor que o colete, capacete ou as botas utilizadas.

No reequipamento do armamento ligeiro na FOE, equacionou-se a unidade tarefa como um todo, procurando enquadrar as principais tarefas que esta teria que realizar. Esta equação obteve valores individuais, das pequenas equipas, com as múltiplas possibilidades organizativas, e todas as possibilidades de apoio de combate. Resultando no armamento ligeiro atual da FOE e proporcionando uma base de conhecimento para a atualização do armamento ligeiros das Forças Terrestres do Exército Português.

A definição de armamento ligeiro que utilizamos para este artigo é a de “Small Arms” utilizada pela NATO: armas portáteis de tiro direto individuais ou coletivas utilizadas primariamente para a função antipessoal.

A utilização do armamento é habitualmente conotada com letalidade, ou seja, pela capacidade de neutralizar uma ameaça. No entanto a função do armamento no Campo de Batalha e fora dele é muito superior à capacidade cinética que os projéteis por si disparados têm de infligir danos.



AC/225 NEW NATO INFANTRY SMALL
ARMS POST 2025 de 14MAR16

A ARMA COMO UM SISTEMA

O armamento ligeiro é normalmente visto de forma estanque, existe o militar e a sua arma, sendo que o poder de fogo assumido nas pequenas unidades no campo de batalha é normalmente a multiplicação dessa arma e somando outro tipo de armamento coletivo que possam ter, mas nunca sendo o armamento coletivo referenciado como o mais importante ou diferenciador. No entanto o armamento faz parte de um sistema, quer pelos acessórios que tem, quer pelas munições que utiliza, quer pelo enquadramento da unidade tática, pela capacidade de apoio de fogo e pela capacidade logística de alimentar todos esses componentes. Neste sistema o fator que determina o sucesso é o mais fraco. Poderemos ter a melhor arma do mundo, mas se tivermos as piores munições, são as fracas munições que determinam o fraco desempenho. O equilíbrio de todos os fatores do sistema de armamento numa gestão de recursos finitos foi a base pragmática de raciocínio.

A primeira peça desse sistema é a arma em si, a primeira peça da fiabilidade de todo o sistema. O sistema de alimentação, garantindo carregadores fiáveis e interoperáveis, o cano, garantindo precisão e robustez, o sistema de alimentação da arma, a capacidade de se acoplar outros equipamentos e a sua ergonomia são fundamentais.

A evolução das munições não é tão visível, mas o tem permitido a manutenção dos calibres bases por várias décadas. As munições atuais têm uma maior carga explosiva, permitindo que os projéteis saiam do cano a maior velocidade, com trajetórias mais planas e tenham mais energia quando chegam ao seu alvo. Por outro lado, os projéteis têm maior capacidade de perfuração e de provocar danos em tecido moles. Os calibres disponíveis atualmente são muitos, estando atualmente a serem desenvolvidos calibres que poderão alterar a os alcances e as capacidades de perfuração de obstáculos balísticos. O calibre tem igualmente que ser equacionado no compromisso da capacidade de transporte e tendo em mente que a grande maioria dos disparos feitos em combate não atingem os alvos, servido sobretudo para manter as ameaças à distância. Como o grande influenciador na capacidade de eliminar um alvo é a localização de entrada do projétil e não o seu calibre, de uma forma genérica, quanto maior o número de munições disponíveis maior a probabilidade de neutralizar o alvo. A escolha do calibre é um dos aspetos muito importantes, no entanto estamos limitados nos calibres utilizados pela NATO, sendo que poderemos teoricamente utilizar qualquer um, a utilização de calibres padronizados pela NATO facilita imensamente a logística e o enquadramento das táticas nas operações. A escolha da munição, ou das várias utilizadas é arquitetado com os alcances, portabilidade, miras, efeitos e interoperabilidade.

A integração da munição na arma é igualmente outra das peças do sistema, quer pela proteção que necessitam as munições durante o transporte, quer pela capacidade de introduzir as munições de forma

correta na arma, os carregadores ou as fitas de elos são elementos imprescindíveis, e muitas vezes negligenciados, na robustez do sistema. A integração possui dois fatores, os equipamentos usados, os carregadores e os elos, e a forma de utilização. Existindo más práticas no uso da arma potenciamos interrupções de tiro num sistema altamente fiável. Por exemplo ao ser realizado tiro com a arma apoiada pelo carregador, estamos a aumentar a probabilidade de uma má alimentação da arma com a alteração do ângulo do carregador pelas vibrações provocadas pelos disparos. Os carregadores e fitas são equipamentos de elevado desgaste e são normalmente descartáveis, o que provoca falhas de disparo quando são utilizados para além do tempo que foram projetados.

As miras que as armas possuem são essenciais para que retire o maior partido da arma, não apenas do tiro em si, mas da capacidade de observação de forma fácil que cada militar pode ter quando equipado com uma mira com aumentos. As miras utilizadas refletem a utilização primária da arma pois são um dos elementos mais importantes na determinação do alcance útil e prático das armas, a par do comprimento do cano e da munição utilizada.

A iluminação do campo de batalha, utilizando meios acoplados à arma ou não, permite muitas vezes a vantagem tecnológica durante a noite. As lanternas de luz visível e/ou infravermelha permitem iluminar o alvo e iluminar o objetivo após estar seguro. E os lasers de luz visível e/ou infravermelha permitem que haja um ponto de pontaria facilmente referenciável.

O equipamento individual é um ponto fundamental na utilização da arma, pela capacidade de movimentos que permite, pela proteção que lhe confere, pela possibilidade da colocação de outras peças do sistema, como equipamentos de visão noturna ou carregadores, tendo

impacto direto nas diferentes abordagens táticas. No equipamento individual está incluído o coldre da pistola, o capacete com os meios de visão noturna, o colete com os carregadores e qualquer outro equipamento que contribuía diretamente para a utilização da arma. Os dois pontos principais do equipamento na arma como um sistema é que possa alimentar as necessidades físicas da arma e dos seus acessórios e que possibilite que se retire todo o rendimento da arma através da mobilidade e ergonomia. Potenciando no atirador o foco no alvo e na perceção da situação, ao invés do que por vezes acontece que ao ser verificada uma ameaça a arma vai para a posição de tiro, mas o atirador tem que ajustar o capacete porque descaiu.

A bandoleira é outra peça do sistema que normalmente não é referenciada, mas a arma tem que ser muitas vezes colocada numa posição onde não atrapalhe uma tarefa, que se torna a principal naquele momento, e a bandoleira constitui-se como a ferramenta que permite a arma ser manipulada com as duas mãos e que possa rapidamente ficar em posição de tiro novamente. Dois exemplos dessas situações são a ultrapassagem de obstáculos ou a estabilização de uma vítima.

Os apoios das armas, sendo o termo genérico de um equipamento que permita a estabilidade da arma no tiro, como os reparos das metralhadoras, os bipés das armas sniper ou os punhos das espingardas de assalto. Estes equipamentos permitem uma melhor posição de tiro e um menor desgaste físico.

O sabre baioneta é menos importante atualmente, quer pela grande capacidade de transporte de munições, quer pela rapidez que se pode muniar a arma, no entanto um sabre pode constitui-se como a faca de combate, utilizado em várias tarefas.

Accuracy International AXMC (em grande plano) no calibre .308 e a Heckler & Koch 417, ambas com miras Schmidt & Bender.



Accuracy
International
AXMC no
calibre .308
e a Heckler &
Koch 417

O supressor nas armas atuais, constitui-se como um elemento fundamental, tendo três funções principais, baixar o som para impedir lesões permanentes no ouvido, aumentar a capacidade de comando e controlo e baixar a assinatura dos gases à boca do cano, importante para diminuir a possibilidade de deteção. Tem igualmente a vantagem de permitir aumentar a precisão da arma, dependendo da integração entre o cano, munição, sistema de encaixe e o supressor, por criar uma melhor harmónica no cano durante o disparo.

Protetores auditivos e oculares, são fundamentais para a segurança, mas o impacto que têm no disparo é que potenciam a concentração do atirador no alvo.

As ferramentas de manutenção da arma são outros dos pontos muito importantes, a programação das revisões de todos os sistemas eletrónicos, a monitorização do estado do cano e dos componentes principais, e uma lubrificação de acordo com as especificações do fabricante permitem que a arma seja capaz de performances muito elevadas antes de colapsar.

Um dos aspetos mais importantes na arma como um sistema é o treino, o treino permite que uma arma com menores capacidades tenha melhores resultados do que uma arma melhor em mãos menos treinadas. Embora não suprima a tecnologia, por exemplo sem lanterna não se vê de noite, o treino permite potenciar e integrar todas as partes do sistema da arma. As armas modernas, com todos os seus elementos auxiliares, permitem que a configuração seja adaptada às necessidades e possibilidades. No entanto, nos fatores mais críticos, como as rápidas mudanças de carregador, o treino é fundamental.

OS EFEITOS DO ARMAMENTO

O efeito imediatamente referenciado no armamento é a sua capacidade de disparar projéteis e infligir danos físicos, no entanto, existem outros efeitos não percecionados que muitas das vezes são tão ou mais importantes.

O efeito dissuasor do armamento é a perceção que transmite a sua presença e as possibilidades que dão aos seus militares. A visualização do armamento transmite o conhecimento que existe e pode ser utilizado, que implica um conjunto consciente de decisões técnico táticas da unidade tática que o tem. Não é apenas o armamento per si, mas também como ele é manuseado e o seu aspeto, se novo, se velho, se desleixado, se personalizado. A visibilidade pode ter forte impacto na capacidade de dissuasão, podendo inclusive ser um fator de decisão de um elemento neutro ou potencialmente hostil de se tornar colaborante.

O efeito de credibilidade para com os pares. O armamento militar é a materialização da violência estatal e tem um impacto enorme pois transmite a forma como as Forças Armadas de um País, ou uma força em particular, é tida em conta pois é equipada equipada com determinados recursos para o cumprimento da sua missão. Se estão bem equipados e armados é porque serão utilizados com consequências, pelo contrário pode perder a credibilidade aos olhos de países com mais



Pistola Glock 17, Heckler & Koch 416 de cano curto e FN Herstal MINIMI 5,56, o armamento base das unidades táticas de OE em ambiente noturno. 

recursos. A credibilidade é igualmente uma credibilidade técnica, que implica subjetivamente que a instituição militar possui os recursos técnicos que construíram a arma como um sistema que está em utilização, integrando todas as peças do sistema.

Os efeitos balísticos do armamento são vários, podem ser de precisão, onde se pretende atingir especificamente um alvo, de supressão, onde se pretende que o alvo perca a capacidade de fazer tiro ajustado ou que se retire do local onde está, e efeitos materiais, quando se pretende a destruição de determinados equipamentos. Os efeitos balísticos estão também relacionados com a distância ao alvo e com a capacidade de colocar os projéteis no local e no tempo que a situação tática assim o exige.

A conceção da arma como um sistema não serve necessariamente para que quando seja adquirida tenham que ser adquiridos todas as peças do sistema, mas serve sobretudo para se entender para que serve determinada arma, enquadrada na lógica tática da força, perceber as suas limitações e que para potenciar todo o sistema têm que ser equacionados todos os seus componentes, servindo para que pragmaticamente os militares saibam os fatores de decisão na escolha do armamento para a missão específica e conseguirem ultrapassar as limitações que o sistema poderá possuir.

O ARMAMENTO LIGEIRO INTEGRAÇÃO TÁTICA

Uma primeira abordagem na questão do armamento é quase sempre referenciada com a pergunta “qual a espingarda que equipa a unidade?” Mas para abordarmos essa pergunta teremos que fazer algumas perguntas, qual a arma com maior poder de fogo? Qual a missão a cumprir? Qual a incerteza que existe? Qual o terreno que irão operar”. Quais as condições em que irão operar (noite/dia)?

Um dos pontos a reter é que as armas mais diferenciadoras no combate são as coletivas, pois são as que possuem maior poder de fogo ou outras capacidades que permitem uma maior segurança às pequenas unidades para estreitar contacto, permitindo a retirada ou efetuar a tarefa específica da sua missão.

No caso de serem utilizadas viaturas para o cumprimento de uma missão, as armas com maior poder de fogo são normalmente as que estão no reparo principal da viatura, por exemplo as metralhadoras pesadas ou os lança-granadas automáticos e com ainda maior poder de fogo, as aeronaves que fazem a proteção da força ou o apoio de fogo de armas de tiro indireto. Neste caso o armamento ligeiro apenas é utilizado se

for perdida a capacidade de combater nas viaturas e os elementos tiverem que progredir apeados.

Decorrente das missões específicas das OE é necessária uma grande variedade de armas e de modelos das armas, com ligação direta com o equipamento específico utilizado para cada missão, e assim permitir a diminuição do risco e potenciar o seu sucesso, ou ser escolhido armamento que permite uma polivalência de utilização se a incerteza do campo de batalha assim o exigir.

Nas missões de OE as missões são normalmente realizadas à noite, decorrente da necessidade de aumentar a camuflagem e conseguir desequilibrar com táticas e tecnologia os números superiores da ameaça. Durante esses períodos de reduzida visibilidade os alcances das armas diminuem e a necessidade de maior portabilidade faz com que normalmente as armas de canos mais curtos sejam utilizadas, com supressor.

Normalmente numa missão de Ação Direta existe uma maior certeza do terreno do objetivo e da ameaça, o que permite a escolha mais adequada do armamento e em missões de Reconhecimento Especiais o armamento é mais pensado em função do terreno genérico que vão encontrar.

As armas devem ser personalizáveis e configuradas genericamente para que a curva de aprendizagem seja muito rápida, e com uma manutenção de treino reduzida a performance possa ser rapidamente elevada. Isso faz com que essas configurações sejam mais limitadas para militares com um elevado treino, no entanto pela raridade desse elevado treino é possível que algumas armas sejam preparadas individualmente. Outro dos fatores muito importantes para reduzir o tempo de treino é o de possuir famílias de armas, ter um tipo de espingarda com a mesma ergonomia mas com várias versões para que possam ser escolhidas em função das necessidades, permite que o militar consiga rapidamente trocar as armas para a situação específica, pois a alteração substancial é o comprimento do cano e a mira utilizada, mantendo todos os procedimentos de tiro e resolução de problemas, e permitindo que cada militar na sua pequena unidade utilize as armas de outros sem perca substancial de rendimento. Desta forma os militares apenas têm que ter treino de três grandes sistemas críticos, a pistola, as espingardas e as metralhadoras, e os restantes sistemas de armas são utilizados de forma pontual.

AS SOLUÇÕES ENCONTRADAS

Na busca da melhor solução, enquadrada com a capacidade de recursos disponíveis, foram tidos alguns pressupostos, nomeadamente:

- Os calibres são os utilizados pela NATO;
- As armas não poderiam ser um protótipo ou serem de uma versão recente, sendo idealmente utilizadas por forças congêneres e idealmente com várias versões

melhoradas. Neste campo incluem-se os acessórios das armas, sobretudo as miras;

- A necessidade da interoperabilidade e a facilidade de encontrar as munições nos Teatros de Operações;
- A facilidade e rapidez de uma elevada curva de aprendizagem da arma e da sua configuração.
- A aquisição de famílias de armas, que fossem ergonomicamente semelhantes e contivessem a maior possibilidade de utilização possível;
- As armas têm uma utilização principal, mas deverão garantir a maior utilização possível.

O armamento das forças congêneres da FOE foi a grande referência, permitindo não cometer alguns erros e utilizar equipamento que resulta, tendo sido elaborada o seguinte enquadramento:

- Armas de recurso: armas que apenas são utilizadas primariamente quando a arma principal não pode ser utilizada, independentemente da razão, e existe uma ameaça ativa. São as pistolas as armas que mais se enquadram nesta categoria, embora possam ser as armas principais em algumas situações táticas como a limpeza de túneis;
- Armas de precisão: as utilizadas para tiros de precisão onde cada disparo deverá ter o ponto de impacto igual ao ponto de pontaria e ser disparado no tempo que o atirador entender. Estas são as armas associadas aos snipers ou aos atiradores especiais.
- Armas de supressão: armas em que a primeira utilização é o fogo automático sendo a sua função primária o grande volume de fogo;
- Armas de utilização específica: qualquer tipo de arma associado a uma tarefa muito específica e em que o militar terá que as transportar como uma terceira arma, por exemplo lança-granadas ou caçadeiras;
- Armas de utilização genérica: espingardas que podem ser utilizadas na grande maioria das situações de combate, conseguindo efetuar tiros de precisão a curtas e médias distâncias, e grandes volumes de fogos por curtos períodos de tempo.

Essa divisão não é estanque, mas permite enquadrar o armamento em termos de quantidades ou prioridade de aquisição.

CONCLUSÃO

O armamento ligeiro da FOE permite a realização de qualquer tipo de missão, em qualquer ambiente operacional e permite garantir várias funções no campo de batalha. A utilização de armamento de referência internacional permitiu utilizar a experiência de unidades congêneres, adaptar-se às novas tecnologias e ser um poderoso contribuidor para a atualização do armamento ligeiro para o exército Português. A adaptação e evolução são permanentes, com alguns erros, mas a continua caminhada na busca da solução é o motor que permite os altos padrões da FOE serem mantidos.

CARACTERÍSTICAS E EMPREGO DAS VTLB URO SOF

Autores: 1Sarg Tiago Silva / 1Sarg David Pimentel

1. INTRODUÇÃO

O emprego de viaturas táticas ligeiras blindadas (VTLB) nas Forças de Operações Especiais (FOEsp) é uma realidade com algumas décadas, nas Unidades congéneres dos países parceiros. No entanto, o seu uso é mais evidenciado após os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001, quer seja no Afeganistão na Operation Enduring Freedom, ou no Iraque na Operation Iraqi Freedom.

No âmbito do processo de planeamento de defesa dos países, articulado com uma estratégia operacional de edificação de capacidades, assiste-se a uma tendência para comparar os sistemas de armas das Forças Convencionais com as FOEsp. Esta análise comparativa, nomeadamente para a capacidade de mobilidade tática das Forças, deve ter base a distinta tipologia, conceito de emprego e TTP das unidades táticas em questão.

O crescente aumento da presença das FOEsp nos diversos Teatros de Operações atuais, cada vez mais dinâmicos e imprevisíveis, evidenciou a mobilidade tática como um requisito operacional relevante. Esta capacidade é materializada através de uma classe de viaturas, que normalmente se designa por Viaturas SOF, como é o caso das VTLB URO SOF, que garantem proteção, sobrevivência, manobra, velocidade e poder de fogo.

O projeto das VTLB URO SOF enquadra-se no Plano de Implementação da Força de Operações Especiais (FOE) do Exército, aprovado em 2016, e representa a adesão definitiva da FOE à era da mobilidade tática de operações especiais, colocando-a a par dos mais modernos sistemas de armas das Forças congéneres.

Não se pretende com este pequeno texto fazer uma avaliação acerca da implementação deste projeto, pretendemos apenas, enquanto utilizadores deste sistema de armas, apresentar algumas características e elaborar algumas considerações sobre o emprego tático das VTLB URO SOF no atual ambiente operacional.

2. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DAS VTLB URO SOF

A construção da viatura dispõe de uma blindagem de aço, que garante proteção balística para ameaças de nível 1 e proteção anti minas para ameaças de nível 2a (STANAG 4569), podendo ser reduzido facilmente o seu nível de proteção com a retirada de ADD-ON.

a) Peso/dimensões

Comprimento	5,33 m
Largura	2,69 m
Altura	2,23 m
Peso	7 500Kg
Peso pronta para Combate	9 950Kg

b) Desempenho

Velocidade	100 km/h
Autonomia	1200km
Diâmetro de viragem	17,2 m
Consumo 80km/h	26 L/ 100Km
Depósito de combustível	3 depósitos com capacidade total de 320 L

c) Trêm de Potência

Fabricante/Tipo	Cummins Euro III, ISB 6.7
Potência	240 Cv
Cilindrada	6.700 cm3
Sistema de injeção	Common Rail
Combustível	Diesel
Transmissão	Automática 6+1
Caixa de Transferência	2 Velocidades

d) Suspensão

Pneus	335/80 R20 Run Flat
Rodas	4+1
Suspensão	Independente
Amortecedores	Hidráulicos com molas helicoidais
Tração	4
Sistema de Travagem	Hidráulico (ABS) com travão de parque mecânico em tambor.
Sistema central de enchimento de pneus (CTIS)	Automático

e) Armamento

Estamos perante uma viatura altamente modular que permite facilmente de acordo com as variáveis de missão adaptá-la, colocando o armamento para a tipologia de missão, como nos mostra o quadro seguinte.

Reparo Principal	1. Metralhadora Pesada M2QCB 12,7 mm 2. Lança Granadas Automático HK GMG 3. Metralhadora Média FN MINIMI 7,62 mm 4. Metralhadora Média FN MAG 7,62 mm
Reparo Chefe de Viatura	1. Metralhadora Ligeira FN MINIMI 5,56 mm 2. Metralhadora Média FN MINIMI 7,62 mm 3. Metralhadora Média FN MAG 7,62 mm
Reparo da Retaguarda	1. Metralhadora Média FN MAG 7,62 mm 2. Metralhadora Média FN MINIMI 7,62 mm 3. Metralhadora Ligeira FN MINIMI 5,56 mm
Sistema lança fumos Rapid Obscuring System (ROSY)	Cada viatura dispõe de 3 sistemas

f) Equipamento de Visão

A viatura possui duas câmaras, uma dianteira com capacidade térmica e uma traseira com capacidade infravermelha.

g) Sistema de comunicação

Quando falamos do sistema de comunicações temos de falar das duas versões existentes de VTLB URO SOF, ou seja, a versão E1 e a versão E2.

O sistema de comunicações instalado nas VTLB URO SOF E1 é baseado numa Montagem Veicular Simples com suporte para um dos rádios TR-525AH ou TR-5252AU, permitindo a transmissão segura de voz e dados nas diversas bandas disponíveis: HF e VHF ou VHF e UHF, encontrando-se as respetivas antenas instaladas nas viaturas.

O sistema de comunicações instalado nas VTLB URO SOF E2 é baseado numa Montagem Veicular dupla com suporte para os rádios TR-525AH, TR-5252AU e Montagem Veicular simples com suporte para o rádio AN\PRC-148 permitindo a transmissão segura de voz e dados nas diversas bandas disponíveis: HF, VHF (em duas frequências distintas) UHF e SATCOM, encontrando-se as respetivas antenas instaladas nas viaturas.

Ainda neste capítulo, relacionado com o projeto de renovação e modernização das Forças Armadas Portuguesas dispõem do Sistema de Comando e Controlo (C2), Battle Field Management System (BMS) que fornece a todos os elementos envolvidos nas operações uma panorâmica completa do que está a acontecer sem que estes sejam sobrecarregados com informação desnecessária.

3. EMPREGO TÁTICO

Tendo em conta o Quadro Orgânico nº 09.02.14, que explana o pessoal, equipamentos e meios que equipam a FOE, esta é constituída por um Comando e Estado-Maior, seis Unidades Táticas de Operações Especiais (UTOE) e ainda uma Companhia de Comando e Apoio (CCA) que integra meios de apoio de Combate e meios de apoio de Serviços. Uma vez que neste trabalho apenas falaremos VTLB URO SOF, apenas retrataremos as UTOE, que são equipadas, entre outros meios, com quatro VTLB URO SOF, uma para cada quatro militares que podemos designar por equipa. No entanto, como uma Força de Operações Especiais assenta no princípio da flexibilidade, esta a adequa o efetivo da força e a tipologia de viaturas a usar de acordo com as variáveis de missão.

Nas Forças de Operações Especiais a flexibilidade e versatilidade são os grandes trunfos que as permite ser empregues em qualquer tipo de ambiente operacional, e daí surge a necessidade de plataformas rápidas e ágeis o suficiente que permitam aceder a terrenos muitas vezes difíceis, bem como, serem capazes de retirar de contactos com forças inimigas convencionais.

As VTLB URO SOF são empregues seguindo o princípio da mobilidade tática SOF permitindo:

- Método de Inserção/Infiltração e Extração/Exfiltração para missões de Ação Direta (AD) e Reconhecimento Especial (RE);
- Movimentos Discretos e/ou escoltas de cargas sensíveis e HVT/VIP em zonas de conflito;
- Operações de Reabastecimento;
- Operações de Forças de Reação Rápida;
- Acompanhamento de Forças parceiras em missões de Assistência Militar;
- Operações Psicológicas;

Já amplamente citada, a tríade que caracteriza as



viaturas SOF são a mobilidade tática SOF, a proteção e o poder de fogo.

A Mobilidade Tática consiste na capacidade de movimentar e manobrar forças numa área de operações, com liberdade de ação em relação à ameaça, que na verdade difere para Mobilidade Tática SOF, devido à tipologia e características das viaturas que dispõem e empregam, porque só assim é que permite atuar com independência de apoio.

As VTLB URO SOF permitem assim à FOE:

- Compatibilidade com outras SOF congéneres e força convencionais;
- Capacidade de cobrir maiores distâncias, mais rapidamente diminuindo a dependência de apoio aéreo ou operacional;
- Capacidade de serem facilmente aerotransportados devido ao seu peso;
- Capacidade de persistir no terreno por maiores períodos de tempo sem necessidade de reabastecimento;

- Inserção e extração de equipamento especializado;
- Garantir poder de fogo sobre alvos de oportunidade ou objetivos pré planeados através do sistema de armas;

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incorporação do sistema URO SOF na FOE representa uma clara mais valia. Atrevemo-nos inclusivamente a afirmar que se constitui como mais uma grande alavanca para a adaptação aos novos desafios das operações especiais.

Para além do grande desenvolvimento que a plataforma URO SOF representa em termos de capacidades operacionais, de que se destaca a mobilidade, a flexibilidade de emprego, este projeto está também a funcionar como um motor na transformação de mentalidades e enquanto elemento motivador e agregador.



O ESPECIALISTA DE COMBAT MEDIC E A MUDANÇA DE PARADIGMA

Autor: TCor Roxo

“The presence of a NATO Special Operations Combat Medic on the asymmetric battlefield truly enables the most effective Special Operations as their capabilities allow Special Operations Task Units to deploy into the most rugged and austere conditions with the confidence that if they sustain serious battlefield injuries, they will be able to survive through the trauma, prolonged field care, and clinical capabilities resident in a trained and certified NSOCM,”

U.S. ARMY LT. COL. MATTHEW COBURN, ISTC COMMANDER.

Conseguir prevenir as mortes que são consideradas evitáveis continua a ser um dos focos principais na atualidade. Antes de 1996, os socorristas do exército dos EUA eram treinados para tratar os feridos no campo de batalha de acordo com os conceitos de Advanced Trauma Life Support (ATLS), uma abordagem padronizada para o atendimento num ambiente hospitalar. No entanto, após vários anos de estudos tornou-se evidente que os princípios do ATLS não eram os mais adequados para cenários de combate, uma vez que não eram consideradas variáveis como a limitação de equipamentos médicos, o stress de combate, a reduzida visibilidade, os problemas no transporte de vítimas, entre outras.

Em 1996, após um projeto de pesquisa médico de Operações Especiais (OE)¹ para melhorar os resultados dos traumas de combate, foi introduzido o conceito de Tactical Combat Casualty Care (TCCC). O TCCC foi concebido para definir diretrizes ao suporte de vida em traumas na medicina de combate pré-hospitalar em meio militar, destinadas a reduzir as mortes evitáveis, otimizando o atendimento prestado antes da chegada a uma instalação médica e mantendo o sucesso da operação.

Com base na análise de autópsias em baixas de combate e dados de ferimentos, várias atualizações

foram propostas ao artigo, sendo a mais importante o reconhecimento de que por vezes a “aplicação de bons princípios médicos pode traduzir-se numa má tática, e as más táticas podem fazer com que todos morram ou que a missão fracasse”². As diretrizes da TCCC foram rapidamente adotadas pelas comunidades de Operações Especiais e logo depois começaram a ser aceites em outras unidades militares. Desde então, vários relatórios e estudos foram publicados na literatura médica documentando a forma como a prática de TCCC contribui para reduções significativas da mortalidade no campo de batalha.

Em particular, devido à natureza das missões de OE, as Forças de Operações Especiais (FOEsp) podem frequentemente encontrar-se em ambientes táticos austeros, longe dos padrões standard de apoio e tratamento médico. Em alguns casos, as operações podem não contemplar a capacidade de MEDEVAC durante a primeira hora (“golden hour”) ou até envolver tempos de evacuação mais longos. A existência de um First Responder com competências e capacidades para tratar prontamente e corretamente uma vítima pode ser a diferença entre a vida e a morte de um elemento da equipa.

Tendo em conta a evolução das tecnologias e práticas do socorro em combate, bem como da evolução do apoio sanitário nos diferentes Teatros de Operações

(TO), a percentagem mortalidade e morbidade em cenários de combate nos ROLE tem diminuído ao longo dos anos. Contudo, dentro da cadeia de apoio sanitário existente num TO, a parte mais importante e vulnerável é possivelmente o “First Responder”, tratando-se do primeiro elemento a fornecer assistência pré-hospitalar no local, sendo o seu papel determinante para definir o desfecho da ocorrência.

O QUE É UM COMBAT MEDIC

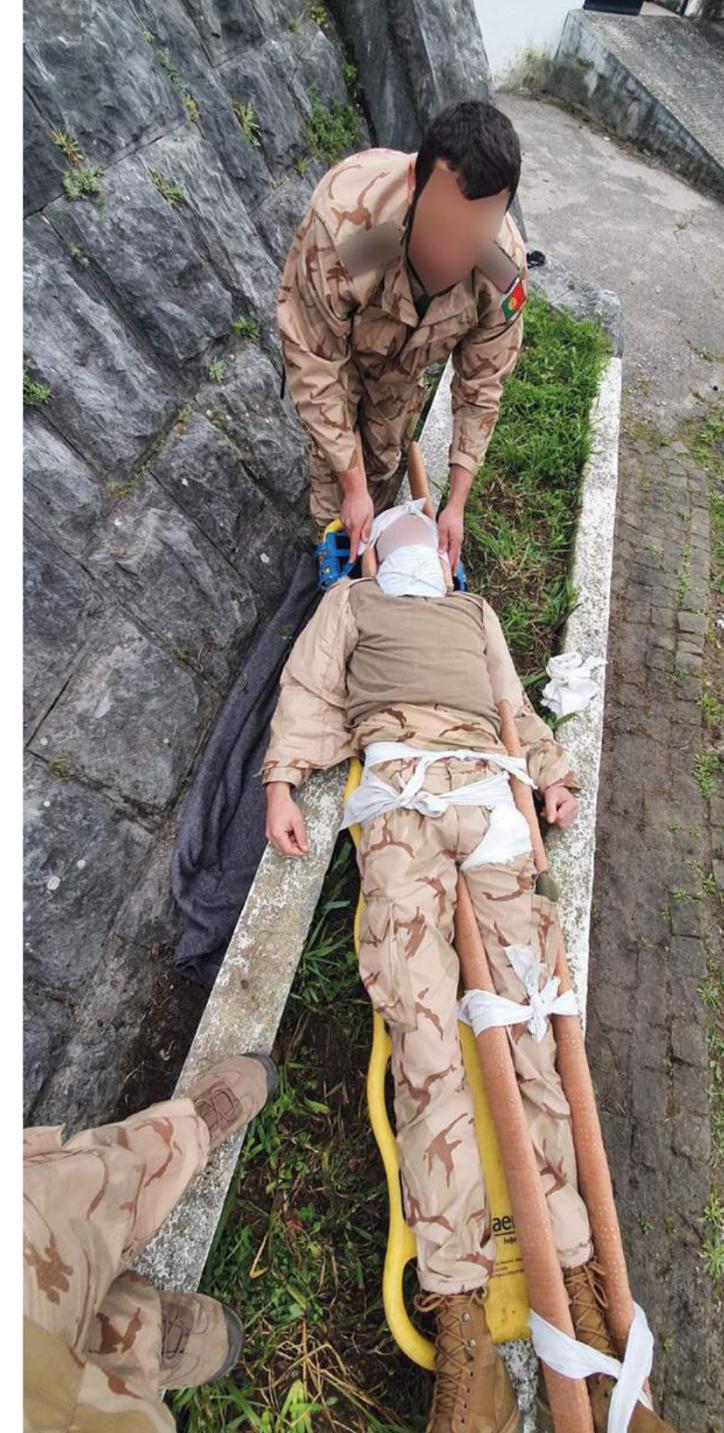
O Special Operations Combat Medic (SOCM) é um militar de Operações Especiais (OE) especializado em tratamento médico de emergência num ambiente de combate ou treino militar, bem como em cuidados de saúde primários, proteção e evacuação.

Existente noutros países, a figura de combat medic pode ser comparada ao paramédico ou ao técnico de emergência médica, e corresponde, no meio militar, a um profissional não credenciado em medicina que adquire capacidades na área de apoio e tratamento médico orientado para vítimas de traumas de combate.

O SOCM fornece suporte médico tático diretamente às FOEsp, sendo treinado para, numa fase inicial, prestar tratamento médico às vítimas em estado crítico em Teatro de Operações de guerra, desde o point-of-injury até 36 horas após o mesmo, antes de evacuação médica ou ajuda diferenciada.

EM QUE CONSISTE O CURSO E OS PRÉ-REQUISITOS

O curso de NATO Special Operations Combat Medic (NSOCM) foi estabelecido no NATO International Special Training Center em Pfullendorf, Alemanha e é supervisionado pelo NATO Special Operations Headquarters (NSHQ). Como o curso se baseia em protocolos fornecidos pelo NSHQ, os combat medics são totalmente interoperáveis quando inseridos em apoio às operações da NATO (Robles, 2017). Construir interoperabilidade e capacidade com padrões comuns da NATO é crucial para o apoio médico a todas as futuras missões de OE, onde unidades militares e os seus elementos serão vitalmente dependentes uns dos outros para missões combinadas.



O NSOCM deve ser um pensador crítico capaz de rapidamente reconhecer e resolver/tratar condições de emergência médica em ambientes remotos e austeros, encontrando a solução certa com limitado material à sua disposição. O curso foi concebido para ajudar a preencher esta lacuna e aumentar a consciência situacional para os profissionais da NATO.

Este curso tem a duração de 22 semanas e é destinado a elementos de OE que possuam capacidades básicas de salvamento de combate, preparando-os para serem especialistas com conhecimento e competência para sustentar baixas por até um máximo de 36 horas.

¹ “Tactical Combat Casualty Care in Special Operations - A supplement to Military Medicine” realizado por Frank Butler, John Haggmann, e por Ensign George Butler.

² Traduzido da citação: “...good medicine can sometimes be bad tactics and that bad tactics can get everyone killed or cause the mission to fail” (Butler, Haggmann,1996).

O curso abrange mais de 170 tarefas críticas em uma variedade de situações médicas, incluindo trauma, não trauma, lesões, doenças e outras condições que requerem tratamento médico inicial a um paciente ferido no campo de batalha. Usualmente o curso dispõe de 24 vagas, que têm sido preenchidas por militares de várias nações como Áustria, Bélgica, Alemanha, Grécia, Itália, Holanda, Noruega, Polónia, Suíça, entre outras.

Listam-se abaixo os requisitos mínimos para frequentar o curso:

- Graduado/certificado com o curso ISTC Advanced Medical First Responder (AMFR) ou equivalente;
- Passar no Medical Knowledge Entry Test com o mínimo de 70% (conhecimento adquirido no curso AMFR);
- Passar no Physical Training Test;
- Passar no English Comprehension Test com o mínimo de 80%;

Uma vez terminado o curso de NSOCM, o militar terá que manter as suas qualificações através de treino regular e participação em exercícios executados anualmente, com uma duração de 2 semanas, em cenários de combate tático. Adicionalmente, a cada 2 anos terá que frequentar o NATO Special Recertification Course no NSHQ com vista a desenvolver novas competências médicas com relevância ao nível dos avanços científicos na área de vítimas de combate bem como aprender novas e inovadoras técnicas e/ou equipamentos médicos de combate.

“The fate of the wounded rests in the hands of the one that applies the first dressing.”

COL NICHOLAS SENN, MD (1844-1908)

CONCLUSÃO

O socorro de vítimas de trauma tem que ser executado por elementos cujos conhecimentos técnicos e experiência prática lhes permitam atuar de forma correta, seguindo os protocolos definidos, e contribuindo assim para a diminuição da mortalidade e morbilidade. Nesse sentido, é essencial que se tenha uma capacidade de resposta inicial no seio das Special Operations Task Unit (SOTU), para atuar prontamente e corretamente. Esta capacidade de tão elevada urgência pode ser garantida por um SOCM.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Christensen, J.B. (2018). How the International Special Training Centre Is Training World-Class Medics: An Outline of the NATO Special Operations Combat Medic Course.

North Atlantic Treaty Organization. (2021). AMedP-4.136 – NATO Special Operation Forces Medical Support (Edition A) (Version 01).

North Atlantic Treaty Organization. (2009). NSCC - SOF Medical Standards and Training Directive (Version 01).

North Atlantic Treaty Organization. (2021). Standardization Agreement (STANAG) 6541 (ED 01) - NATO Special Operations Forces (SOF) Medical Support (Edition 1).

Robles, N. (2017). Inaugural NATO Special Operations Combat Medic Course Graduates 23 Students at ISTC. Obtido em 01 de Maio de 2021, de https://www.army.mil/article/184754/inaugural_nato_special_operations_combat_medice_course_graduates_23_students_at_istc.

SOF News. (2016). NATO's Special Operations Combat Medical Course (NSOCM) Obtido em 01 de Maio de 2021, de <https://sof.news/nato/nsocm/>.

Butler, F. & Hagmann, J. (1996). Tactical Combat Casualty Care in Special Operations.

IMPORTÂNCIA DO TREINO DE OPERAÇÕES ANFÍBIAS OPANF

Autor: 1Cb Luís Ferreira

Desde os primórdios dos conflitos humanos que o combate em água existe sendo isso transportado até aos dias hoje, as Operações Especiais não fugiram à regra.

Existindo Marinha, qual a necessidade de existir o treino de uma força do Exército para atuar na água?!

As Operações Especiais caracterizam-se pela tridimensionalidade do seu emprego, seja ar, terra ou água, uma vez que as missões, grande parte delas, são feitas atrás das linhas do inimigo, o que implica enfrentar qualquer tipo de terreno sem apoio por parte de outra força.

O treino em ambiente aquático é importante porque dota os militares das Unidades Táticas de Operações Especiais (UTOE) com a capacidade de infiltração, operação e exfiltração num ambiente complexo e mutável. Esta capacidade da UTOE agiliza e facilita o processo de tomada de decisão de um comandante face a obstáculos ou áreas de operações dominadas por cursos de água. Esta capacidade proporciona à Força de Operações Especiais (FOE) um dos vetores de infiltração e exfiltração, contribuindo para a redundância das mesmas.

TREINO DE OP ANF NA FOE

O treino de operações anfíbias é realizado com os meios disponíveis no Centro de Tropas de Operações Especiais e frequentemente na região norte de Portugal, região essa que tem presente vários rios, percursos fluviais, albufeiras e uma grande diversidade de biomas, contribuindo assim para uma maior capacidade de adaptação nos treinos em ambiente e situações diferenciadas por parte da força.

O Centro de Tropas de Operações Especiais tem ao seu dispor uma grande panóplia de material específico para este tipo de operações destacando-se:

Bote ZEBRO3

Foto 2

Fatos Neoprene com capuz luvas e sobrebotas

Foto 2

Barbatanas

Foto 2

Motores para bote 2 e 4 tempos

Foto 3

Material para aproximação silenciosa



Foto 1



galp

LAMEGÁS
Lamegás - Energias, Lda
geral@lamegas.pt
254 611 033 | 808 201 008
Rua D. João Da Silva Campos Neves
Nº6, 5100-148 Lamego
www.lamegas.pt





Foto 2



Foto 3

Todo o militar de operações especiais tem treino em operações anfíbias, treino este que se inicia ainda durante o curso de Operações Especiais e que posteriormente é aprimorado nos ciclos de treino das UTOE da FOE.

EXPERIÊNCIA PESSOAL

No meu percurso militar, à semelhança de todos os militares que ostentam a boina verde seco, tive um contacto mais aprofundado com operações desta tipologia no decorrer do meu curso de Operações Especiais (COE Praças - 2018 2ºT)

Já no desempenho das minhas funções de Cabo Especialista de Operações Especiais na FOE, tive oportunidade de expandir o meu conhecimento e gosto por esta área, através de exercícios e treinos realizados, do qual destaco as sessões de treino de aproximação noturna ao um objetivo pela via silenciosa, tanto a nado com recurso ao fato Neoprene com barbatanas, como com o Bote ZEBRO 3.

Estas sessões de treino para além de me fazer consolidar as matérias, sempre me cativaram pela sua complexidade tática e física, dado o desafio de conduzir operações nesta tipologia de ambiente.

A capacidade de operar e permanecer em terreno hostil dominado por massas de água é algo vital para o bom sucesso das missões, estando aí a importância do vetor das operações anfíbias.





PROGRAMA MÉDICO DE ASSISTÊNCIA CIVIL

MEDICAL CIVILIAN ASSISTANCE PROGRAM - MEDCAP

Autor: Dr. Brayan Ferreira

Em 2017, nos arredores de Mosul, no norte do Iraque, equipas de uma organização não-governamental (ONG) e sem fins lucrativos, prestam assistência médica aos Militares Iraquianos, Curdos e Milícias Cristãs associadas ao Exército Iraquiano, assim como aos deslocados pela guerra (IDP - Internally Displaced Persons). Desde que o Daesh, ou o auto proclamado estado islâmico do Iraque e do Levante (ISIL - Islamic State of Iraq and the Levant), tomaram uma parte do norte do Iraque, estas milícias são as únicas pessoas a habitar as cidades Cristãs das Planícies de Nínive (Nineveh Plains).

Nesse ano, à medida que a luta se concentrava em reconquistar Mosul, o Exército Iraquiano e as Forças Especiais Ocidentais não tinham recursos suficientes para estarem presentes em todo o território vítima do conflito, então estas milícias eram a única coisa que impedia a organização terrorista de retomar estas cidades. Infelizmente estas pessoas não tinham quaisquer recursos médicos, exceto os fornecidos pela presença de organizações como a HASF.

Com uma mistura de voluntários de diversas áreas de trabalho que vão desde PMC (Private Military Contractors), Engenheiros Mecânicos, Paramédicos e Médicos Dentistas, todos têm algo em comum que é uma vasta experiência em alguns dos ambientes mais austeros do mundo. O que fez com que a HASF, em conjunto com o governo local Curdo e as Forças Especiais Norte Americanas, conseguissem coordenar o movimento das suas equipas até à linha da frente do combate ao terrorismo e realizar delicadas missões.

Os programas MEDCAP são algo que as Forças de Operações Especiais (SOF - Special Operations Forces) usam muitas vezes para ganhar a confiança dos habitantes locais do País em que estão a trabalhar. Nesse caso concreto, todos os profissionais de Saúde locais tinham sido deslocados e, ou haviam fugido para outras cidades, ou até mesmo para fora do país. Os soldados que haviam permanecido e alguma da população que os ajudava sofriam sérios problemas médicos, especialmente ao nível oral o que estava a condicionar muito a sua capacidade de combate.

Na altura, não sendo ainda seguro o retorno de pessoal médico, e com todas as clínicas e hospitais destruídos na área, foi emitido um pedido de assistência à HASF. Com equipas de Forças de Operações Especiais (Special Forces) do Exército dos EUA (Estados Unidos da América) a operar nas proximidades, e a providenciar a confiança necessária que a fundação teria algum tipo de apoio especializado caso tivessem algum confronto que não conseguissem resolver de imediato, esta foi uma oportunidade perfeita para explorar a doutrina que transforma médicos convencionais em multiplicadores de força na luta de contrainsurgência (COIN - Counterinsurgency). Para um comandante num teatro de operações, os efeitos a curto prazo da ajuda médica podem ser significativos, particularmente se estiver a combater um grupo terrorista perigoso e estiver dependente da boa vontade e apoio da população local.

Neste caso a HASF focou-se principalmente na parte de Medicina Dentária (DENTCAP - Dental Civic Action Program) do MEDCAP, no entanto, esta é uma das partes mais cruciais deste conceito. Porque, não só a dor e infeções orais são muito incapacitantes para qualquer força de combate, mas porque se consegue efeitos a longo prazo, pois quando a equipa médica abandonar a área, mesmo que o governo e entidades oficiais de saúde não voltem tão cedo, consegue-se dinamizar a saúde oral, com bocas mais saudáveis, embora com menos dentes.

Para a missão que aqui descrevemos, as equipas deslocaram-se em viaturas civis sem blindagem (soft skin) Toyota Land Cruiser, sendo esta uma das viaturas mais acessíveis no Médio Oriente e a organização gosta de usar táticas que fazem lembrar as de certas patrulhas de longo raio de ação no deserto. Em cada equipa de 5, todo o equipamento era transportado numa única viatura para que permanecessem os mais discretos possíveis. O espaço de armazenamento na viatura era apertado, os locais onde iriam montar as clínicas improvisadas tinha que ser bem estudado de acordo com a localização e a segurança disponíveis. Então, para além de tudo o que necessitavam para sobreviver, a equipa tinha um kit para execução dos tratamentos de Medicina Dentária muito simples, mas altamente eficaz.

A maioria dos soldados e população não tinham sequer acesso a escovas ou pasta de dentes. De modo que a equipe além dos tratamentos que tinha como objetivo executar, também providenciou o ensino de técnicas de higiene oral, e de acordo com as necessidades, fez-se a distribuição de artigos de higiene e medicamentos que haviam sido doados pelos patrocinadores da HASF.

Extraír um dente do siso incluso e infetado no meio de um aquartelamento de uma milícia cristã na vizinhança de Mosul não é uma tarefa fácil. Especialmente quando há combates e VBIED (Vehicle Born Improvised Exploding Device) a explodir na vizinhança. Os tratamentos tinham que ser bem

planeados e um bom carregamento de antibióticos, anti-inflamatórios e analgésicos também fazia parte do kit. Para alguns casos, os pacientes iniciavam a terapia antibiótica 3 dias antes das intervenções cirúrgicas. Noutros casos, não era possível voltar a consultar os pacientes e, sem essa capacidade, a eficácia dos tratamentos poderá ser comprometida pelo perigo que representa executar certos tratamentos. Assim, muitas vezes, tinha que ser deixado ao critério dos pacientes se estavam dispostos a aproveitar a oportunidade de serem tratados ou não. Alguns deles tinham dores tão angustiantes que assumiam o risco, mas para a equipe médica da HASF, isso criou alguma tensão pois cria-se um conflito entre providenciar assistência médica a essas pessoas, e caso esta não seja bem-sucedida, o possível fracasso da guerra psicológica (PSYWAR - Psychological Warfare) da missão MEDCAP. Se o tratamento funcionasse, missão cumprida, mas se o paciente ficar em sofrimento ou contrair uma infeção ou sofrer outro tipo de complicações, o papel da ONG poderia ser posto em causa e comprometer o objetivo pretendido.

O MEDCAP é uma ferramenta política muito poderosa, se conduzida corretamente. Em 1960, os EUA iniciaram estes programas durante a Guerra do Vietnam, inicialmente para os militares Vietnamitas e mais tarde para civis Vietnamitas. O objetivo principal era ganhar os “corações e mentes” das pessoas. Hoje, pode ser muito mais do que isso. O Governo e as ONG podem ajudar a construir e desenvolver infraestruturas médicas e prestar assistência humanitária às nações envolvidas em conflitos e que têm recursos médicos inadequados. É mais que reconhecido que o sucesso de qualquer guerra depende principalmente do controle ou uso das Forças locais e da obtenção de apoio da população.





Os profissionais de saúde participam com facilidade em missões humanitárias quando sentem que estão a participar em algo útil. Mas quando estamos a falar de fornecer esse mesmo apoio na linha de frente de uma guerra, apenas alguns têm as habilitações e principalmente a motivação para o fazer. Salvar vidas, educar, tratar doenças, melhorar a saúde, prestar um serviço em que as pessoas deixam de sofrer e estejam capazes de lutar pela segurança do seu País é uma tarefa muito importante a desempenhar. E só a interação com equipas de Operações Especiais posicionadas no terreno estrategicamente e com meios próprios que permitam rapidamente apoiar estas organizações, seja diretamente ou através de direcionamento de apoio aéreo, lhes permite ter a confiança necessária para serem projetadas numa zona de risco muito elevado e executarem o seu papel de ajuda às Forças locais.

“

Salvar vidas, educar, tratar doenças, melhorar a saúde, prestar um serviço em que as pessoas deixam de sofrer e estejam capazes de lutar pela segurança do seu País é uma tarefa muito importante a desempenhar.

A FORMAÇÃO NO BFORM/CTOE, EM PENUDE

DESAFIOS E PERFECTIVAS

Autores: Ten Gaspar
Saj Carrulo
1Sarg Carneiro
1Sarg Pedrosa

Numa época de escassez de recursos humanos, logísticos e financeiros, a tarefa de selecionar os melhores, preparar, equipar e criar o Mindset SOF, com o intuito de os tornar futuros militares de Operações Especiais, torna o papel do formador ainda mais complexo. Este tem como princípios básicos o saber orientar, formar e motivar os seus formandos, servindo como exemplo do saber “ser” (Valores) e saber “estar” (Competências) que representam a nossa instituição.

Inerente aos dias que correm, à conjectura atual, e muito derivado à falta de voluntários para as Forças Armadas, o papel de seleção por parte do formador torna-se ainda mais exigente. Assim, desta forma, com vista a selecionar de forma rigorosa os futuros militares de Operações Especiais, o formador tem de ser criterioso, rigoroso, exigente e um exemplo para com os mesmos. Para virem a ser considerados os melhores dos melhores, a elite das elites, é ainda nesta fase, a da formação, que temos a oportunidade e o dever de desenvolver as atitudes mentais para que sejam capazes de enfrentar as dificuldades inerentes à especialidade de Operações Especiais.

Falando em formação, é nesta fase que o formador tem o mais importante papel ao longo da formação destes novos candidatos a futuros militares de Operações Especiais. Após este período, inicia-se um novo ciclo de formação e treino, já na Força de Operações Especiais (FOE), onde uma nova fase é iniciada até à projeção destes militares para uma determinada operação na especialidade.



PARTICIPAÇÃO DO CTOE NO APOIO MILITAR DE EMERGÊNCIA

Autor: TCor Cordeiro

“A situação pandémica que assolou, e ainda assola o país e o mundo, expôs as vulnerabilidades da Sociedade em que vivemos, mas simultaneamente, reforçou a necessária existência e pertinência do emprego militar nomeadamente do Exército, nas designadas emergências complexas”

Barros, J., Morais, L., Correia, J., & Amador, P., “O Exército e o Apoio Militar de Emergência. Competências distintivas”, Revista Militar n.º 2627 (dezembro de 2020): 1103).

Neste âmbito, o objetivo deste artigo é dar a conhecer o empenhamento recente do Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE), nas operações de Apoio Militar de Emergência (AME).

“O AME tem uma configuração muito próxima das operações de apoio de serviços, sendo o Exército o ramo das Forças Armadas mais bem-dotado para as preparar e executar, que decorre da sua dimensão, da natureza das operações militares terrestres e do seu dispositivo no território nacional” (Barroso, Luís, “PTDM e AME”, RAME, (abril de 2021): 02.

O CTOE, no âmbito das suas competências, colabora em ações de apoio ao desenvolvimento e bem-estar da população conforme lhe for determinado e cumpre outras missões ou realiza outras tarefas que lhe

sejam cometidas superiormente, nomeadamente nas operações de AME.

Como Unidade Regimental, o CTOE integra a estrutura base do Exército, participando ativamente no Plano Apoio Militar Emergência do Exército (PAMEEX), com as seguintes valências:

1. Incêndios / Cheias

a. Um (01) “Módulo de Intervenção” (ModInt)

(01/03/15) para apoio ao combate pós incêndio florestal (Rescaldo). Este módulo foi acionado nove (09) vezes nas áreas de atuação de VISEU / VILA REAL / PORTO;

b. Plano PAMEEX/HEFESTO – Executados trinta e seis (36) pedidos de apoio inopinados para plano PAMEEX/HEFESTO – Duas (02) Patrulhas de Vigilância



Focando na primeira fase, esta tem como base a formação em diversos módulos, onde parte deles são ministrados por especialistas da área, garantindo assim o maior nível de excelência nessas mesmas matérias. Assim, é neste primeiro impacto com as Operações Especiais, que os formandos apreendem todas as matérias da especialidade e onde devem desenvolver todas as capacidades para se tornarem militares de Operações Especiais. Em suma, é na formação que os formandos veem no formador um operador resiliente, profissional, dedicado, exímio, e com as competências necessárias para enfrentar qualquer dificuldade inerente às Operações Especiais.

É assim, ao longo da formação, que os formadores moldam os formandos e criam o Mindset SOF, assumindo um pouco o papel de Pai, educando e dando o exemplo. Em síntese, é nesta fase em que lhes são dadas as ferramentas através de formação rigorosa e meticulosa, recorrendo ao uso do armamento e equipamento da FOE, com o intuito de criar as suas bases de formação, de “Saber Ser” e “Saber Estar”, para que num futuro sejam integrados numa Força de Operações Especiais, dando continuidade à sua formação e treino.

Como formador, de vários cursos de Operações Especiais, o fator motivacional é ver o produto final

após meses de trabalho concluídos com aproveitamento. Para tal, desde o início da formação são despendidas horas, dias e semanas consecutivas de trabalho por todos os elementos que compõe a Equipa de Formação, Companhia de Formação e Batalhão de Formação, sempre em prol dos cursos que estão a decorrer, para que a sua formação decorra com a maior qualidade e com a necessária segurança, sem falhas e contratempos, sempre de olhos postos no objetivo final, criar condições e capacidades para que um formando possa integrar a FOE.





e Detecção (PVD), com (00/01/01), nas áreas de atuação de VISEU / VILA REAL / PORTO;
c. Plano FAUNOS - Três (03) PVD, com (00/01/01). Acionados 308 pedidos de apoio com três (03) patrulhas diárias.

2. Busca e salvamento terrestre (Montanha / Neve e Gelo)

Uma (01) Força de Busca e Salvamento Terrestre com (1/02/04).

3. Combate à pandemia de COVID-19

No âmbito do apoio do Exército ao combate à pandemia de COVID-19, em Portugal e durante os estados de emergência que foram decretados pela Presidência do Conselho de Ministros, o CTOE realizou os seguintes apoios:

a. Cedência de material

O CTOE apoiou a Câmara Municipal de São Pedro do Sul, Câmara Municipal de São João da Madeira, Câmara Municipal de Lamego e a Santa Casa da Misericórdia de Lamego e o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro (Lamego) através de kits camas e tendas de campanha.

b. Ações de sensibilização a entidades civis

No âmbito do combate à pandemia COVID 19, foi determinado o apoio das Forças Armadas (FFAA) ao Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social (MTSSS), no sentido de se desenvolverem um conjunto de ações presenciais de sensibilização e de demonstração de boas práticas de higienização, de estabelecimento de circuitos de circulação e de uso de equipamento de proteção individual (EPI), conducentes a contribuir para a segurança dos funcionários, utentes e familiares das Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI).

Assim, na sua área de responsabilidade, o CTOE executou setenta e uma (71) ações de sensibilização, contribuindo desta forma para a redução do risco de contágio do vírus SARS-CoV-2.

c. 6ª Equipa de Operadores da Plataforma Trace COVID-19 (6ªEOPTC)

No dia 02Dec20, iniciou-se o apoio à Administração Regional de Saúde do Norte no rastreamento de casos COVID-19. Esta Unidade contribui com um total de quinze (15) militares no rastreio colaborativo ao Covid-19, fazendo uso da plataforma de Trace COVID-19 do Serviço Nacional de Saúde e operando a partir das instalações do CTOE, em Lamego. Particularmente, os militares da equipa do CTOE encontram-se a apoiar o Agrupamento de Centros de Saúde de Famalicão, rastreando os casos positivos COVID-19 e os seus respetivos contactos de baixo e elevado risco, sete dias por semana.

Esta equipa realizou um total de 9399 inquéritos, contribuindo assim para o controlo, contenção e combate da pandemia.



4. PARA ALÉM DAS CAPACIDADES...

A UNIDADE FALINTIL



A Unidade FALINTIL é a unidade de Operações Especiais das FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL).

A criação desta unidade, estava prevista já no caderno de orientação estratégica normalmente designado por Estudo Estratégico 2020, embora com uma orientação um pouco diferente, pois a organização então proposta apresentava uma unidade com capacidades mistas de forças especiais.

Em 2013, foi decidido pelo comando superior das F-FDTL a criação de uma unidade de Operações Especiais. Esta decisão teve como base o conhecimento adquirido desta capacidade em contactos e visitas a Portugal e também por se entender que a natureza, organização, modo de atuação e missão eram as que mais se adequavam à situação em Timor-Leste e também que se ajustavam à experiência, tradições e



principais valores adquiridos durante a luta de libertação nacional pelos guerrilheiros das gloriosas FALINTIL.

O levantamento da unidade não foi imediato e só em 2015 se realizou um curso de formação de operações especiais, realizado em Timor-Leste com apoio de instrutores e formadores estrangeiros. A Unidade estava criada, implementada, mas havia muito ainda a fazer. Era necessário, não só consolidar os aspetos de formação como conferir à unidade uma organização e doutrina de emprego que se ajustasse à sua natureza e missão- as operações especiais.

As relações históricas, de cooperação e amizade com Portugal, o trabalho e confiança da cooperação militar portuguesa, facilitaram os contactos que levaram a que os mais altos responsáveis das F-FDTL e das Forças Armadas de Portugal e muito especialmente do Exército, estabelecessem formas de cooperação no sentido de apoiar e reforçar o desenvolvimento da Unidade. Assim, desde 2017, vários militares, oficiais, sargentos e praças da Unidade FALINTIL, têm recebido formação de operações especiais em Portugal, no Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE). Esta ação, foi posteriormente reforçada com uma assessoria temporária do CTOE, que durante cerca de 6 meses, em Timor-Leste, ajudou a delinear o plano de desenvolvimento a médio e longo prazo da Unidade FALINTIL. Como corolário desta cooperação, a Unidade FALINTIL foi convidada a participar com uma pequena



subunidade no exercício de forças especiais, SOFEC 19, que se realizou na Madeira em 2019 e onde os militares da Unidade FALINTIL souberam representar com dignidade e brio as F-FDTL e estar à altura de tudo o que lhes tem sido transmitido e ensinado no CTOE.

Os militares das F-FDTL e da Unidade FALINTIL, gostaram e sentem-se orgulhosos da formação que têm recebido em Portugal, no CTOE. Ostentam com orgulho os símbolos das Operações Especiais de Portugal. Consideram o CTOE também a sua casa e, recordam já com nostalgia os tempos que aí passaram. Não esquecem os momentos difíceis e particularmente duros que então viveram, obstáculos e dificuldades de várias ordens que tiveram que vencer. Recordam especialmente a dureza do clima, da instrução, mas referem, também qualidade, exigência e rigor postos na execução de todas as tarefas do curso, reconhecem a elevada competência e profissionalismo dos seus instrutores, que recordam com saudade e que fazem realçar um brilho nos olhos, quando se fala dos momentos que aí passaram e das pessoas que encontraram.

Há um sentimento misto de gratidão e ao mesmo tempo de espera em que esta cooperação continue, de reforço da ligação ao CTOE, seja pela possibilidade de lá voltar, seja pela eventualidade de se implementar a cooperação com o CTOE de forma mais continuada.

A colaboração do CTOE e do Exército de Portugal, permitiu dar à Unidade FALINTIL, não só uma doutrina

de referência, mas um exemplo do que é uma unidade com estas características, da sua organização, funcionamento e espírito. Mantendo as suas próprias características, assentes no espírito guerreiro dos seus antepassados, reforçado na experiência de uma dura e longa guerra de guerrilha, respeitando os ensinamentos recolhidos de muitos dos seus veteranos, que lhes deu o conhecimento prático desta forma de guerra, a Unidade FALINTIL mantém viva a sua ligação ao CTOE e a Portugal, pratica os valores, técnicas e doutrina aí aprendidas e adapta as mesmas às condições e especificidades próprias das F-FDTL e de Timor-Leste.

A importância e a relação forte com as OE em Portugal levam o atual comando da Unidade a pretender que se mantenha uma colaboração profícua entre os seus militares, de todas as categorias, e que estes possam continuar a contar com o apoio dos seus camaradas portugueses, no seguimento da sua formação em Timor-Leste.

As Operações Especiais conseguiram ganhar a adesão dos militares das F-FDTL, podem aprofundar laços que unem os dois povos, mas sobretudo que foram ganhando a confiança e o respeito pela ação dos militares de operações especiais que aqui passaram e pelo trabalho que vem sendo desenvolvido em Lamego no apoio à formação da Unidade FALINTIL.

A Unidade FALINTIL, Dili, 13 de Junho de 2021

A RELAÇÃO ENTRE A IGREJA CATÓLICA E AS FORÇAS ARMADAS

Autor: Tcor Seixeira

Por norma, as cidades onde tem havido aquartelamentos das Forças Armadas sentem um certo gosto e até orgulho pelos militares que por ali passam. E Lamego não é exceção, pelo contrário, a cidade e arredores sempre prezaram a instituição militar e tanto os poderes locais como as suas forças vivas se deram bem com as diversas Unidades que aqui se acantonaram. Muitas vezes, equipas de futebol de militares jogaram com a do Seminário e houve militares que passaram por Lamego e prestaram ao mesmo Seminário o serviço de aulas de ginástica.

Não obstante, pelo menos aparentemente, paira na opinião pública a ideia duma certa excrecência das Forças Armadas no atual contexto do país, reduzido ao retângulo do Continente e às Regiões autónomas, para mais em tempo em que não há guerra e a soberania nacional está, de certo modo, partilhada com a União Europeia, parecendo até que os decisores políticos terão subalternizado a instituição castrense, sobretudo pelo desinvestimento em efetivos, material e instalações. Em contrapartida, os Chefes de Estado eleitos em democracia têm enaltecido o relevante e, mesmo, insubstituível papel das Forças Armadas na iminência de invasão externa, agora sobretudo na modalidade de ameaça de terrorismo internacional sem rosto, no desempenho de missões humanitárias ou de paz a nível internacional e no apoio às populações em situação de calamidade pública, mormente em estado de emergência.

Ora, é certo e consensual que, na verdade, ninguém quer a guerra. Contudo, segundo o aforismo romano se quer a paz prepara a guerra, é imperioso que um Estado soberano esteja preparado para a guerra, mesmo que a não deseje.





Também em termos evangélicos se pode enquadrar a opção pela existência e a valorização da instituição castrense na exortação de Jesus Cristo aos discípulos “Sede prudentes como as serpentes”, a par da recomendação da simplicidade das pombas. Isto, para dizer que, a partir da pacificação da relação do Império Romano com as religiões, nomeadamente a cristã, pelo édito de Milão de Constantino (em 313), e após a conversão de Clóvis, rei dos Francos (século V), os reinos cristãos, com excessos históricos, se guindaram ao estatuto de discípulos de Cristo na vertente da prudência coletiva. E os Estados Pontifícios mobilizaram, formaram e puseram em ação as suas tropas. Tudo isso passou, mas o Estado da Cidade do Vaticano mantém, pelo menos a nível simbólico, a Guarda Suíça como força armada.

A este propósito, será de referir que João Batista, enquanto aos cobradores de impostos admoestava a que não exigissem mais do que aquilo que lhes fora estabelecido, aos soldados recomendava que não extorquissem nem denunciassem falsamente ninguém e que se contentassem com os seus salários.

Se, ao longo da história do ocidente, houve certa osmose entre a instituição eclesial e a instituição castrense – clérigos, nobres e peões juntavam-se nas batalhas, tendo-se até formado ordens religiosas militares –, com a separação das Igrejas do Estado, de certo modo ensaiada nalgumas monarquias constitucionais e consumada nas repúblicas, sobretudo as originadas na filosofia positivista, incluindo a portuguesa, a assistência religiosa aos militares passou de permanente, em tempo de paz e de guerra, a cingir-se ao tempo de guerra, até que, a 29 de maio de 1966, São Paulo VI erigiu, pelo Decreto da Sagrada Congregação Consistorial “De Spirituali Militibus”, para assistir as Forças Armadas e as Forças de Segurança, o Vicariato Castrense de Portugal, instituição que organiza e acompanha, sob critérios semelhantes aos das dioceses territoriais, os católicos presentes no setor militar e policial. E até maio de 2000, o Patriarca de Lisboa acumulava as suas funções com as de Ordinário

Castrense, que as exercia através dum Vigário Geral, bispo ou padre. E, a 21 de abril de 1986, a Constituição Apostólica “Spirituali Militum Cura” denomina a instituição de Ordinariato Militar para Portugal.

A 17 de março de 2001, São João Paulo II, a pedido da nossa Conferência Episcopal, separou o múnus do Ordinário Militar para Portugal do de Patriarca de Lisboa. E, por Bula da Santa Sé, de 3 de maio de 2001, o então Vigário Geral Castrense, Dom Januário Ferreira, foi nomeado Ordinário Militar para Portugal, sendo esse o primeiro Bispo da Diocese das Forças Armadas e das Forças de Segurança, também designada por Ordinariato Castrense.

Pode questionar-se como a Igreja, testemunha e portadora do Evangelho das Bem-aventuranças (v. g: felizes os pacíficos, porque serão chamados filhos de Deus: Mateus 5,9), coopera com pessoas e estruturas preparadas para a guerra. A questão tem sido debatida e registam-se casos de padres que, dados para assistência aos militares, sobretudo em guerras coloniais, se indispuseram contra tal missão. Porém, importa vincar que a Igreja Católica, como as outras Confissões Religiosas, está em ação onde em princípio se sente incomodada, mas convicta de que tem de estar presente e atuante. Ninguém gosta de ver um crime praticado, mas as prisões enchem-se de reclusos; e padres e outros cristãos estão ali ao pé de pessoas que têm a liberdade coarctada, mas não deixam de ser pessoas, com direito a ser ouvidas, apoiadas e acompanhadas. Ninguém deseja que haja doentes e sinistros, mas as pessoas sofrem acidentes que as retêm em casa ou as levam aos hospitais; e padres e outros cristãos estão ali a socorrer, amparar e a confortar aqueles e aquelas que exibem no corpo e no espírito as chagas de Cristo. Ninguém se sente confortável em exéquias ou em cemitério feito campo dos mortos, mas as pessoas morrem e os familiares e amigos choram seus entes queridos; e padres e outros cristãos estão presentes na oração, conforto e acompanhamento, a sublimar o luto e apontar a esperança.

Também os militares, que sabem viver em Unidades que lhes suscitam a disciplina e a coragem e lhes fazem sentir o espírito de corpo, adoecem e morrem – em paz, em perigo ou em guerra – precisam de ser escutados, acompanhados e confortados com o benefício do Evangelho e mobilizados para as exigências da Boa Nova. Quantos tombaram em perigos esforçados e em combate sentindo, de perto ou um pouco à distância, a presença do padre e a solidariedade humana e cristã dos camaradas! E quantos, na relação de reciprocidade, prestam relevante serviço catequético, cultural e organizacional nas paróquias onde residem!

Está em causa o sagrado direito da crença e sua expressão em palavras e atos culturais, a presença da Igreja onde está o homem a viver a vida de perigo ou de júbilo, a legitimidade da entrada de todos nos espaços e tempos eclesiais e a participação multiforme no fluir do Estado de direito democrático e da proteção deste aos seus mais devotados servidores.

A INFLUÊNCIA DE UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA SAÚDE MENTAL

Autor: Furr Vianez

Alimentação saudável influencia a nossa saúde, e ao contrário da opinião comum, esta afeta e tem reflexo não somente na nossa saúde física como também na nossa saúde mental. Os comportamentos promotores de saúde devem incluir uma alimentação racional, que tenha por base as necessidades do organismo e tome em consideração as propriedades preventivas de alguns nutrientes. Por isso, as escolhas dos alimentos são um ponto muito relevante no que concerne ao bem estar psicológico. O nosso cérebro nunca pára e precisa de muito “combustível” e de boa qualidade. Esse combustível vem da nossa alimentação. É por isso que é tão importante adotar uma alimentação saudável, variada e equilibrada.

Sumário: Alimentação saudável influencia a nossa saúde, e ao contrário da opinião comum, esta afeta e tem reflexo não somente na nossa saúde física como também na nossa saúde mental. Os comportamentos promotores de saúde devem incluir uma alimentação racional, que tenha por base as necessidades do organismo e tome em consideração as propriedades preventivas de alguns nutrientes. Por isso, as escolhas dos alimentos são um ponto muito relevante no que concerne ao bem estar psicológico. O nosso cérebro nunca pára e precisa de muito “combustível” e de boa qualidade. Esse combustível vem da nossa alimentação. É por isso que é tão importante adotar uma alimentação saudável, variada e equilibrada.

Palavras Chave: Alimentação Saudável; Saúde Mental; Nutrientes; Exército Português.

Alimentação saudável influencia a nossa saúde, e ao contrário da opinião comum, esta afeta e tem reflexo não somente na nossa saúde física como também na nossa saúde mental. Uma alimentação equilibrada auxilia no combate e tratamento de perturbações depressivas e de ansiedade, diminuindo a presença de sintomas, aumentando o bom humor e ainda a sensação de saciedade. [1]

Ansiedade e depressão são aspetos cada vez mais relevantes da sociedade moderna. Estima-se que as perturbações depressivas representam 4,4% da população mundial, enquanto que as perturbações de ansiedade representam 3,8%. [2]

Desta forma a saúde alimentar tem ganho cada vez mais terreno nas preocupações mundiais, e uma prova deste facto é a sua perspetiva de prevenção primária, que visa remover causas e fatores de risco de um problema de saúde, quer individual quer grupal, mesmo antes de este se tornar uma condição clínica, como por exemplo orientação de atividade física e alimentar para diminuir a chance de desenvolvimento de obesidade. [3]

No Exército Português a atividade física é uma preocupação geral e permanente, pois são dadas todas as oportunidades aos militares para realizarem qualquer prática desportiva dentro do horário laboral, logo o binómio alimentação – desporto é um dos pilares desta Instituição Militar, onde se junta a frase das Sátiras de Juvenal “Mens sana in corpore sano” (uma mente sã num corpo são). [4]

Os comportamentos promotores de saúde devem incluir uma alimentação racional, que tenha por base as necessidades do organismo e tome em consideração as propriedades preventivas de alguns nutrientes. Por isso, as escolhas dos alimentos são um ponto muito relevante no que concerne ao bem estar psicológico. Alimentos ricos em triptofano (banana, ovo, leite, chocolate amargo, queijo, amêndoas, arroz integral, mel,

Abstract: Healthy eating influences our health, but, contrary to common opinion, it affects and reflects not only our physical health but also our mental health. Health-promoting behaviors should include a rational diet, based on the body’s needs and considering the preventive properties of some nutrients. Therefore, food choices are a very relevant point in terms of psychological well-being. Our brain never stops and needs a lot of “fuel” and good quality. This fuel comes from our food. That is why it is so important to adopt a healthy, varied, and balanced diet.

Keywords: Healthy Eating; Mental Health; Nutrients; Army Portuguese.

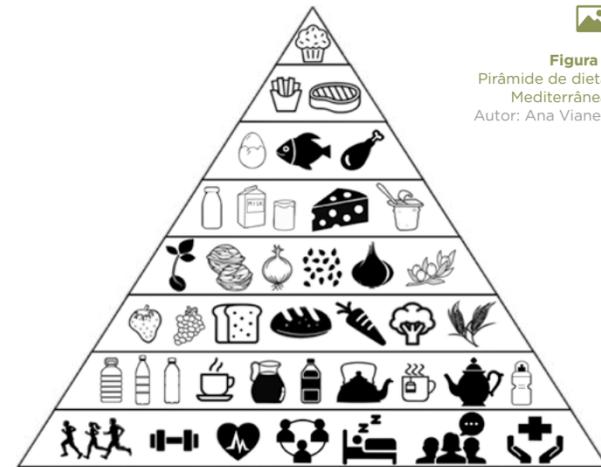


Figura 1
Pirâmide de dieta Mediterrânea
Autor: Ana Vianez

feijão e amendoim) que são um aminoácido essencial o que significa que o organismo não os consegue produzir, sendo obtidos através da alimentação Este aminoácido ajuda na síntese e no controlo da serotonina no organismo. Esta, por sua vez, é responsável por proporcionar sensação de bem-estar e por isso está associada ao tratamento e prevenção da depressão, ansiedade, insónia, memória. Ainda os alimentos ricos em magnésio, ómega 3 e vitamina B12 são eficazes para minimizar sintomas da ansiedade. [Figura 1][5]

Escolher uma alimentação saudável depende de inúmeros fatores e não somente o acesso ao valor nutricional. A seleção dos alimentos tem que ver com as preferências desenvolvidas ao longo do tempo de vida de cada um, e isto é aprendido desde muito cedo no seio familiar, como outros fatores psicológicos, sociais e socioculturais. A forma como nos alimentamos, assim como as escolhas dos alimentos, representam a forma como nos relacionamos com o mundo e as relações prazerosas que foram desenvolvidas desde a infância. [6]

Interessa referir que o comportamento alimentar é formado ora pelo “paladar” ora pela representação que o alimento traz à saúde. Toda a herança que estruturou o gosto e os rituais alimentares são parte permanente das práticas alimentares. Entender este macro sistema permitirá melhorar os hábitos e comportamentos alimentares. [7]

Inúmeros sentimentos e emoções são desencadeados com o ato de comer, e esta representação foi mudando ao longo dos anos. Como uma lente de uma máquina fotográfica quando se foca num ponto, os outros ficam desfocados. Com a saúde alimentar esta metáfora é bem explícita. Se a preocupação é a saúde, terá que existir um equilíbrio alimentar, logo ajustes terão que ser feitos para que sejam compatíveis com as práticas alimentares adequadas. [7]

Como Napoleão Bonaparte referiu “Um exército marcha sobre o estômago”, e o historiador militar John Lynn reforçou esta frase histórica com afirmação que “no dia a dia alimentação é mais essencial às forças armadas do que a munição”. As ilações que se podem tirar deste legado é a importância que alimentação tem no bem-estar, quer físico quer mental dos militares. [8]

A prevenção de doenças de foro mental irá trazer à instituição militar inúmeras vantagens e uma delas é o cumprimento e excelência da missão, como o organizational commitment (empenhamento organizacional) que será eficaz no que concerne à vontade de exercer esforço no sentido de alcançar os objetivos da instituição e um forte desejo de permanecer como elemento ativo dessa mesma entidade. [9]

Fruto da evolução, as Forças Armadas Portuguesas passam a ter no seu efetivo militares com formação específica em alimentação, tornando esta área um apoio real e eficaz no que concerne à satisfação alimentar e nutricional. Facto que ganha relevância quando os militares têm funções operacionais, dentro ou fora do território nacional, como é o caso do Centro de Tropas de Operações Especiais. [4]

A formação em alimentação dá ferramentas para implementar, manter e melhorar a eficácia do Sistema de Segurança Alimentar. Esta formação, além das vantagens pessoais para o militar que a recebeu, dá garantias a toda uma Unidade para melhorar os

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[1] Viana, V. (2002). Psicologia, saúde e nutrição: Contributo para o estudo do comportamento alimentar. *Análise psicológica*, 20(4), 611-624.

[2] Guedes, A. L. P. (2020). Ansiedade, stress e burnout: definição conceptual e operacional, inter-relações e impacto na saúde (Doctoral dissertation).

[3] Polezes, T. P., Gava, J. C., & Paixão, M. P. C. P. (2020). Eficácia de um programa de intervenção nutricional como estratégia para controle da obesidade e comorbidade. *RNONE-Revista Brasileira De Obesidade, Nutrição E Emagrecimento*, 14(86), 370-381.

[4] Martins, L. C. X. (2012). Prevalência de transtornos mentais comuns, estresse no ambiente de trabalho e atividade física em militares.

[5] Barbosa, Amanda Benevides, Mendes, Ana Luíza de Rezende Ferreira, Santos, Geam Carles Mendes dos, Cavalcante, Ana Carolina Montenegro, Silva, Francisco Regis da, & Dantas, Débora Sâmará Guimarães. (2018). Perfil antropométrico e alimentar de policiais militares. *Motricidade*, 14(1), 96-102.

[6] <http://www.saudemental.pt/alimentacao/4593078709>.

[7] Tirico, P. P., Stefano, S. C., & Blay, S. L. (2010). Quality of life and eating disorders: a systematic review. *Cadernos de saude publica*, 26(3), 431-449.

[8] Machado, L. E. M. (2020). O movimento grevista de 1997 na polícia militar de Minas Gerais. *História Militar-Unisul Virtual*.

[9] SOUSA, V. C. S. (2020). Influência do compromisso organizacional e engagement no bem-estar e motivação dos oficiais e sargentos dos quadros permanentes do Exército Português (Doctoral dissertation).

[10] Landeiro, J. A. V. R. (2016). Impacto da microbiota intestinal na saúde mental (Doctoral dissertation).

[11] Jorge, A. K. B., Pacheco, A. F. C., Moreira, R. V., & Villela, A. Psiquiatria nutricional: a influência da alimentação na saúde mental. *Juliana da Conceição*.

[12] Alves, G. M., & de Oliveira Cunha, T. C. (2020). A importância da alimentação

[13] Saudável para o desenvolvimento humano. *Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas*, 10(27), 46-62.



Tabela 1
Alimentos amigos do Cérebro
Autor: Ana Vianez

Alimentos amigos do Cérebro	
SIM	NÃO
Fruta e legumes – 9 porções diárias;	Carnes processadas – Fiambre, bacon...
Cereais integrais;	Refrigerantes;
Leguminosas;	Adoçantes artificiais;
Frutos secos;	Fritos;
Ovos - até 4 vezes por semana.	Alimentos enlatados.
BENEFÍCIOS	MALEFÍCIOS
Bom humor;	Diabetes;
Previne a ansiedade e depressão;	Aumenta o risco de ataques cardíacos;
Melhora a concentração e raciocínio;	Obesidade;
Reduz o risco de AVC;	Baixo rendimento na atividade física;
Ajuda o nosso cérebro a envelhecer bem.	Câncer.

níveis de satisfação e saúde, pois possibilita um maior conhecimento nutricional dos alimentos, assim como, a legislação que se aplica aos produtos alimentares e dá garantias que os alimentos “amigos do cérebro” estão presentes na dieta mediterrânea. [10]

O nosso cérebro nunca pára, trabalha 24 horas, sete dias por semana, sem pausas, nem enquanto dormimos. Isto significa que, para funcionar bem, precisa de muito “combustível” e de boa qualidade. Este combustível vem da nossa alimentação. É por isso importante adotar uma alimentação saudável, variada e equilibrada, que lhe forneça todos os nutrientes — aminoácidos, gorduras, vitaminas e minerais — de que precisa para funcionar bem e garantir uma boa saúde mental e cognitiva. [Tabela 1] [11]

Diante destes fatores, é necessário uma mudança ou readaptação no padrão alimentar, que deve ser introduzida gradualmente, privilegiando a ingestão de frutas, vegetais, alimentos ricos em fibras e proteínas, visto que dietas com a composição adequada de vitaminas, minerais e fibras são efetivas no tratamento a médio e longo prazo de transtornos mentais.[12]



NOVO ESPAÇO MUSEOLÓGICO

IMPORTÂNCIA DA IGREJA DE SANTA CRUZ PARA A UNIDADE

Autor: Tcor Seixeira

Um novo espaço museológico, de feição predominantemente militar na área do CTOE, pode e deverá incluir a Igreja de Santa Cruz – uma das maiores igrejas de Lamego – no conjunto das suas peças de museu. E há vários motivos para essa inclusão.

Antes de mais, o templo integra o complexo das instalações militares como integrava o complexo do antigo convento da congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista (CSJE), também chamados Cónegos Azuis (pela cor do traje) ou Loios (por lhes ter sido doada a Igreja de Santo Elói em Lisboa). E, de algum modo, faz ponte entre as instalações militares e a cidade, o que significa uma certa osmose convencial entre a instituição castrense e o ambiente que a envolve, sendo um dos pontos de referência da vetusta urbe lamecense. É de anotar que ali recolhe tradicionalmente a Procissão de Triunfo das festividades de Nossa Senhora dos Remédios, a 8 de setembro.

Também permanece na memória coletiva de muitos lamecenses como a suas torres, de planta quadrada, serviram de pretexto para alguns exercícios militares.

E, tal como o CTOE se considera herdeiro e fiel depositário das tradições e valores das Unidades militares que o antecederam, também se pode considerar herdeiro simbólico dos valores dos preditos cónegos seculares, uma vez que a instituição castrense ocupa o convento e mostra a Igreja de Santa Cruz desde 1839 (já lá vão 182 anos). Além disso, esta Unidade vive, em tempos da nossa difícil contemporaneidade, um inigualável sentido de missão e risco que viviam outrora os cónegos da secularidade, os primeiros cónegos seculares missionários e sem votos perpétuos.

Depois, considerando o templo católico em si mesmo, é de salientar que impressiona pela sua austeridade, face ao amplo adro fronteiro, a fachada comprimida entre as duas possantes torres sineiras, de planta quadrada, cujos registos acompanham os do corpo central, aberto por

três arcos de acesso à galilé, a que, no registo seguinte, corresponde igual número de janelas rectangulares, seguindo-se outras que determinam a base do frontão, o qual exhibe, no tímpano, o emblema dos Cónegos Azuis.

Porém, o seu amplo interior, de uma só nave, merece a visita pela talha dourada que ornamenta as capelas laterais, com realce para a da Sagrada Família onde painéis de cerâmica evocam o sonho de São José e o casamento da Virgem Maria.

O templo, de planta longitudinal, com coro alto, capelas laterais intercomunicantes, transepto inscrito e capela-mor mais estreita, mantém a lógica maneirista que se observa na linguagem arquitetónica do exterior. Os alçados da nave são divididos por pilastras, que enquadram os arcos de volta perfeita das capelas. Estas são, tal como o transepto e a capela-mor, revestidas por retábulos e sanefas de talha dourada de diversas épocas, que se conjugam com painéis de azulejo de iconografia diferenciada.

Deparamo-nos, em Santa Cruz, com belos altares de talha dourada e ricos painéis cerâmicos seiscentistas, com destaque para os que revestem as paredes do transepto, representando episódios da vida de São Bento de Núrsia, atribuídos a Policarpo Bernardes (1725) e para os que se encontram no lado oposto referentes à vida de Santo António de Lisboa, de fábrica lisboeta (cerca de 1730) e autor desconhecido. Sobressai o retábulo setecentista da capela-mor com cenas do Apocalipse a par com outras da vida profana (palácios fontes, figuras); e há duas arcas tumulares em granito sobrepostas de estátuas jacentes, nos topos do transepto pertencendo a do lado sul a Dom João de Brito Vasconcelos, Bispo de Angra, e a do lado norte a Dom Manuel Pinto da Fonseca, Bailio de Acre.

Por outro lado, o templo é um marco histórico, que encerra em si a narrativa de todo o complexo conventual e militar – o convento foi instituído em 1595 por Lourenço Mourão Homem (sepultado na capela-mor, junto ao arco triunfal), para ser doado aos Loios, que abandonaram Recião, instalando-se definitivamente em Lamego – mas cujas obras se iniciaram apenas em 1596, com o lançamento da primeira pedra a 14 de setembro, festa da Exaltação da Santa Cruz, invocação a que seria dedicada esta casa e que também serve de denominação para a feira que se fazia em 3 de maio, dia da festa litúrgica da Invenção (ou achamento) da Santa Cruz por Santa Helena.

As obras não estavam concluídas aquando da dedicação da igreja em 23, 24 e 25 de março de 1632, tendo-se prolongado a campanha decorativa por todo século XVII. E a capela-mor teve profunda remodelação, concluída em 1676, com a instalação do Santíssimo Sacramento.

Já em 1670, a igreja havia beneficiado de novo teto de caixotões, executado por João Ribeiro; e, em 1683, Francisco da Rocha, do Porto, foi contratado para o douramento e execução das pinturas do retábulo, que, apesar das alterações posteriores, corresponde ao que hoje ali se vê, com as pinturas alusivas à Vera Cruz, mas com a tribuna ampliada.

Segundo Rosário Carvalho, da Direcção-Geral do Património Cultural, “o revestimento azulejar marca uma campanha decorativa que se estendeu pelo século XVIII (numa tentativa de atualização estética em relação ao



barroco da talha e do azulejo), onde se incluem alguns retábulos, como o da capela de Nossa Senhora do Vale, executado em 1732, ou a abóbada de berço da nave, com pinturas de iconografia mariana, que na segunda metade da centúria substituiu os anteriores caixotões”.

E merece uma referência o claustro, de planta quadrangular, com arcaria de volta perfeita no primeiro piso, a que correspondem, no andar superior, janelas de sacada.

Pelo exposto, a Igreja de Santa Cruz, além da carga simbólica de que se reveste para a museologia e da súpula de tradição e funcionalidade que denota, constitui-se como um raro espécime de museu ao nível arquitetónico, escultórico e pictórico. E talvez seja lícito dizer que estará para a instituição militar em Lamego, e porventura para as forças de segurança, como a Igreja da Memória está em Lisboa para a sede catedralícia da Diocese das Forças Armadas e das Forças de Segurança.

E, ainda, sem deixar a disponibilidade para os atos de culto para que foi edificada e decorada – de que pode usufruir o Serviço de Assistência Religiosa do CTOE, bem como o que lhe vier a Cidade solicitar –, pode servir, como espaço de acolhimento de eventos culturais (vg: concertos, recitais de poesia, palestras, lançamento de livros, etc.) e exposições temporárias, compatíveis com a hermética deste espaço, que o CTOE entenda promover, bem como as entidades com as quais esta prestigiada Unidade militar estabeleça parcerias de cooperação histórica, artística e cultural.

Enfim, sem esgotar a dimensão de museu e sem se cingir a ela, Santa Cruz em Lamego é museu no sentido mais contemporâneo pela sua completude e pela sua capacidade de dar vida à memória histórica, à produção artística e à ação cultural.



1.º SARGENTO RICARDO GONÇALVES

**“Todo o homem morre,
mas nem todo o homem vive.”**
(William Wallace)

Se há característica que resume o 1º Sargento Gonçalves esta era a sua capacidade de marcar as pessoas que com ele privavam.

Permitam-me que a partir de agora me dirija ao 1º Sargento Gonçalves, apenas por Gonçalves, ao fim ao cabo estou a falar simplesmente de um bom amigo que a vida me proporcionou. O Gonçalves entrava na vida das pessoas para deixar a sua marca, onde ninguém ficava indiferente à sua presença. Ele era assim, pelo que a sua marca ficava bem presente em todos os que com Ele privavam. A sua competência profissional, o seu foco, a sua vontade de sair da sua zona de conforto, faziam-no estar entre os melhores dos melhores. Com ele não havia pessimismo, havia sim uma dedicação total aos seus projetos.

Desde do início da sua carreira militar, o Gonçalves traçou bem o seu caminho. Ele sabia para onde queria ir e como queria ir. Ele não queria se resumir a ser mais um, pois Ele queria ser uma referência na sua área. A fórmula que Ele usou para alcançar este intento foi estudar e dedicação extrema. Ele sabia que se fizesse o possível para aprender, conhecer ou compreender um assunto iria fazer com que estivesse mais perto de ser uma referência. Depois de acabar o Curso de Operações Especiais elegeu a arte Sniper como a sua vocação. Nela aplicou a sua fórmula, estudou, e estudou afincadamente a técnica e teoria do tiro, a balística interna, externa e dos efeitos produzidos. Ele não aceitava que os Snipers se resumissem a “feeling”. Ele acreditava na ciência, que a física aplicada corretamente iria democratizar a especialidade, porque iria permitir que os militares que não nascessem com esse “feeling” pudessem, caso se aplicassem, ser atiradores de elite. É assim justo dizer, que, com o Gonçalves houve um antes e um depois

“

**O Gonçalves entrava na vida das
pessoas para deixar a sua marca**

nos Snipers de Operações Especiais. Ele criou doutrina, ele reformulou cursos e Unidades táticas. Ele permitiu soltar amarras para potenciar uma das disciplinas de referências das Operações Especiais do Exército Português.

O Gonçalves iniciou a sua carreira nas Tropas Paraquedistas, e aí também decidiu não ficar no anonimato, então treinou para conseguir estar entre os melhores e juntar-se a mais uma elite, os precursores paraquedistas. Depois de formado como auxiliar precursor granjeou reconhecimento entre os seus pares, algo sintomático na sua vida, não se limitando a ser apenas um entre tantos.

Como o Gonçalves sempre soube o seu caminho, sabia o que fazer para alcançar o seu sucesso. Então, no ano de 2007, juntou-se ao 36º Curso de Sargentos do Quadro Permanente, marchando no ano seguinte para a Escola Prática de Infantaria. Aí deixou marcada a sua presença de forma indelével entre camaradas e instrutores. Como era seu hábito, não deixava ninguém indiferente, quem gostava, gostava muito e quem não gostava, não gostava nada.

Após o término do Curso de Formação de Sargentos do Quadro Permanente, como 2º Sargento de Infantaria, decidiu continuar a sua carreira no Centro de Tropas de Operações Especiais, sendo instruindo no Curso de Operações Especiais do Quadro Permanente de 2010 (COEQP 10). A oportunidade de fazer uma missão ocorreu em 2011, integrando a EUTM Somália, no Teatro de Operações do Uganda. Quem o conheceu sabia que o Gonçalves norteava a sua vida por valores muito vincados. Contudo, nunca permitiu que esses valores se sobrepusessem à sua missão.

O Gonçalves era também exímio na arte da escrita, exemplo disso foi o seu livro, amplamente reconhecido



pela sua qualidade. Ele sabia que estaria mais completo quando conseguisse deixar a sua marca chegar a mais pessoas, e a melhor forma de o fazer foi escrever um livro, permitir que tanto de si chegasse a mais pessoas pela sua mão e pela sabedoria transcrita no “Eu saltei em Creta”.

Dos vários projetos que o Gonçalves se envolveu acreditado que aquele que mais prazer lhe deu cumprir foi a de ser pai, marido e filho. O Gonçalves será para sempre o orgulho do seu pai e irmão, o amor da vida da sua mulher Cristina e, mais que tudo, o herói do seu filho Erik.

A vida por vezes prega-nos partidas e temos a tendência de arranjar justificação para tudo. Contudo, a partida de alguém que nos é tão querido é muito difícil de justificar. Resta-nos acreditar que algo superior a nós, e que controla a lei da vida, por vezes tenta ter os melhores junto dele. O Gonçalves será sempre lembrado nas memórias dos sentimentos dos que privaram com ele e na competência do tiro de precisão militar dos herdeiros do seu legado. A quem fica, resta apenas não deixar que sejas esquecido, que o teu filho Erik saiba quem foi o seu pai, que como qualquer humano tinha defeitos, mas que o maior foi ter-nos deixado muito cedo.

Até sempre amigo.

2.º SARGENTO RICARDO COELHO

“

Desistir nunca será opção



Deixem-me contar-vos um segredo. É irónico pensar nos pequenos momentos que privei com o 2º Sargento de Artilharia Ricardo Coelho, quando ele era (e será sempre) Gigante, como todos aqueles que tiveram o privilégio de privar com ele carinhosamente o apelidaram.

Quem me dera que estivesse aqui para te dizer “Obrigado”. Obrigado por todas as vezes que nos rimos, todas as vezes que arriscamos!

O Coelho era das pessoas mais interessantes, aventureiras e humanas que privei. Era um justiceiro como aqueles que só existem na ficção, preocupado com os amigos e com um sentido de humor, justiça e humanidade sem igual. A todos tocou de forma diferente, mas o que não é diferente é a marca igual que deixa em todos nós. A sua força, objetividade, foco e vontade de mais e melhor faziam com que estivesse entre os melhores, e o seu lema era “ou é, ou é”, uma inspiração e alavanca para que consigamos como ele ser imortais.

Desde o início da sua vida militar que o gritar “RANGER” era o seu objetivo fulcral, pelo que sabia onde estava e para onde queria ir. Assim, iniciou o Curso de Operações Especiais RV/RC em 2010 e no seu término frequentou o Curso de Cabos e, em 2011, o Curso de Paraquedismo. Mas o seu trajeto ficou mais rico quando, em 2012, elegeu o curso Sniper como o caminho a seguir. O Gigante queria estar e pertencer à Elite dentro da Elite, juntando o binómio arte e ciência,

onde a preparação física, técnica e mental eram uma constante.

Com o seu percurso já muito bem delineado, em 2014 ingressou no 43º Curso de Formação de Sargentos do Quadro Permanente, marchando no ano seguinte para a Escola das Armas para terminar a sua formação na arma de Artilharia, e onde a sua presença foi igualmente notada e conotada por todos os instrutores e camaradas como um exemplo a seguir. Aquando do término da sua formação como Sargento, é colocado na BtrAAA/BrigMec, onde desempenhou funções de foro formativo.

Como todo “o bom filho a casa torna”, em 2018 regressa à casa mãe, o CTOE.

O amor pelo treino físico era uma das suas grandes paixões, e resultado disso são as inúmeras formações civis na área. Fruto desse gosto e dedicação ajudou inúmeras pessoas a atingir os resultados físicos desejados, melhorando assim a componente física e mental das mesmas.

Apesar do referido anteriormente, as suas maiores paixões eram, sem sombra de dúvida, a sua Esposa e Filha Maria Francisca, que terão um legado de força, perseverança e resiliência. Permitam-me aliás deixar uma mensagem secreta para a Maria Francisca, para quando puder ler estas palavras de carinho se lembre sempre do quão importante foi o percurso do Pai:

“Francisquinha que nunca te esqueças de olhar para o céu e continuar a mandar beijinhos ao papá”.

Camões, n Nos Lusíadas, escreveu que Viriato combateu com 300 Lusitanos contra 1000 Romanos, no

qual saíram vitoriosos. A herança que foi deixada, ficou cravada no CTOE e em todos os militares que representam a boina de OE, boina essa que o Camarada Coelho orgulhosamente representava e será nela que todos nos devemos guiar para ultrapassar a mágoa da perda - “QUE OS MUITOS POR SER POUÇOS NAM TEMAMOS”.

Resta-nos a saudade e a sabedoria que Deus leva depressa de mais os seus melhores soldados. A nós, que ficamos, resta-nos a certeza que temos uma luz que irá proteger-nos e que guiará para sempre as nossas vidas!

Até sempre Pai,
Marido,
Camarada
e Amigo.



VERSÃO
DIGITAL



VALLE, FILHO

LAMÊGO



Raposeira

CONSIGO, COM
OS SEUS PAIS, AVÓS
E BISAVÓS...
DESDE SEMPRE.

CIONAL

CAVES RAPOSEIRA



1898-2020





Sabe-se antigamente que trezentos
Já contra mil Romanos pelejaram,
No tempo que os viris atrevimentos
De Viriato tanto se ilustraram,
E deles alcançando vencimentos
Memoráveis, de herança nos deixaram
Que os muitos, por ser poucos, não temamos;
O que depois mil vezes amostramos.

Os Lusíadas, Estância XXXVI Canto VIII

